

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SIMONY DE OLIVEIRA FONTANELLA

**CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA INTERCULTURAL: VESTÍGIOS E
REPRESENTAÇÕES DOS XOKLENG NA COMUNIDADE DO RIO
DO RASTRO - LAURO MÜLLER/SC**

CRICIÚMA

2022

SIMONY DE OLIVEIRA FONTANELLA

**CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA INTERCULTURAL: VESTÍGIOS E
REPRESENTAÇÕES DOS XOKLENG NA COMUNIDADE DO RIO
DO RASTRO - LAURO MÜLLER/SC**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC,
como exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Educação, sob orientação do Professor Dr.
Carlos Renato Carola.

**CRICIÚMA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F679c Fontanella, Simony de Oliveira.

Conhecimento, educação e memória
intercultural : vestígios e representações
dos Xokleng na comunidade do Rio do Rastro -
Lauro Müller/SC / Simony de Oliveira
Fontanella. - 2022.

143 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do
Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Criciúma, 2022.

Orientação: Carlos Renato Carola.

1. Índios Xokleng - Lauro Müller (SC). 2.
Educação intercultural - Lauro Müller (SC).
3. Memória histórica. 4. Sítios históricos.
I. Título.

CDD. 22. ed. 980.41

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

SIMONY DE OLIVEIRA FONTANELLA


**CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA
INTERCULTURAL: VESTÍGIOS E REPRESENTAÇÕES DOS
XOKLENG NA COMUNIDADE DO RIO DO RASTRO - LAURO
MÜLLER/SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 12 de julho de 2022.

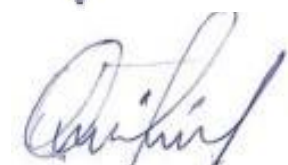
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Carlos Renato Carola
(Orientadora – UNESC)


Documento assinado digitalmente
Clarícia Otto
Data: 14/07/2022 15:49:10-0300
CPF: 675.242.229-04
Verifique as assinaturas em <https://www.ufsc.br>
Prof. Dra. Clarícia Otto
(Membro – UFSC)


Profa. Dra. Michele Gonçalves
Cardoso (Membro - UNESC)

Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral
(Suplente – UNESC)


Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
Coordenador do PPGE-UNESC


Simony de Oliveira Fontanella
Mestranda

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu esposo Fernando, aos meus filhos Derick e Enriko, e a minha querida irmã Luciane, que estiveram ao meu lado em toda essa trajetória. A minha família e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus, por me dar força e coragem nessa caminhada, permitindo vencer mais esta etapa da vida e dos estudos, que foi marcada por diversos questionamentos, dúvidas, choro, incentivos e fé.

Ao meu esposo Fernando e aos meus filhos Derick e Enriko, por sempre acreditarem em mim e entenderem minhas ausências. Vocês são a motivação de eu realizar o sonho do mestrado.

Agradeço aos meus pais, pela vida e por me ensinar a lutar pelos meus sonhos, enfrentando tudo com dignidade e honradez.

A minha irmã Jerusa, pelas palavras de carinho, motivação e força. E principalmente a minha irmã Luciane, pessoa iluminada e muito prestativa, pelos conselhos, pelo apoio, por me auxiliar na organização das ideias e por revisar minha dissertação, fazendo toda a diferença no decorrer desse processo.

Agradeço também a minha amiga Cláudia, por sempre estar ao meu lado e me incentivar nos momentos de stress e de desabafos, com palavras positivas e de carinho no decorrer da pesquisa.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Educação, pelo apoio, formação e incentivo. Principalmente o professor Gladir e a professora Giani, que me possibilitaram conhecer novos autores que contribuíram muito com a minha jornada enquanto pesquisadora iniciante. Gratidão!

Agradeço ao professor e orientador Carlos Renato Carola, por aceitar o desafio de me orientar. Esta pesquisa foi uma experiência transformadora.

À banca de qualificação, Dr^a Michele Gonçalves Cardoso e Dr^a Clarícia Otto, por suas contribuições valiosas e reflexões acerca da pesquisa.

Agradeço a UNIEDU pela bolsa de estudo.

Por fim, quero agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão dessa etapa. Desejo muita luz, sucesso na vida de cada um de vocês!

“Quando conseguirmos reconhecer a diferença não como defeito, nem como oposição, mas como diferença da natureza própria de cada cultura e de cada povo, só assim poderemos avançar um pouco o nosso reconhecimento do outro e estabelecer uma convivência mais verdadeira entre nós”.

Ailton Krenak

RESUMO

Esta pesquisa trata de um estudo acerca dos registros históricos do processo de colonização dos imigrantes europeus (italianos e alemães, principalmente), na região Sul, que é marcado por conflitos entre os indígenas Xokleng no final do século XIX e início do XX. Almejou-se analisar a existência de uma memória enquadrada no acervo cultural da coletividade e nos lugares de representação do passado (museus, livros de história local/regional, escola), em relação aos grupos originários que povoavam aquele território, mais precisamente na comunidade do Rio do Rastro (Lauro Müller, SC). Nesse contexto, a pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa, tendo como aportes teóricos que constituíram o *corpus* deste estudo: bibliográfico, documental e de campo (depoimentos orais). A coleta de dados ocorreu mediante entrevistas com os sujeitos da comunidade e professores, com a aplicação de um roteiro semiestruturado. Para discutir memória, as principais referências foram: Ecléa Bosi (2003), Claricia Otto (2012) e Verena Alberti (2013). Sobre interculturalidade, indígena e Xokleng: Catherine Walsh (2009), Kaká Werá Jacupé (1998), Daniel Munduruku (2016), Ailton Krenak (2019) e outros (as) que nos ajudaram a entender esse processo histórico. Portanto, ao finalizar esta pesquisa, admite-se sua relevância na contribuição do reconhecimento da sociedade e uma perspectiva intercultural com maior respeito, ressignificando sua memória do passado em relação aos grupos originários Xokleng. Percebeu-se também a necessidade de reconstruir a história para a construção do conhecimento dessa e de futuras gerações.

Palavras-chave: Memória. Grupos Originários. Indígenas Xokleng. Interculturalidade

ABSTRACT

This research deals with a study about the historical records, of the colonization process of European immigrants (Italians and Germans, mainly), in the South region, which is marked by conflicts between the Xokleng Indians in the late nineteenth and early twentieth centuries. It aims to analyze the existence of a memory crystallized in the cultural context of the community and in the places of representation of the past (museums, local/regional history books, school), in relation to the original peoples who inhabited that territory, more precisely in the community of Rio of the Trail (Lauro Müller, SC). In this context, the research was developed within a qualitative approach, having as theoretical contributions that constituted the corpus of this study: bibliographic, documental and field (oral statements). Data collection occurred through interviews with community subjects and teachers, with the application of a semi-structured questionnaire. To discuss memory, the main references were: Ecléa Bosi (2003), Claricia Otto (2012) and Verena Alberti (2013). On interculturality, indigenous and Xokleng: Catherine Walsh (2009), Kaká Werá Jacupé (1998), Daniel Munduruku (2016), Ailton Krenak (2019) and others who helped us to understand this historical process. Therefore, at the end of this research, its relevance is admitted in contributing to the recognition of society and an intercultural perspective with greater respect, re-signifying its memory of the past in relation to the Xokleng native peoples. It was also perceived the need to rebuild history to build knowledge of this generation and future generations.

Keywords: Memory. Original Peoples. Xokleng Indians. Interculturality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mulher indígena fabricando a farinha de mandioca.....	33
Figura 2 - Evolução da estrutura social Jê	36
Figura 3 - Território tradicionalmente percorrido pelos Xokleng antes de 1914 (área pontilhada).....	39
Figura 4 - Grupo Indígena Xokleng - Botocudos	40
Figura 5 - Mulher Xokleng tecendo fibra de urtiga. Fotografia do ano de 1966	42
Figura 6 - Itinerário das tropas de gado do Sul rumo à feira de Sorocaba	49
Figura 7 - Caminho de tropas.....	50
Figura 8 - Tropeiros sobem a Serra do Rio do Rastro – Lauro Müller/SC, ao lado de funcionários do governo do Estado que trabalhavam na abertura da estrada (1954)	54
Figura 9 - Estrada da Serra do Rio do Rastro	55
Figura 10 - Castelo de Lauro Müller – SC, construído em 1919.....	58
Figura 11 - Lauro Müller, na enchente de março de 1974	60
Figura 12 - Os últimos “bugres” de Orleans – Três Barras, 1952.....	67
Figura 13 - Os últimos “bugres” de Orleans – Gapen e Japru. Três Barras, 1952	68
Figura 14 - Comunicado do Juiz de Direito referente aos indígenas Xoklengs	69
Figura 15 - Pontas de flechas encontradas pelos moradores da comunidade do Rio do Rastro.....	76
Figura 16 - Ecomuseu Serra do Rio do Rastro - Lauro Müller- SC.....	95
Figura 17 - Acervo Histórico do Ecomuseu de Lauro Müller/SC.....	97
Figura 18 - Últimos “bugres” aprisionados na Serra de Guatá, por volta de 1950.....	97
Figura 19 - Exposição Indígena - Nova Acrópole e Ecomuseu de Lauro Müller.....	99
Figura 20 - Roda de conversa sobre os povos indígenas originários	99
Figura 21 - Exposição indígena com a presença dos estudantes	100
Figura 22 - Museu do Colonizador - Lauro Müller	101
Figura 23 - Diversos equipamentos agrícolas do séc. XIX	102
Figura 24 - Sala dos profissionais I – Museu dos Colonizadores	103
Figura 25 - Sala dos profissionais II – Museu dos Colonizadores	104
Figura 26 - Artefatos indígenas encontrados em Lauro Müller	105
Figura 27 - Pontas de flechas de pedras de diversos tamanhos	107
Figura 28 - Artefatos indígenas. Diversas pedras polidas e lascadas	107

Figura 29 - Cestaria revestida com cera de abelha para transporte de líquidos e exemplos de cerâmica indígena Xokleng	108
Figura 30 - Recibo de expedição contra os “bugres” para proteção aos colonos....	109
Figura 31 - Manuscrito – Documento de como proceder diante de um indígena	109
Figura 32 - Expedição que foi ao encontro dos últimos indígenas dos Xokleng.....	110
Figura 33 - Os últimos “bugres” de Orleans – Gapen, Canharã, Japru. Três Barras, 1952	111
Figura 34 - Os últimos “bugres” de Orleans – Japru, Canharã. Três Barras, 1952 .	112
Figura 35 - Material arqueológico dos povos indígenas	113
Figura 36 - Artefatos etnográficos	114
Figura 37 - Artefatos Indígenas encontrados na região: arcos e flechas.....	114
Figura 38 - Artefatos Indígenas encontrados na região: macerador de pedra.....	115
Figura 39 - Artefatos Indígenas encontrados na região: pontas de flechas.....	116
Figura 40 - Artefatos Indígenas encontrados na região: ponta de osso e flechas...	116
Figura 41 - Artefatos Indígenas encontrados na região: boladeira e colar indígenas	117
Figura 42 - Artefatos Indígenas encontrados na região: machadinha de pedra	117
Figura 43 - Dentes de indígenas que habitavam	118
Figura 44 - Crânio encontrado nas regiões encosta da serra catarinense	118

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Distribuição da população indígena no Brasil	26
Gráfico 2 - Dados demográficos da população indígena no Brasil.....	27
Gráfico 3 - Localização urbana e rural dos indígenas no Brasil.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Origens linguísticas dos indígenas brasileiros.....	29
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados/sujeitos da comunidade.....	63
Tabela 2 - Perfil dos entrevistados/professores	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT Admitido em Caráter Temporário

CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

CEDOHI - Centro de Documentação Histórica Plínio Benício

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CNMCCB – Companhia Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

EEB – Escola de Educação Básica

EEBEEC – Escola de Educação Básica Engenheiro Ernani Cotrin

EFDTC – Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FATMA – Fundação do Meio Ambiente

FEBAVE - Fundação Educacional Barriga Verde

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMA – Instituto do Meio Ambiente

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LACOR - Laboratório de Conservação e Restauração

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

SC – Santa Catarina

SPI – Serviço de Proteção aos Povos Indígenas

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PERSPECTIVA TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2 OS GRUPOS ORIGINÁRIOS NA HISTÓRIA DO BRASIL	24
2.1 PROCESSO CIVILIZATÓRIO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA	24
2.2 A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS E AS RELAÇÕES INTERCULTURAIS	29
2.3 A FORMAÇÃO DO POVO KAINGANG E XOKLENG (BOTOCUDOS)	37
3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE LAURO MÜLLER/SC NO TERRITÓRIO XOKLENG	45
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES	45
3.2 CHOQUE DE CULTURAS: IMIGRANTES X XOKLENG.....	47
3.3 ABERTURA DA ESTRADA DA SERRA DO RIO DO RASTRO	51
3.4 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER.....	55
4 REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA XOKLENG NOS LUGARES DE MEMÓRIA	62
4.1 OS XOKLENG NAS MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DO RIO DO RASTRO	62
4.2 O INDÍGENA XOKLENG NO AMBIENTE ESCOLAR	79
4.3 OS POVOS XOKLENG NOS MUSEUS	92
4.3.1 Ecomuseu Serra do Rio do Rastro - Lauro Müller	94
4.3.2 Museu do Colonizador - Lauro Müller	101
4.3.3 Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Malpi - Orleans.....	105
4.3.4 Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques - Urussanga	112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	130
ANEXO I – LEI Nº 16.537, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.....	131
ANEXO II - LEI Nº 1759, DE 16 DE MAIO DE 2013.....	137
APÊNDICE	140
APÊNDICE I – ENTREVISTA COM OS SUJEITOS DA COMUNIDADE	141
APÊNDICE II – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORES	142

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação mostra e problematiza as memórias e representações do povo indígena Xokleng em lugares de memória da região sul de Santa Catarina (museus, escolas e livros) e Comunidade do Rio do Rastro, em Lauro Müller, SC¹. Aborda a formação intercultural de uma comunidade que ainda nos dias atuais lembra do outro (Xokleng) como o homem selvagem do passado.

Os agricultores que residiram e residem nessa comunidade encontraram (e ainda encontram) vários artefatos indígenas, principalmente pontas de flechas de diversos formatos, que comprovam a existência dos povos originários na região. É nesse contexto que surgiu a inspiração e motivação para a realização desta pesquisa, que se deu a partir do contato com os vestígios indígenas e as histórias contadas por meio da memória dos sujeitos da comunidade.

Fazendo uma reconstrução das memórias de infância, recordo-me da convivência com meus avós paternos, marcados por momentos de contações de histórias proporcionados por minha avó. De origem italiana, Conceição Della Justina, veio para o Brasil em 1918², com apenas dois anos de idade. Cresceu em uma família de cultura italiana, que valorizava os princípios éticos e religiosos de sua etnia. Entre os relatos de suas memórias ficaram evidentes as dificuldades encontradas pelos imigrantes para se estabelecerem na região, tanto adaptativas quanto nas relações com os nativos, representando esse momento histórico como o “encontro” entre o “homem civilizado” e o “homem selvagem”.

Os imigrantes italianos tinham visão preconceituosa em relação aos brasileiros, estes eram vistos como preguiçosos e vadios. Nesse sentido, Dall’Alba (1986, p. 104), complementa em suas pesquisas que “o contato entre os povos indígenas e os colonos, na maioria das vezes, deu-se como encontro de adversários. Mas, houve famílias que conseguiram manter-se amistosas com os povos indígenas”.

¹A comunidade do Rio do Rastro está localizada no município de Lauro Müller, na região sul do estado de Santa Catarina, que faz limites com os municípios de Bom Jardim, Orleans, Treviso e Urussanga. Por se localizar próxima da serra geral leva o mesmo nome.

²O ano de 1918 marcou o fim da Primeira Grande Guerra Mundial, sendo que no mesmo ano começou a pandemia da gripe espanhola, que matou cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo. Acredita-se que uma das formas pela qual a doença chegou ao Brasil foi através de marinheiros que prestavam serviço militar na África e desembarcaram doentes em Recife. Os primeiros casos foram reconhecidos em setembro de 1918, e logo a doença estava espalhada por grande parte do território brasileiro. Mas esse não foi o único modo de contágio, as cidades portuárias foram as mais atingidas pela pandemia, já que a imigração no período da guerra foi intenso e diversos portos do Brasil receberam doentes.

Durante toda a trajetória acadêmica realizou-se leituras e estudos dirigidos sobre a colonização, cultura, arte e vários outros aspectos da produção sociocultural, que destacam a memória dos originários. Desde então despertou-me o desejo pela pesquisa e a realização de trabalhos voltados a esse tema. Assim, ao ingressar no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), surgiu o interesse em estudar a memória intercultural da comunidade de Rio do Rastro, servindo como objeto de pesquisa para representações e enquadramentos de determinadas memórias dessa época e desse período.

Partindo dessa premissa, que a sociedade brasileira ainda sabe pouco sobre a história dos povos indígenas e sua construção cultural no Brasil, fortaleceu-se a necessidade de reconstruir as memórias para as gerações futuras, eliminando falsas afirmações e ideologias sobre os indígenas que foram construídos no imaginário social dos “imigrantes pioneiros”, como “bugres³”, ou seja, como homens bárbaros, selvagens, indivíduos sem religião, sem cultura e sem lei.

Em que pese a ignorância dos imigrantes europeus, essa percepção e representação do nativo legitimava a política de imigração e colonização do governo brasileiro, além, é claro, de expurgar qualquer sentimento de culpa dos imigrantes por estarem invadindo o território de outros grupos humanos. Daniel Munduruku⁴ (2012, p. 27), pesquisador indígena, explica que essa invasão ocorreu “com o propósito de promover uma ‘limpeza étnica’ que abrisse os caminhos para o progresso e para o desenvolvimento de uma nação dita ‘civilizada’”.

³A palavra “bugre” foi comumente difundida por todo o Brasil, usava-se para designar os grupos que impunham maior resistência aos projetos de ocupação do território. Referia-se à índole dos nativos (incivilizado, preguiçoso, selvagem), e aos que eram contrários ao contato e catequizações, em uma clara tentativa de justificar a perseguição aos mesmos. As denominações dadas ao povo foram as mais variadas: “Bugres”, “Botocudos”, “Aweikoma”, “Xokleng”, “Xokrén”, “Kaingang” (SANTOS, 1973).

⁴Daniel Munduruku nasceu em Belém, em 28 de fevereiro de 1964, é um escritor e professor paraense, pertencente ao povo indígena Munduruku. Autor de 54 livros publicados por diversas editoras no Brasil e no exterior, a maioria classificados como literatura infanto-juvenil e paradidáticos. É graduado em Filosofia, História e Psicologia. Tem Mestrado em Antropologia Social pela USP - Universidade de São Paulo, Doutorado em Educação também pela USP e Pós-Doutorado em Literatura pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Munduruku recebeu vários prêmios nacionais e internacionais por sua obra literária: Prêmio Jabuti CBL - Câmara Brasileira do Livro, Prêmio da Academia Brasileira de Letras - ABL, Prêmio Érico Vanucci Mendes - CNPq, Prêmio Madanjeet Singh para a Promoção da Tolerância e da Não Violência - UNESCO, Prêmio da Fundação Bunge pelo conjunto de sua obra e atuação cultural, em 2018, entre outros. Ativista engajado no Movimento Indígena Brasileiro, reside em Lorena, interior de São Paulo, desde 1987. Cidade onde é diretor-presidente da ONG e selo editorial Instituto Uka - Casa dos Saberes Ancestrais, também é membro-fundador da Academia de Letras de Lorena.

Pesquisar a memória intercultural de uma comunidade é conhecer alguns dos aspectos constitutivos da sua formação cultural na relação com o Outro. Conforme Ecléa Bosi (2004), a dinâmica da memória que se constitui na relação entre presente-passado e passado-presente interfere na subjetividade, na percepção e representação do sujeito que lembra, recorda e esquece. Mais do que preservar a memória estática do colonizador, o momento de lembrar e recordar o passado é também o momento de problematizar e ressignificar, sobretudo, essa memória do Outro que está impregnada de preconceito; a memória do opressor que está hospedada em minha subjetividade, diria Paulo Freire (1987).

Ao enfatizar as questões referentes à memória da história de um povo, ao se trabalhar com as memórias como objeto de pesquisa histórica, com os discursos carregados de sentimentos, valores e representações do passado, almejou-se de alguma forma desconstruir a história como verdade única e absoluta na construção de novos significados para aquela sociedade.

Portanto, “o ponto de partida na produção do conhecimento histórico será sempre uma problemática levantada no tempo presente” (OTTO, 2012, p. 49). Desse modo, a pergunta que direcionou o campo de investigação foi: o que se lembra e como se representa o indígena Xokleng na memória das pessoas mais antigas da comunidade do Rio do Rastro e nos lugares de memória dos municípios de Urussanga, Orleans e Lauro Müller? Partindo dessa situação, o objetivo geral que fundamentou esta reflexão foi: evidenciar as representações dos indígenas Xokleng nos lugares de memória da comunidade do Rio do Rastro - Lauro Müller/SC.

Assim, foram elencados os seguintes objetivos específicos: ouvir a comunidade por meio de entrevista; identificar as representações do indígena Xokleng nos lugares de memórias da região (museus, historiografia local e regional) e investigar o currículo referente à temática indígena no espaço escolar da Escola de Educação Básica Engenheiro Ernani Cotrin (EEBEEC).

Pensar as implicações dessas representações das memórias sobre os Xokleng na região em estudo é pensar não só nas narrativas do contato do momento da colonização, mas como elas vão sendo ressignificadas no tempo presente. Para tanto, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos.

O primeiro aborda os procedimentos metodológicos. Dessa forma, como aportes teóricos, constituíram o corpus deste estudo: pesquisas bibliográficas, documentais e de campo (depoimentos orais). No segundo capítulo, intitulado “Os

povos originários na História do Brasil”, apresentamos alguns dados históricos e atuais sobre a população indígena no Brasil, sobre o processo de aculturação e a formação histórica dos povos Kaingang e Xokleng. Dessa forma, este estudo traz o ponto de vista desses conhecedores e autores indígenas, que conseguem representar a fala desses grupos com propriedade. Não só porque pesquisaram e pesquisam o assunto, mas por terem a experiência de viver essa cultura.

No terceiro capítulo, “Formação histórica de Lauro Müller/SC no território Xokleng”, abordamos a chegada dos imigrantes europeu na região Sul de Santa Catarina e suas relações adaptativas, no final do século XIX; o confronto com os Xokleng; o processo de modernização como a construção de estradas, atividades econômicas de maior impacto (carvão mineral e madeira) e o surgimento do povoado de Lauro Müller.

O quarto e último capítulo enfatiza a discussão sobre “Representação do indígena Xokleng nos lugares de memória”. Apresentamos algumas reflexões e as análises sobre os espaços de memórias e de representação do passado sobre as entrevistas e visitas (comunidade, museus local/regional e escola), em relação aos originários que habitaram aquele território.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado no âmbito da Linha de Pesquisa Educação, Linguagem e Memória do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesc e traz como conceitos e categorias principais: a memória, indígena e Xokleng, formação humana e interculturalidade. Quando mencionamos a categoria memória concordamos com Bosi (2004), quando afirma que cabe ao pesquisador interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.

Dessa forma, o objeto de pesquisa, as memórias das pessoas da comunidade do Rio do Rastro/Lauro Müller, passou a ser visto como um lugar de memória e de história. Entre as discussões sobre indígena e Xokleng destacaram-se as contribuições de Munduruku (2012, p. 46), nas quais explicita que “até o final da década de 1950, o termo ‘índio’ era visto com desprezo, sendo que os povos originários eram considerados um atraso para o desenvolvimento do país”. Porém, de acordo com as pesquisas de Funari (2016, p. 19), “com o passar dos séculos e com a interação de nativos e colonizadores, o termo “índio” passou a ser usado em sentido genérico, muitas vezes de forma pejorativa, mas também com o devido orgulho por eles próprios”. Além desse termo, foram usados outros nomes: aborígene, indígena e nativo.

A interculturalidade vem como um desafio epistemológico, de superação, de luta, contra o racismo, a opressão e de reivindicar o direito de ser e saber, na direção de outro mundo possível. Walsh (2009), propõe que haja uma sociedade verdadeiramente inclusiva e que seja capaz de reconhecer toda a sua diversidade, abrindo caminhos na busca de ressignificar as relações sociais e de poder entre as culturas.

Esta pesquisa teve seu alicerce na memória e história oral e foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa. Para Bicudo (2000), a pesquisa qualitativa refere-se a interpretações das realidades sociais, como também se volta à análise de questões referentes à qualidade e à coleta dos dados. Conforme Pereira (2001, p. 22), é “a abordagem qualitativa que viabiliza, pelo menos, o primeiro reconhecimento do objeto e, eventualmente, instrumentaliza uma posterior abordagem alternativa”.

Como percurso metodológico, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, na busca de entender e esclarecer os principais conceitos e categorias, como também analisar a representação do indígena Xokleng na historiografia, do

ponto de vista do Brasil e de Santa Catarina. Segundo Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Ao falar de pesquisa documental, o autor ressalta que refere-se a “[...] materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, como documentos oficiais, reportagens de jornais, cartas pessoais, diários, fotografias, gravações e boletins, entre outros.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, utilizou-se a metodologia da história oral. Diante disso, a construção da história se fundamenta em memórias, principalmente a memória dos idosos, que é um instrumento para a construção do conhecimento histórico, pois relata a memória e a cultura que vivenciou em seu tempo, reconstruindo momentos da história de sua vida, de sua família em determinado local. Bosi (2004, p. 36) afirma: “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”.

Na observação de campo, buscou-se ouvir as narrativas de memórias dos sujeitos da comunidade do Rio do Rastro – Lauro Müller/ SC, por meio de entrevistas presenciais e semiestruturadas, com 6 (seis) moradores (as) da comunidade. As entrevistas ocorreram de forma presencial, que em decorrência da pandemia de Covid-19 necessitou, nesse período, da utilização de novas estratégias para atender as medidas sanitárias de distanciamento social e assim dar continuidade a esta pesquisa. Segundo Alberti (2013, p. 63), as entrevistas com os sujeitos da comunidade podem ser vistas como uma “forma de complementar e aperfeiçoar o material levantado durante uma pesquisa”.

Um dos aspectos da pesquisa foi contribuir para que a sociedade tenha um reconhecimento e uma perspectiva intercultural com maior respeito, ressignificando sua memória do passado em relação aos povos originários. Além disso, reconstruir a história para a construção do conhecimento desta e de futuras gerações. Walsh (2009), ressalta que, mais do que uma relação entre culturas, deve-se ter mudanças profundas entre elas, visando a uma sociedade plurinacional, com direito a reflexão, representação e reconhecimento.

Nesse contexto, no espaço escolar da Escola de Educação Básica Engenheiro Ernani Cotrin⁵ foi investigado o currículo escolar referente à temática indígena Xokleng e também aplicado um roteiro semiestruturado para ser desenvolvido durante as entrevistas com os professores, na busca de alcançar as informações desejadas (Apêndice II). Desse modo, a pesquisa visou buscar respostas e propor discussões para as seguintes indagações: Como a escola aborda os assuntos e conteúdo em relação aos indígenas? O que ensinam a respeito desses originários? Como são abordados em sala de aula os artefatos indígenas encontrados na região?

Após as entrevistas, foi realizada a análise dos resultados de dados e de sua organização. Conforme Barros (1990, p. 86), “o objetivo desta fase do projeto é resumir, classificar e codificar as observações feitas e os dados obtidos”. Para Bardin (2006, p. 42), “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

Para organizar e ampliar o estudo sobre os grupos indígenas que habitaram esta região de Lauro Müller foi realizado um mapeamento local e regional, na busca de observar as representações do indígena Xokleng, nesses lugares e espaços de memórias da região Sul. Assim, foram visitados os museus e monumentos históricos das cidades de Urussanga, Orleans e Lauro Müller.

É importante ressaltar que os museus enquanto fontes de pesquisas históricas contribuem de forma expressiva para a compreensão da historiografia local/regional, pois trazem significados e ressignificam um determinado lugar ou tempo, visto que não podemos conhecer o passado como ele exatamente foi, mas podemos reconstruí-lo a todo tempo. Em seus estudos, Sarlo (2007, p. 114), explica que “os ‘fatos históricos’ seriam inobserváveis (invisíveis) se não estivessem articulados em algum sistema prévio que fixa seu significado não no passado, mas no presente”.

⁵A escola está localizada na Rua Iolanda Maria Dal Bó Lavanda, S/N - Guatá, Lauro Müller - Santa Catarina.

2 OS GRUPOS ORIGINÁRIOS NA HISTÓRIA DO BRASIL

2. 1 PROCESSO CIVILIZATÓRIO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA

Quando se fala do processo civilizatório do Brasil, logo vem uma imagem negativa e equivocada em relação aos indígenas. Percebe-se que grande parte das informações existentes sobre a história da colonização do país é contada a partir de uma visão europeia. Segundo Munduruku (2012, p. 23), “a Europa passava por profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e religiosas” e, portanto, houve a necessidade de traçar novas rotas marítimas, resultando no descobrimento das terras brasileiras em 1500. Sobre a expressão “descobrimento”, Fausto (1995, p. 33), explica que “se presta a engano, pois podem dar ideia de que não havia presença humana anterior à chegada dos portugueses ao Novo Mundo”.

Nesse contexto, vale salientar que antes do processo de colonização pelos portugueses no Brasil já existiam pessoas habitando este território, os indígenas, que eram muitos povos de culturas singulares e diferentes dos povos europeus⁶. Porém, diante desses fatos, há uma falta de dados exatos sobre “quantos povos indígenas existiam no território abrangido pelo que é hoje o Brasil”. Em seus estudos, Fausto (1995, p. 38), registra que “os cálculos oscilam entre números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira”.

Estima-se que na época da chegada dos portugueses em 1500 até a década

⁶De acordo com estudos realizados recentemente, novos exames de restos mortais de antigos povoadores comprovam que a Europa sempre abrigou diferentes povos, mesclando legados genéticos de imigrantes vindos da África, do Oriente Médio e das pradarias da atual Rússia. A população europeia pertence à raça branca ou caucasóide, com algumas variações predominantes dependendo de cada região do continente. A altura, formato da cabeça e do nariz, cor dos olhos, tipo e cor do cabelo são capazes de definir cinco grupos raciais, sendo eles: Tipo nórdico: ocupa as regiões dos mares Báltico e do Norte. Possui crânio alongado, grande estatura e pele, cabelo e olhos muito claros; Tipo europeu oriental: ocupa as regiões que ficam entre a Polônia central e a Rússia. Tem a cabeça mais redonda (braquicéfalo), é mais baixo de altura e apresenta a pele, os olhos e os cabelos claros; Tipo mediterrâneo: ocupa as regiões da península ibérica, sul da Itália, sudeste dos Balcãs e Ucrânia. É dolicocefalo, de baixa estatura e moreno; Tipo alpino: ocupa a maior parte da Europa central e ocidental. É um tipo intermediário entre o europeu oriental e o mediterrâneo. No que se refere à cor da pele, olhos e cabelo, além da estatura, apresenta mais pronunciada braquicefalia; Tipo dinárico: situado entre os montes Dináricos, nos Cárpatos e nos Alpes austríacos. É fisicamente semelhante ao alpino, no entanto possui estatura mais avantajada. Contudo, as características raciais não são o suficiente para definir com nitidez o que seria de fato o mapa dos povos europeus. Por consequência da miscigenação, hábitos alimentares e formas de vida, o que necessariamente caracteriza como sendo o mais importante são as distinções étnicas derivadas da língua e suas tradições culturais. Fonte: Orgs. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

de 1970 muitos grupos indígenas foram extintos, e esse extermínio passou a ser visto como algo que deveria ser lamentado, porém inevitável. Segundo as palavras do indígena Munduruku (2012):

O primeiro grande modelo colocado em prática desde o momento da chegada dos europeus é conhecido como paradigma *exterminacionista*, e seu objetivo era a destruição em massa dos povos indígenas. Tal política era assim desfechada porque era senso comum à época dizer que os nativos que aqui habitavam não tinham alma e, como tal, qualquer carnificina cometida era devidamente perdoada por Deus através de sua Igreja. (MUNDURUKU, 2012, p. 27).

Entretanto, essa falta de compreensão sobre os indígenas levou os europeus a cometerem verdadeiras barbáries. Segundo o autor, “essa foi, portanto, uma época em que os indígenas eram violentamente assassinados por aqueles que chegaram por aqui” (MUNDURUKU, 2012, p. 28). Vale lembrar que outros meios de violência também foram empregados aos indígenas. “A catequese e a educação ministradas aos povos indígenas significaram, na verdade, o emprego de outro tipo de violência contra esses povos, configurada pela imposição de valores sociais, morais e religiosos” (MUNDURUKU, 2012, p. 29). Esse processo de genocídio marcou um longo período histórico de exclusão e de inferiorização das culturas indígenas.

Posteriormente, um segundo modelo de política indigenista surgiu, chamado de paradigma integracionista. Conforme o autor, “caracterizava-se pela concepção de que os povos indígenas, suas culturas, suas formas de organização social, suas crenças, seus modos de educar e de viver eram inferiores aos dos colonizadores europeus, estando fadados ao desaparecimento” (MUNDURUKU, 2012, p. 30).

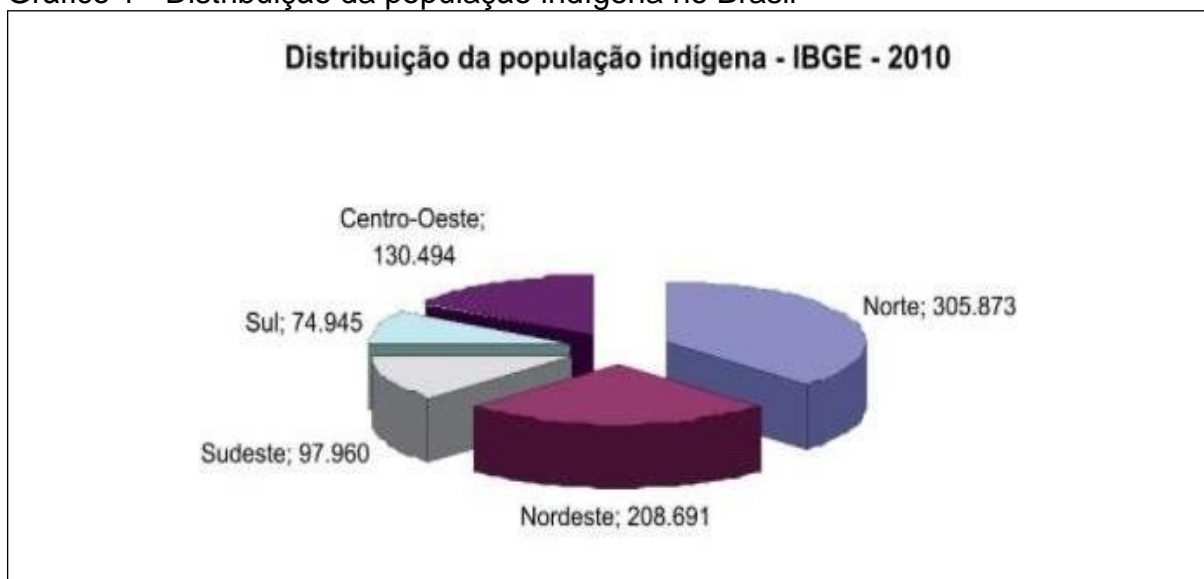
Durante a metade do século XX, na década de 1970, o governo militar, numa proposição de integração nacional, criou a Fundação Nacional do Índio (Funai) para representar os indígenas. Esses grupos só recuperaram a própria voz quando começaram a se mobilizar e criar organizações pela luta da demarcação e posse das terras em que viviam e pelo direito de manutenção de seu modo de vida.

Embora os indígenas tenham sido submetidos a todo tipo de violência durante cinco séculos, muitos sobreviveram, e nas últimas décadas retomaram o seu crescimento. No ano de 1991, com a inclusão dos indígenas nos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento de brasileiros que se consideravam indígenas com base em sua cor e raça. Depois de nove anos, o Censo de 2000 mostrou um crescimento ainda mais

significativo da população indígena, que passava de 294 mil para 734 mil pessoas, devido a um maior número de pessoas se reconhecendo como indígenas nas áreas urbanas do País.

Atualmente, os indígenas ainda representam uma pequena parte da população brasileira. Segundo os dados do Censo do IBGE realizado em 2010, as declarações e reconhecimento das pessoas como indígenas mantiveram-se em patamares similares ao ano 2000. Portanto, conforme a Funai (2020), a população brasileira soma 190.755.799 pessoas, sendo que deste total 817.962 mil são indígenas, divididos em 305 grupos, que falam mais de 274 línguas indígenas registradas e que podem ser encontrados em áreas rurais e urbanas. Além disso, o Censo de 2010, como destacado no gráfico abaixo, revelou que há populações indígenas em todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.

Gráfico 1 - Distribuição da população indígena no Brasil



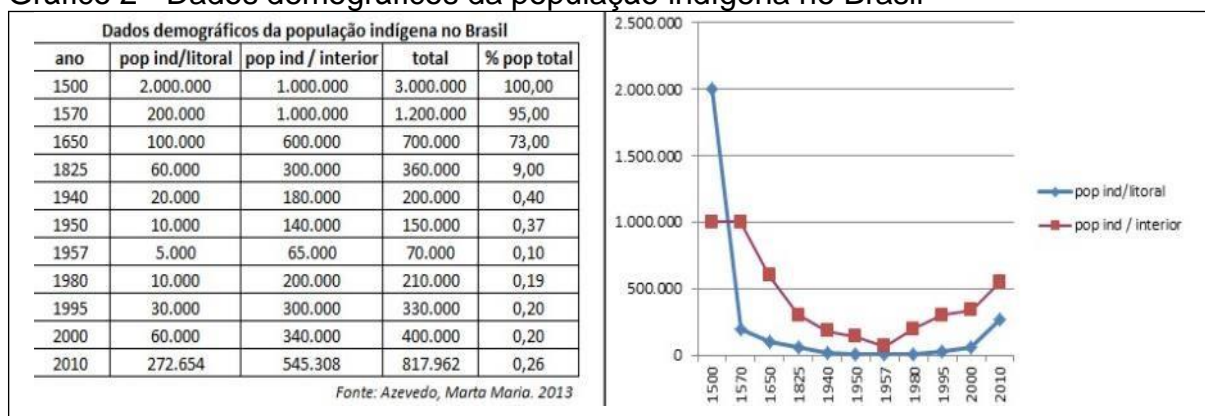
Fonte: Dados IBGE, (2010).

Como demonstram os dados acima, a maioria do grupo indígena, ou seja, 305.873, que corresponde a 37,39% dos indígenas, se localiza na região Norte do país, que é formada pelos estados de Tocantins, Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, e Rondônia. Em segundo lugar fica a região Nordeste, que inclui os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, contando com 25,51% do total da população indígena. Assim, os estados localizados no Sul, Sudeste e Centro-Oeste contam, de acordo com o Censo de 2010, com números entre 90.000 e 130.500 indígenas, que correspondem de 9% a 16% da

população indígena total.

Em análises mais profundas sobre a demografia da população indígena no Brasil, fica evidente que desde a “colonização” de suas terras o nível populacional de indígenas sofre bruscas alterações, principalmente no litoral do país. Em 1500 o Brasil contava com aproximadamente 3.000.000 de indígenas no litoral, sendo que 70 anos mais tarde esse número caiu drasticamente para 1.200.000 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Dados demográficos da população indígena no Brasil



Fonte: Dados IBGE, (2010).

O mais chocante de tudo isso é que essa população indígena realmente sofreu, ou seja, muitos acabaram morrendo em confrontos com os imigrantes europeus. Poucos fugiram para regiões do interior do Brasil, que eventualmente foram menos atingidas pela colonização da época. Diante desses fatos, o gráfico 2 registra que nessas regiões, mesmo mantendo a constância de 1.000.000 de indígenas, a partir de 1571 houve queda expressiva da população, sendo que em 1950 esse número chegou à redução extrema.

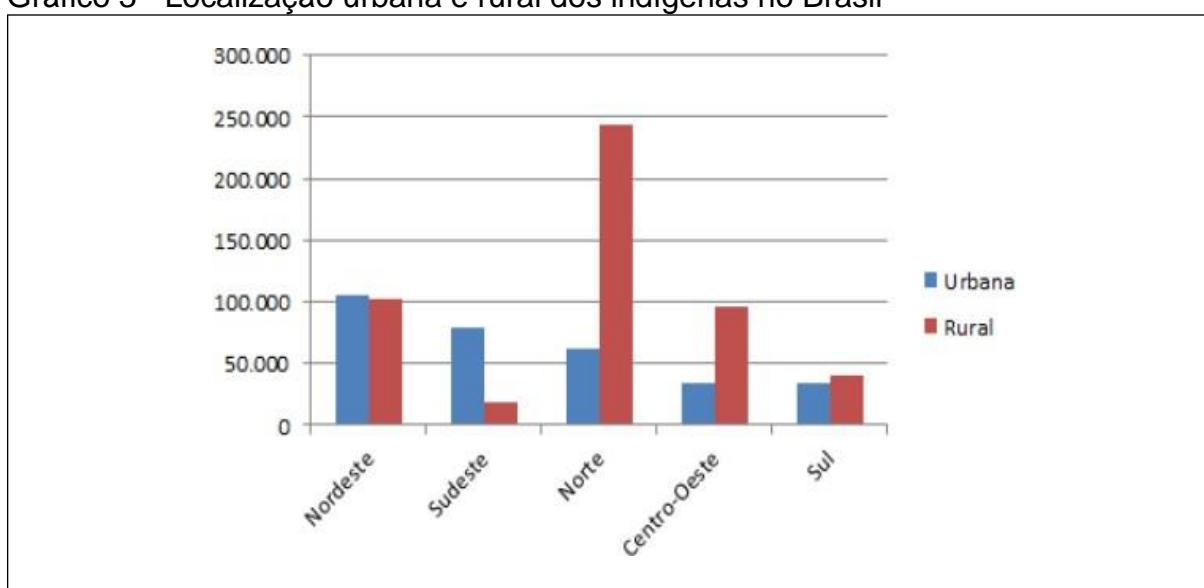
A década de 1950 foi marcada por grandes acontecimentos para o desenvolvimento da modernidade no Brasil, seguidas pelo pensamento progressista presente no país, que enfatizava a modernidade. Nessa época o país passou por duas eleições diretas: a de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Além disso, houve um aumento da população urbana, sendo que 24% da população rural migraram para as cidades na década de 1950.

Esse processo ocorreu devido ao aumento da intensificação das indústrias brasileiras, tendo início em 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Nessa época, cerca de 50% dos brasileiros eram analfabetos, mesmo assim começou a ter um aumento em escala da escolarização, sendo que na década subsequente o

número de analfabetismo caiu para 39% (PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

A partir de 1950 a imprensa brasileira expressa sua liberdade, visto que os jornais não dependiam mais tanto do Estado ou dos políticos como anteriormente. Para a cultura, o momento valorizava o pensamento totalmente brasileiro, sem fundar-se nos movimentos vanguardistas europeus, passando a valorizar aspectos como o reconhecimento das origens do grupo e início do reconhecimento dos indígenas. Então a partir de 1957 a população indígena volta a crescer, sendo que em 2010 chega a mais de 500.000 habitantes, espalhados por todo país.

Gráfico 3 - Localização urbana e rural dos indígenas no Brasil



Fonte: Dados IBGE, (2010).

Nesse contexto, os indígenas, ao longo dos anos em sua grande maioria, passaram por grandes transformações sociais, na busca de sobrevivência física e cultural. A aproximação de organizações civis às comunidades indígenas como também os estudos realizados contribuíram para evidenciar todo o modo de vida e saberes desses originários que se constituem em um patrimônio cultural da humanidade.

Há muito que aprendermos sobre os indígenas, desde sua forma de organização, modelo social e a maneira que se relacionam com o meio ambiente em que vivem. Além dos dados observados anteriormente, o Censo do IBGE 2010 traz a localização dos indígenas no Brasil e evidencia a população indígena presente no meio urbano e/ou meio rural (Gráfico 3), comprovando que estão integrados ao modo de vida contemporâneo, com todas as suas características diferentes daqueles

indígenas da aldeia. O gráfico mostra que cerca de 61% dos indígenas vivem em área rural, sendo que desse montante 106.150 mil vivem na Região Nordeste do país.

O Brasil é um país de dimensões culturais amplas, pelo fato de ser uma terra habitada por vários tipos de etnias e culturas e pela convivência decorrente do contato com os grupos que aqui vieram povoar. A pesquisa do Censo do IBGE 2010, conforme a Funai (2020), apresenta uma distinção, que esclarece as raízes linguísticas do universo indígena, fornecendo sua identificação segundo o tronco, família, etnia ou grupo.

Quadro 1 - Origens linguísticas dos indígenas brasileiros

Macro-Jê	cont.	Tupi	cont.	Etnias pertencentes a outras famílias não classificadas em troncos	cont.	Etnias pertencentes a outras famílias não classificadas em troncos	cont.	Outras etnias cujas línguas não são classificadas nem em troncos e nem em famílias	cont.
Bordó	2795	Ramarãma	404	Karib (continuação)		Makú (Nadahup) (continuação)		Catokh	953
Bororo	2348	Arara de Rondônia	369	Bakairi	1055	Dãw	98	Charrua	126
Umutina	447	Urucú	35	Galibi do Oiapoque	110	Hupda	1407	Galibi Marwómo	1862
Guató	313	Tupari	1196	Hixkariyãna	776	Nadëb	746	Irãnbé	363
Guató	313	Ajuru	172	Ikpeng	504	Nambikwãra	2237	Issé	8
Jê	93766	Akuntsú	7	Ingarikó	1509	Marduka	74	Jariçuna	6
Apinayé	1913	Makuráp	411	Kalapalo	546	Halotesu	38	Jeipancó	1879
Kanela	1521	Sakurabiat	134	Kukuro	579	Kithaulu	154	Kaeté	135
Kanela Apaniekra	26	Tupari	472	Matipú	159	Wakalitesu	8	Kahyana	21
Kanela Rankocamekra	1774	Tupi-Guarani	120978	Nahukúá	130	Sawentesu	22	Kaimbé	1016
Gavião Krikatejê	329	Amanayé	244	Naravute	2	Alaketesu	4	Kalabaça	56
Gavião Parkatejê	406	Anambé	185	Kaxuyana	418	Alantesu	85	Kalankó	273
Gavião Pukobiê	745	Apiaká	799	Makuxi	28912	Hahaitesu	152	Kamaká	14
Krahô	2843	Araweté	400	Kapon Patamóna	187	Sarare	213	Kamba	21
Krahô-Kanela	39	Asurini do Tocantins	471	Taulipáng	751	Waikisu	5	Kambiwa	3688
Krenyê	15	Parakanã	939	Tiriyó	1440	Wasusu	28	Kambiwa-Pippá	1445
Krikati	978	Suruí do Pará	1258	Wai Wai	2290	Lalondê	2	Kampé	68
Kokuiregatejê	3	Asurini do Xingu	146	Karafawyana	3	Latundê	23	Kanindê	385
Timbira	379	Ava-Canoeiro	50	Katuna	123	Negardê	174	Kanoé	251
Kaingang	37470	Guajá	536	Tunayana	107	Mamaindê	280	Kantaruré	398
Kayapó	10357	Guarani	7500	Xereu	92	Tawandê	95	Kapinawá	1951
Panará	913	Guarani Kaiowá	43401	Yapiyana	4	Sabanê	262	Karapotó	616
Kisêdjê	468	Guarani Mbya	8026	Waimiri Atroari	1448	Nambikwãra	618	Karijó (1)	64
Tapayuna	135	Guarani Nhandeva	8596	Wayana	308	Txapakúra	3880	Karipúna do Amapá	120
Xacriabá	9221	Ka'apor	1541	Ye'kuana	579	Kujubim	128	Kariri	787
Xavante	19259	Kamayurá	662	Pano	19414	Migueléno	105	Kariri - Xocó	2073
Xerente	3152	Amondáwa	123	Arara do Acre	705	Oro Wín	129	Kaxibé	210
Xokleng	1820	Diahú	135	Katukina do Acre	481	Torá	414	Kayuisiana	15
Karajá	6123	Juma	12	Kaxarari	520	Pakaa Nova	3104	Kiriri	3079
Karajá	4326	Karipuna	2297	Kaxinawá	7567	Yanomami	25084	Koitipanká	330
Javaké	1542	Kawahb	1	Korúbo	142	Ninám	726	Kortanawá	138
Xambioá	255	Parintintim	477	Kulina Páno	377	Sanumá	2334	Kwazá	52
Krenák	594	Tenharim	525	Marúbo	2200	Yanomán	42	Lalana	4
Krenák	594	Unu-Eu-Wau-Wau	184	Matis	1013	Yanomami	21982	Manao	4
Maxakali	19079	Kaiabi	1814	Matsés	2455	Bóra	1350	Maragua	74
Maxakali	1935	Kokama	11274	Maya	99	Bóia	1	Marimá	22
Pataxó	13588	Kambéba	744	Nukini	701	Mirãnha	1349	Maytapu	105
Pataxo Há-Há-Há	3556	Tapiapé	1000	Poyanáwa	624	Guaikurú	1592	Mucurim	68
Ofayé	72	Tenetebara	24428	Shanenáwa	547	Kadiwéu	1575	Mynky	109
Ofayé	72	Tembé	1844	Yamináwa	1402	Guaikurú	17	Nawa	241
Rikbaktsa	1411	Tamolo (1)	82	Yawanawá	581	Múra	13219	Paiaçu	321
Rikbaktsa	1411	Turiwára	12	Tukano	13509	Múra	12479	Pankará	2074
Yatê	5278	Waiápy	945	Arapáso	497	Pirahã	740	Pankarané	1346
		Xetá	68					Pankararú	11366
		Zo'é	259						

Fonte: Dados IBGE, (2010).

2.2 A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS E AS RELAÇÕES INTERCULTURAIS

Podemos denominar a chegada dos europeus ao Brasil de “choque de

culturas”, fato esse marcado pelo contato entre as culturas indígena e portuguesa, tão distintas entre si. De um lado, para os indígenas, a chegada dos europeus ao território foi interpretada como um acontecimento espantoso, pois estavam acostumados a viver em organização social e política, respeitando seus rituais, mitos, habitações e maneiras de se relacionar entre si e com o ambiente. Por outro lado, para os europeus a vida era diferente, pois apesar de viver em sociedade praticavam outras formas de organização, que priorizavam o trabalho capitalista, visando sempre ao lucro.

Essas relações estabelecidas entre os europeus e os indígenas modificaram com o tempo as diferentes formas de ser, sentir e fazer a cultura brasileira. Segundo Funari (2016, p. 17), “os indígenas fazem parte da nossa história, da nossa cultura, mas isso nem sempre está claro”, devido à complexidade de suas contribuições para o povo brasileiro, no que se refere aos aspectos históricos, religiosos e culturais.

O aspecto histórico no que se refere aos processos de relações culturais europeias causou um desequilíbrio na vida econômica e social dos indígenas, como bem descreve Ribeiro (1995, p. 49), o qual diz que eles não foram escravizados, mas sim aculturados ao longo do tempo, sendo que “os povos indígenas defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver”.

Apesar de viverem em equilíbrio com o mundo natural, quando encontravam-se fora de seu habitat, na condição de escravos, não conseguiam se adaptar e acabavam morrendo de infecções, fome e tristeza. Em suas palavras, o autor explica que os indígenas “morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira” (RIBEIRO, 1995, p. 43).

No aspecto religioso, muitos povos indígenas, eram ligados à crença em um ser superior, ou seja, acreditavam no Deus Sol, o criador Maíra. Dessa forma, alguns grupos indígenas avistaram as embarcações e interpretaram os europeus como pessoas que eram trazidas milagrosamente pelas ondas do mar e possuíam grandes poderes, já para outros grupos essa recepção foi diferente, receberam com truculência. As histórias indígenas descrevem que os originários criaram mitos e lendas para poderem explicar sua origem ao longo do tempo.

De acordo com o indígena Jecupé (2020, p. 26), “grande parte da cultura dos nativos brasileiros traz em seus mitos, cerimônias e filosofias (ligadas à tradição do sonho, do Sol e da Lua) um conjunto de práticas e ensinamentos que fizeram parte do Ciclo de Tupã”. O mesmo autor explica que a história indígena segue essas três tradições: “Os povos Tapuia eram uma vastidão nômade, de muitos dialetos, que seguiu a tradição do Sonho. Os Tupy dividiam-se em Tupinambá e Tupy- Guaraní e pegaram dos anciãos da raça vermelha as tradições do Sol e da Lua” (JECUPÉ, 2020, p. 25).

A presença dos astros e dos elementos da natureza na religiosidade dos indígenas é compreendida como se esses fossem espíritos regidos por uma divindade sagrada. A maneira que cada tribo trata esses mitos é semelhante, pois a religiosidade está ligada diretamente às experiências vivenciadas pelos indígenas no decorrer do tempo.

Muitos rituais indígenas estão ligados a narrativas místicas e a cerimônias funerárias, de nomeação, iniciação e também de cura. A beleza desses rituais está na fabricação cuidadosa dos objetos, que são organizados, manipulados e combinados com lindos desenhos, gestos e músicas. A música está associada ao universo transcendente, a qual estabelece comunicação com os ancestrais e o mundo sobrenatural, além de também ser utilizada em rituais de cura, proteção e passagem, entre outros.

A relação com o canto apresenta diferenças entre as diversas culturas indígenas do país. Em geral, ele está associado aos mitos que determinam as tradições e a identidade indígena. Ailton Krenak (2019) afirma:

Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades - as nossas subjetividades. (KRENAK, 2019, p. 15).

Sobre os aspectos culturais, os originários praticavam a tradição voltada às necessidades de sobrevivência do grupo, preservando fortemente sua cultura, obtendo seu alimento e medicamentos de raízes, tubérculos, legumes, sementes, aves, peixes e pequenos animais jabutis. A expressão “cultura” é utilizada quando nos referimos ao que é produzido pelo homem em contraposição ao que é dado pela

natureza, visto que somos seres sociais e aprendemos uns com os outros. A cultura é considerada um fenômeno integral, pois abrange tudo o que uma coletividade é e faz, recriando e transmitindo no decorrer do tempo.

Com a chegada dos europeus ao Brasil, os recursos naturais, como o pau-brasil, que era utilizado na extração de tintas para tecidos, passaram a ser explorados e comercializados na Europa. Assim, com o tempo os colonizadores europeus se instalaram no local e aos poucos foram trazendo sua cultura, como a linguagem e o modo de construir suas moradias e povoados. Nesse contexto, as heranças indígenas e portuguesas contribuíram na formação do que iria ser a sociedade brasileira atualmente.

Segundo Santos (2006, p. 8), “a cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. Partindo desse pressuposto, os instrumentos e signos criados pelo homem são formas culturais que têm perpassado gerações e gerações e por isso sobrevivem ainda nos dias atuais, a partir de seu modo de ser e de viver.

Os indígenas ainda existentes celebram inúmeros rituais, que variam muito entre as suas culturas e, portanto, nessas ocasiões, fabricam instrumentos musicais, cachimbos, máscaras, adornos corporais e utensílios para o preparo dos alimentos, utilizando-se de complexas técnicas e processos manuais de fabricação. Para o mesmo autor, “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 2006, p. 8).

Portanto, podemos afirmar que onde há agrupamentos humanos há cultura e, por isso, é preciso relacionar a variedade de procedimentos e de práticas culturais com os contextos em que são produzidos. É importante ressaltar que ao longo da vida temos experiências culturais únicas, pelo fato de nos relacionarmos com grupos sociais que possuem orientações e um modo culturalmente diferente. Essas relações na maioria das vezes são atravessadas por momentos de conflitos, dominações e conseqüentemente marcadas por preconceitos e discriminações.

Desse modo, podemos perceber que elementos de uma cultura podem acabar sendo assimilados por outra, contribuindo para a transformação da vida de diferentes grupos. Como exemplo podemos observar a fabricação de farinha de mandioca marcada pela cultura indígena e que ao longo do tempo foi sendo adaptada pela cultura europeia.

Figura 1 - Mulher indígena fabricando a farinha de mandioca



Fonte: Angelina Wittmann, (2020).

Entre os aspectos culturais ainda se destacaram as atividades envolvendo cestaria, argila, cerâmica, escultura em madeira, artefatos e utensílios com o uso de fibras, sementes e tintas naturais. O banho diário é reconhecido como contribuição da cultura indígena, já que os europeus tinham o hábito de ficar dias sem se banhar. Além do banho, a prática da medicina natural a partir da manipulação de ervas, raízes e resinas era muito comum aos indígenas. Além disso, os rituais circulares, danças e canções, acompanhadas pelas belas e criativas pinturas corporais, eram características marcantes na cultura.

Assim, Chartier (2002, p. 45), afirma que “a história cultural tem a ver com a maneira de conceber as relações entre os grupos sociais e os níveis culturais”. E é a partir dessas relações que “pode operar-se a reconstituição dos diferentes sistemas de pensamentos e de comportamentos culturais” (CHARTIER, 2002, p. 45).

A chegada dos jesuítas da Companhia de Jesus juntamente com os europeus teve um papel fundamental ao levar o catolicismo às novas terras, catequizando os indígenas, ensinando-lhes seus costumes segundo os parâmetros europeus e, assim, aos poucos transformando o Brasil em uma miscigenação de raças e culturas. De acordo com Funari (2016):

Em termos genéticos, uma parcela considerável da população latino-americana e brasileira, em particular, apresenta traços indígenas. Alguns países são povoados por amplas majorias reconhecidamente indígenas,

como o Paraguai, a Bolívia e a Guatemala. O Brasil apresenta uma ancestralidade de uso corrente “avó caçada a laço”, comum em tantas famílias, índia capturada, e na genética de boa parte dos brasileiros. A genética, entretanto, é apenas um aspecto. Em termos culturais, a presença indígena no Brasil e na América Latina como um todo é imensurável, de tão grande e multifacetada. (FUNARI, 2016, p. 16).

O mesmo autor ressalta que “não existe pureza de origem em nenhum lugar do mundo nem ser índio depende apenas da genética ou mesmo da autodefinição” (FUNARI, 2016, p. 20). Assim, o autor reflete também sobre o termo “índio”, usado pelos europeus ao se referirem aos habitantes dessas terras. “Os povos indígenas foram, assim, designados por seus conquistadores, pois nunca se chamaram a si mesmos dessa forma antes de 1492” (FUNARI, 2016, p. 18).

Além desse termo, foram usados outros nomes: aborígene, indígena e nativo. Segundo consta nos dicionários, nativo é aquele que vive onde nasceu ou aqueles “indígenas” que viviam numa área geográfica antes da sua colonização por outra etnia. Portanto, o que se pode perceber é que “com o passar dos séculos e com a interação de nativos e colonizadores, o termo “índio” passou a ser usado como um genérico, muitas vezes de forma pejorativa, mas também com o devido orgulho por eles próprios” (FUNARI, 2016, p. 19).

Nesse sentido, Cunha (1992), também problematiza as classificações dos povos indígenas feitas pelos colonizadores e nos traz elementos de que os indígenas no século XIX se subdividiam em: “bravos” e “domésticos” ou “mansos”. Os indígenas “bravos” seriam aqueles encontrados e guerreados nas proximidades das fronteiras, mostrando-se violentos. Os vistos como “domésticos” ou “mansos” seriam os que viviam sedentários em aldeamentos.

Conforme Munduruku (2012), até o final da década de 1950 o termo “índio” era visto com desprezo, sendo que os povos originários eram considerados um atraso para o desenvolvimento do país. Na década de 1970, segundo o autor: “este termo, não mais usado como categoria instituída pelo dominador europeu que procurou uniformizar para melhor controlar, passou a ser aglutinador dos interesses das lideranças” (MUNDURUKU, 2012, p. 46).

Para Jecupé (1998), “no passado era difícil compreender o conceito indígena de ancestralidade, mas hoje em dia, com o reconhecimento científico de que o ser humano passa por vários estágios evolutivos até chegar ao homem, talvez seja mais fácil reconhecer esse pensamento” (JECUPÉ, 2020, p. 34).

Jecupé (1998), afirma que havia uma comunicação entre os diversos povos, pois:

Não era um povo único. Eram muitos povos, brotados de diversos lugares: cerrado, litoral atlântico, serras. Que cresciam no ritmo da terra e que repentinamente acabavam se deparando com os filhos do sol. Desses povos, este solo guarda fragmentos milenares, que a arqueologia recompõe, revelando aos poucos sua caminhada no início de seu florescimento. (JECUPÉ, 2020, p. 35).

Dessa forma, a construção histórica e cultural do nosso país deu-se a partir de uma diversidade de sujeitos históricos que contribuíram nesse processo. A interculturalidade vem como um desafio epistemológico, de luta, de superação, contra o racismo e a opressão. De reivindicar o direito de ser e saber, na direção de outro mundo possível. É o que propõe Walsh (2009), sobre uma sociedade verdadeiramente inclusiva e que seja capaz de reconhecer toda a sua diversidade.

Para las organizaciones indígenas, en cambio, la interculturalidad es entendida como proceso y práctica que intentan romper con la historia hegemónica de una cultura dominante y otra subordinada – romper con la matriz colonial y su acompañante: el mestizaje como discurso de poder– para reforzar las identidades tradicionalmente excluidas y buscar espacios de autonomía. Es por esta diferencia que la educación intercultural bilingüe siempre ha sido considerada por los poderes dominantes como terreno conflictivo. (WALSH, 2009, p. 5).

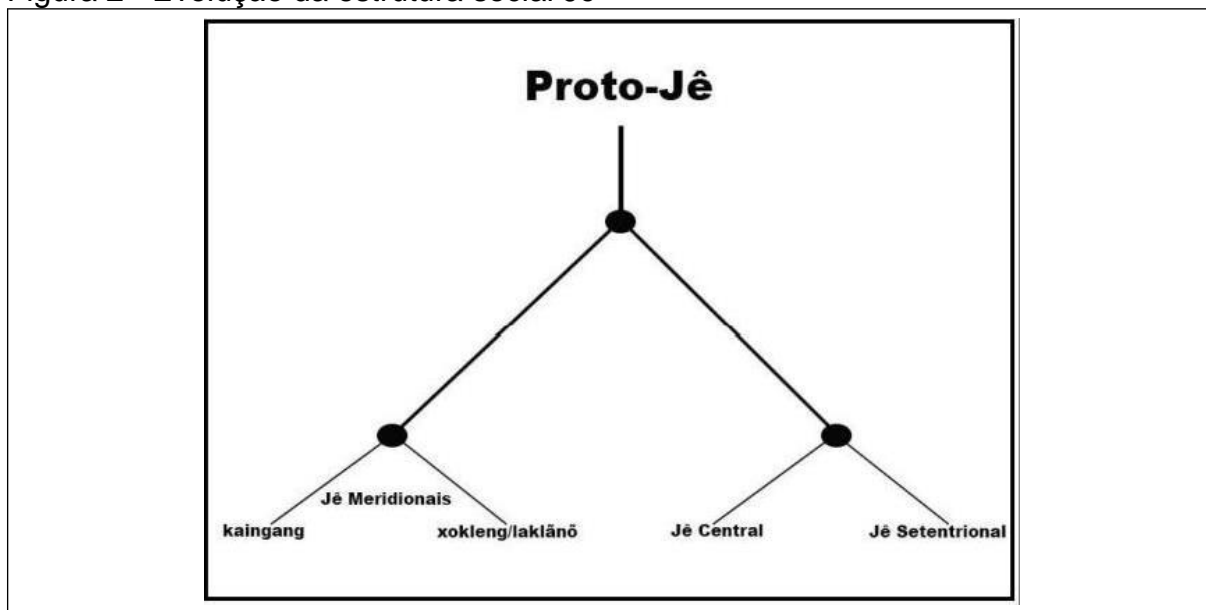
Nesse sentido, o pensamento da autora abre caminhos na busca de ressignificar as relações sociais e de poder entre as culturas. Walsh (2009), ressalta que, mais do que uma relação entre culturas, a direito a reflexão, representação e conhecimento.

Entre os originários existentes na história do Brasil, antes do contato com os portugueses e os europeus destacou-se dois grandes troncos conforme as características linguísticas e culturais: os Tupi (que habitavam o litoral) e os Macro- Jê ou Tapuia (que habitavam o interior), compostos de diferentes grupos nativos.

Os indígenas do povo Tupi foram encontrados pelos portugueses na parte litorânea brasileira desde Iguapé, no atual estado de São Paulo, até a costa do Ceará, onde viviam uma vida nômade e falavam (ou falam) línguas pertencentes ao tronco Tupi. Esses grupos indígenas eram das tribos Guarani, Tupinambás, Tupiniquins, Mundurucus, Potiguaras, Tabajara, etc. Os Tupis constituem a mais conhecida etnia indígena brasileira.

A família Jê é apenas uma variante do tronco Tapuias ou Macro-Jê, dela derivam os indígenas da tribo Kaingang e Laklãnõ/Xokleng⁷, entre outras. Estes dois grupos foram originados do subgrupo, os Jê Meridionais.

Figura 2 - Evolução da estrutura social Jê



Fonte: Urban (1978), Melatti, (2011), apud Kistner, (2016).

As populações Jê são uma variante do tronco Macro-Jê, que se deslocaram da parte central do Brasil, principalmente para o planalto meridional brasileiro. Segundo Manuela da Cunha (1992, p. 90), “toda a rede de línguas geneticamente filiadas ao tronco Macro-Jê está concentrada na parte oriental e central do planalto brasileiro” e são divididas e identificadas em Karajá e Maxakali. Para a autora, há “uma tal concentração de línguas macro-Jê na parte leste do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia” (CUNHA, 1992, p. 91). Essa área seria um local de grande diversidade linguística e um dos possíveis lugares de dispersão dos Macro-Jê ocorrido há 5 ou 6 mil anos.

Atualmente existem 13.821 indígenas dos grupos Guarani, Xokleng e Kaingang em Santa Catarina descendentes do grupo inicial. Vivem basicamente em duas reservas, a Ibirama, localizada em uma área que abrange os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vítor Meireles, e a reserva do Rio dos

⁷Termo utilizado pelos povos indígenas Xokleng, pois muitos se autodenominam "Laklãnõ", isso é, "gente do sol" ou "gente ligeira". O termo Laklanõ vem ganhando espaço político interno através de um movimento recente de recuperação de seu idioma, escrita de mitos antigos e bilinguismo.

Pardos, em Porto União, diferentes nas suas culturas, iguais no respeito à terra e às tradições culturais. Desse total, encontram-se distribuídos em 20 municípios catarinenses, formando 3.019 famílias indígenas espalhadas em 57 aldeias, estabelecendo 28 terras indígenas.

2.3 A FORMAÇÃO DO POVO KAINGANG E XOKLENG (BOTOCUDOS)

Os Kaingang e os Xokleng são os grupos mais antigos no Sul do Brasil, entre os grupos indígenas que atualmente ainda habitam a região. Eles tiveram uma origem comum e, em algum momento da história, se separaram e diferenciaram. Os indígenas Kaingang eram conhecidos também como Coroados, pelo fato de usarem os cabelos cortados no alto da cabeça, em forma de coroa, formavam um dos grandes grupos indígenas do Brasil e habitavam áreas de campos que se estendiam de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Em terras catarinenses esses grupos ocupavam a região do planalto nas matas de araucárias, ou de pinheiros como também se diz, e campos, que se estendiam do meio ao extremo oeste do nosso estado. Segundo Ribeiro (2017, p. 98), “os Kaingang falam uma língua filiada à família Jê, que como vimos tem seus representantes principais no planalto central”.

Os Kaingang se alimentavam de larvas de insetos e frutas de época, como jabuticaba, pitanga, butiá, gabioba e araçá, mas a sua principal alimentação vinha mesmo da caça e da coleta, além de praticarem uma agricultura rudimentar no plantio de milho, moranga e feijão. De acordo com Ribeiro (2017), esses grupos indígenas não despertaram o interesse dos bandeirantes para uso de mão de obra escrava, porque:

[...] talvez por serem mais aguerridos e pouco numerosos em relação aos grandes estoques humanos mais dóceis que existiam mais a oeste ou talvez porque, como gente de língua travada e que só conhecia uma agricultura muito primitiva, não dessem escravos de qualidade. (RIBEIRO, 2017, p. 98).

Esse grupo indígena vivia em acampamentos, coletando mel, frutas e caçando. Assim, construíam suas aldeias próximas de rios, lagos e de capões de mato que os abrigavam do vento, construindo suas cabanas e cobrindo com folhas de palmeira ou de xaxim. No inverno, para se aquecerem em suas cabanas, deixavam o fogo aceso todo o tempo para, desse modo, aquecer o chão de terra da choça.

Os Kaingang viviam em regiões que fossem ricas em araucárias, que geralmente poderiam ser encontradas em maior quantidade no sul do país, mais precisamente em Santa Catarina. Essa região era rica de alimentação para os Kaingang por ter o pinhão como fonte de alimento. O produto era armazenado cozido e depois moído, ou em cestos dentro da água, pois seria utilizado como reserva para ser consumido durante o ano, geralmente quando as frutas e outros alimentos ficavam escassos.

Esses grupos tinham o hábito de praticar a pesca em épocas que não coincidiam com as desovas dos peixes, criando assim condições para que durante todo o ano a pesca fosse abundante. No momento da pesca usavam uma armadilha produzida de taquara ou varas, que chamavam de “paris”, com isso os indígenas Kaingang defumavam a carne dos peixes e assim conseguiam uma maior conservação.

O contato dos Kaingang com os europeus se intensificou no século XVIII, com a ação dos bandeirantes na invasão do território e no início da ocupação do planalto de Lages com a criação de gado. Eles se tornaram colaboradores do “homem branco”, isto é, ajudando e defendendo as fazendas de gados de ataques de outros povos indígenas que viviam nas matas. Portanto, muitos não aceitaram o domínio dos “brancos” e reagiram com violência à ocupação de seu território.

Conforme Ribeiro (2017),

[...] os povos indígenas somente advertiam o invasor de seu descontentamento, fechando suas picadas com galhos de cipós trançados. Depois ocorreram atritos, que, mesmo não causando vítimas entre os civilizados, acirraram os ânimos de parte a parte. (RIBEIRO, 2017).

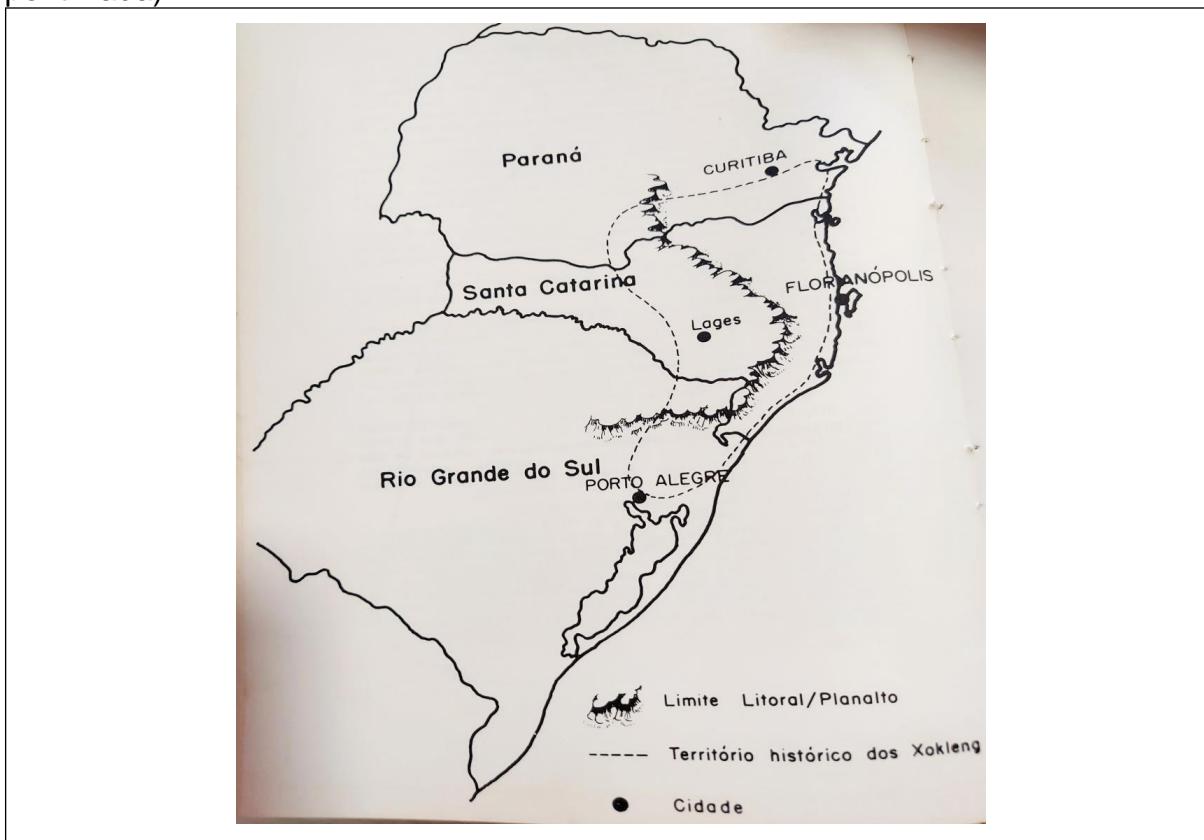
Atualmente, os Kaingang, descendentes do grupo inicial que restou, estão em uma reserva em Chapecó, na região oeste do estado, vivendo de artesanatos que vendem em municípios vizinhos. A prática da pesca e caça está cada vez mais reduzida, pois eles estão mais ligados nos dias atuais à prática da agricultura familiar, quase de subsistência.

Os indígenas Xokleng pertenciam ao grande grupo Jê. Eles ocupavam uma extensa área, pois viviam circulando pelos territórios entre o planalto e o litoral de acordo com as estações climáticas, em grupos que variavam de 50 a 300 indivíduos. Andavam pela região que se estendia do sul do Paraná ao norte do Rio Grande do

Sul, abrangendo a região da Mata Atlântica, entre o litoral e o planalto no sul do país, próximo da encosta da Serra Geral.

No mapa a ilustração destaca o provável território tradicional dos Xokleng, os locais onde povoaram e estabeleceram seus acampamentos de passagem.

Figura 3 - Território tradicionalmente percorrido pelos Xokleng antes de 1914 (área pontilhada)



Fonte: Mapa da Região Sul do Brasil. Santos, p. 36, (1973).

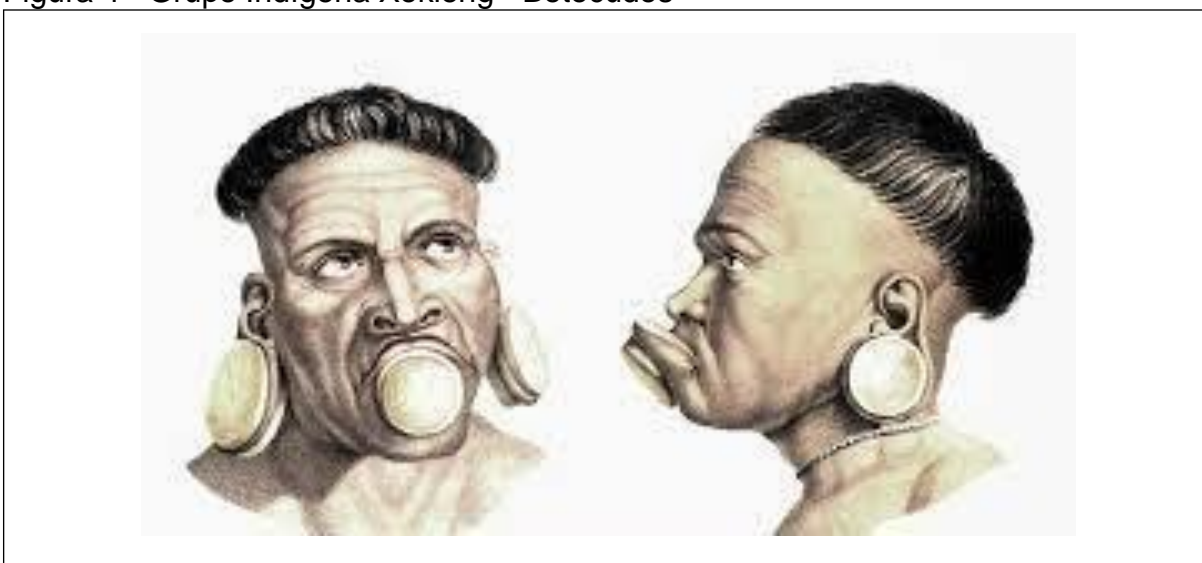
Os Xokleng eram também chamados de indígenas botocudos, pelo fato de que os meninos usavam um adorno de madeira em seus lábios inferiores o botoque⁸, era uma espécie de símbolo tribal de muito orgulho para os homens que o usavam. Assim, o botoque era colocado quando os homens eram ainda crianças e em um momento de grande festa em que estaria reunida toda a tribo. Então, furavam o lábio inferior do menino e introduziam um pequeno botoque, que seria substituído por outro maior à

⁸Desde muitos séculos, a humanidade usa objetos capazes de furar a pele. Atualmente, o termo piercing serve para designar um objeto que se coloca no corpo, geralmente como adorno, perfurando a pele. O termo em inglês tem mesmo o sentido de “penetrante”, “perfurante”. O costume de usar piercing surgiu na Inglaterra e logo se espalhou nos Estados Unidos, principalmente entre os jovens. A partir daí, chegou a outros países, inclusive o Brasil.

medida que a criança crescia até alcançar a idade adulta. Nesse sentido, Cunha (1992), explica essa denominação genética:

Botocudos – foi-lhes atribuída pelo uso dos botoques labiais e auriculares. Esses ornamentos eram feitos da madeira extraída da barriguda que, depois de cortada nas dimensões desejadas, era desidratada no fogo, o que a tornava leve e branca. Após essa fase, o botoque era pintado à base de urucu e jenipapo com desenhos geométricos. Eram os homens que confeccionavam os botoques, seguindo a indicação estabelecida pelo herói cultural Marét-khamaknian. Os de uso feminino eram menores, mas também feitos e implantados pelos homens, únicos conhecedores e com direito de exercerem tal atividade. (CUNHA, 1992, p. 423).

Figura 4 - Grupo Indígena Xokleng - Botocudos



Fonte: Ernani, (2018).

A cerimônia para a furação das orelhas para colocarem os botoques acontecia a partir do momento em que a criança atingia a idade de sete ou oito anos e a furação dos lábios inferiores acontecia mais tarde. De acordo com Santos (1972, p. 214), “as mulheres, ainda quando meninas, recebiam duas incisões abaixo da rótula, na perna esquerda. ‘Era para ter perna forte para caminhar’, disseram alguns informantes”.

Os indígenas Xokleng buscavam nas florestas alimentos, como também caçavam com toda a tribo, utilizando o arco, a flecha, a lança e a borduna nesta atividade. Alimentavam-se de frutas, mel, pinhões e larvas, mas a anta era a caça preferida. Além disso, esse grupo indígena comia carne de porco-do-mato, veado, macaco e tatu. Segundo Cunha (1992, p. 423), a organização econômica desse grupo indígena “baseava-se na caça e pesca - atividades tipicamente masculinas - e na coleta, exercida pelas mulheres”. Como bem descreve a autora, “a caça era a

atividade mais importante na vida econômica do grupo, sendo considerados hábeis caçadores” (CUNHA, 1992, p. 423).

Os grupos indígenas da região viviam se deslocando continuamente pela floresta em busca de alimentos para seu povo. Conforme Santos (1973, p. 209), o papel da mulher era fundamental nesse processo, pois “o lugar onde a mulher arriava a tralha doméstica imediatamente transformava-se em local de descanso e de alimentação. Era o acampamento”. O mesmo autor afirma que “a rusticidade dos ranchos era extrema, lembrando de modo significativo o nomadismo tradicional do grupo” (SANTOS, 1973, p. 210).

A divisão social do trabalho nesses grupos era estabelecida a partir do sexo e idade, visto que as mulheres eram responsáveis pela produção de utensílios, cuidar das crianças e seu transporte durante os deslocamentos, além de também participar das construções de suas casas. Para os homens seus deveres seriam trazer os alimentos por meio da pesca e caça, como também na criação de armas e botoques. Santos narra que para os Xokleng “não havia, assim, consumo individual dos bens produzidos. A produção e o consumo eram baseados em princípios de ampla cooperação, de maneira a assegurar participação e benefícios para todos” (SANTOS, 1973, p. 210). Tinham uma forma de falar que era própria de sua cultura e, com essa língua, se comunicavam entre si.

Além da caça, os Xokleng também praticavam a coleta de alimentos como frutas, pinhões, mel e larvas. De acordo com Santos (1973, p. 212), “a fartura em alimentos somente ocorria entre abril e junho, época em que o pinhão estava maduro”. Assim, para subir nos pinheiros os Xokleng usavam cipós ou taquaras flexíveis para conseguir derrubar as pinhas. Esse grupo tinha o pinhão como um alimento muito importante e o consumia cru ou cozido, em conserva ou assado e costumavam também produzir farinha com ele. O autor explica que essa prática de guardar os pinhões, “durante dois ou três meses, conservava suas propriedades alimentícias” (SANTOS, 1973, p. 212).

Para armazenar os alimentos por um maior período, os indígenas Xokleng faziam vasilhames de dois tipos: de cestaria e de cerâmica. Esses vasilhames passavam por várias etapas de produção, as mulheres eram responsáveis pela produção de pequenas peças de cerâmica e os homens pela produção dos cestos que teriam diversas utilidades, como por exemplo o transporte de objetos e de crianças pequenas, sendo muito do peso suportado pela testa da mulher. Conforme Santos

(1973, p. 212), na cestaria “havia uma faixa trançada destinada a servir de alça, para a mulher vultear o balaio e assim colocá-lo às suas costas, apoiando o outro extremo da alça em sua testa”. Essa faixa servia também para aguentar uma criança nas costas da mulher.

Figura 5 - Mulher Xokleng tecendo fibra de urtiga. Fotografia do ano de 1966



Fonte: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2188/1/SuelenPachecoMazzucco.pdf>

Homens e mulheres Xokleng se adornavam de formas diferentes. As mulheres usavam colares feitos de sementes e dentes de animais, já os homens usavam apenas um pequeno feixe de fios. Esses adornos, de acordo com Cunha (1992, p. 424), “apresentavam-se como pequenos cocares, pequenas faixas amarradas aos braços, pernas e coxas”, às vezes enfeitados com penas, enrolado na cintura. As mulheres vestiam uma enorme manta tecida com fibra de urtiga brava que era usada enrolada ao corpo, cobrindo a cintura até a altura dos joelhos. Para Santos (1972), essa manta no período de frio servia como cobertor para abrigar os filhos e marido.

Os Xokleng obtinham fogo friccionando dois pedaços de madeira, de uma forma bem antiga, que não era uma tarefa muito fácil. Portanto, quando mudavam-se para outros locais de acampamento, transportavam as brasas para facilitar o acendimento de novas fogueiras. Durante a maior parte do ano acampavam sobre a copa das árvores, mas em dias de mau tempo construíam abrigos com varas finas fincadas lado a lado, formando um arco que cobriam com folhas de coqueiro ou xaxim.

Cunha (1992, p. 423), menciona que havia dois tipos de moradia: “Um para

estadas mais longas – estacas fincadas em círculos, cobertas com folhas e galhos – e outro, de caráter temporário, composto de galhos da palmeira airi enterrados no chão, amarrados em cima, formando uma arcada, onde penduravam os poucos objetos do grupo familiar”.

Esses acampamentos eram demarcados pelos indígenas Xokleng, mas aos poucos foram se reduzindo pelo fato da expansão da sociedade nacional. Assim, como tinham poucos equipamentos mais bem resistentes, seu deslocamento para outros locais era de forma rápida em qualquer sinal de presença de inimigos. Segundo Cunha (1992):

A chefia era uma posição de relativa importância e não tinha caráter hereditário. A escolha recaía sobre aqueles que apresentassem características de bravura no seu comportamento. Essa bravura era explicada pela dotação de poderes sobrenaturais. Suas responsabilidades eram solucionar querelas internas, decidir o momento e o local adequado para as migrações, além de orientar a guerra. Não havia grandes diferenças entre o chefe e seus comandados. Simbolicamente, alude-se ao uso de pintura e cocar peculiares e emplumação dos arcos nas guerras - oportunidade de afirmação pessoal ante os componentes do grupo. (CUNHA, 1992, p. 423).

As guerras e os combates ocorriam pela disputa de territórios na busca de desenvolver nesses locais a caça e coleta de alimentos. Segundo a mesma autora, “após o contato, os prisioneiros de guerra eram vendidos como ‘povos indígenas de corda’ aos colonos” (CUNHA, 1992, p. 424). Esses combates eram vistos como ritualísticos, tinham local marcado para acontecer e assim havia a presença de grupos indígenas como observadores. “Os guerreiros de cada grupo posicionavam-se frente a frente e iniciavam a provocação e o espancamento alternado entre os membros dos pares. Cada par só iniciava o combate quando o anterior definia o vencedor” (CUNHA, 1992, p. 424).

Essas lutas aconteciam entre os homens e também entre as mulheres de forma muito agressiva. Conforme Cunha (1992, p. 424), “as mulheres lutavam com mordidas, puxões de cabelos, unhas e retiradas dos botoques das oponentes. Rolavam pelo chão aos gritos de forma desordenada e aparentemente sem regras mais claramente definidas”. Portanto, após as guerras, um dos costumes dos Xokleng era de cremar seus mortos com seus utensílios e suas armas, em seguida enterravam as cinzas, fazendo uma choça em cima da sepultura. Já Santos (1973, p. 212), descreve que, “após o ritual de cremação, os povos indígenas faziam uma festa, durante a qual cortavam o cabelo da viúva”.

Atualmente, todos esses fatores, segundo o autor, “são hoje lembrados como sendo ‘coisas da época em que eles viviam no mato’. Ou ‘que era coisa dos velhos, quando eles eram brabos” (SANTOS, 1972, p. 216). Isso pode ser uma forma de justificar que muitos indígenas não saibam esclarecer como realmente se dava a vida na floresta, já que muitos desconhecem detalhes sobre o que ainda conseguem lembrar.

3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE LAURO MÜLLER/SC NO TERRITÓRIO XOKLENG

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

Os Kaingang e os Xokleng são os nativos mais antigos no Sul do Brasil, os primeiros habitantes do atual território catarinense foram os indígenas de cultura tupi-guarani. Um grupo deles, os Carijó, habitava o litoral, vivendo do cultivo e da pesca. Outros grupos das famílias Jê, os Xokleng e Kaingang, habitavam o interior dos vales litorâneos, as encostas do planalto e o próprio planalto. Esses apresentavam níveis diferentes de conhecimento e cultura. Selau (2006, p. 19), afirma que “os Xokleng eram nômades e sua alimentação era garantida pela caça e pela coleta”. Assim, se deslocavam durante o ano em busca de seus alimentos. O mesmo autor traz que “no inverno, por exemplo, costumavam estar próximos às bordas do planalto catarinense, onde era possível conseguir caça e os frutos típicos da estação” (SELAU, 2006, p. 19).

Do outro lado do atlântico, no final do século XIX, a crise econômica que arruinava alguns países da Europa trouxe para o Brasil milhares de imigrantes que vinham principalmente da Itália, Alemanha e Portugal. Esses imigrantes vinham com um sonho, conseguir um bom emprego, levar uma vida digna e assim ter um pedaço de terra para cultivar e conseqüentemente assegurar um melhor futuro para seus filhos. Sobre esse viés, Selau (2006, p. 20), diz que “a imigração foi vista como uma opção para aqueles que viam poucas possibilidades de sobrevivência em seus países de origem”.

Na busca de trabalho no novo país, aqueles que tinham profissões na sua terra natal, como artesãos, sapateiros, alfaiates, etc., conseguiram logo abrir pequenos negócios por aqui. Porém, grande parte dos imigrantes instalaram-se nas regiões do Sudeste, em fazendas de café ou nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sob o sistema de parceria em que o fazendeiro pagava as despesas da viagem e da manutenção das famílias até a primeira colheita de café. Já a região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) foi destinada pelo governo brasileiro para o povoamento com colonos, que se instalavam como proprietários rurais (SELAU, 2006).

Alguns imigrantes conseguiram comprar pequenas propriedades que foram cedidas pelo governo com o objetivo de servirem de núcleos de povoados e

mecanismos de conquista, como também de manutenção do território, destinado a áreas de florestas próximas a vales e rios que muitas vezes estavam em terras indígenas. Desse modo, os imigrantes europeus, conforme o autor, “tinham a tarefa de transformar estas áreas em lugares produtivos e integrá-las ao território nacional, com sua ocupação efetiva” (SELAU, 2006, p. 20).

O governo prometia lotes de terras, ferramentas e outros tipos de ajuda para que o imigrante pudesse se estabelecer no país. Também havia casos em que a imigração era patrocinada por empresas colonizadoras. Essas empresas eram donas de vastas extensões de terras e as dividiam em lotes colocados à venda para os imigrantes.

Pode-se dizer que o estado de Santa Catarina, em termos de cultura e população, apresenta uma rica diversidade de origens, por ter recebido influências vindas de todas as regiões do mundo. Segundo os estudos de Moura (2008):

Basta pararmos para pensar nas influências trazidas pelos imigrantes que teremos um leque enorme de resultados: o idioma português, a culinária italiana, as técnicas agrícolas alemãs, as batidas musicais africanas e muito mais. Graças a todos eles, temos um país de múltiplas cores e sabores, com uma cultura diversificada e de grande valor histórico. (MOURA, 2008, p. 108).

Esses imigrantes vindos para Santa Catarina inicialmente enfrentaram muitas dificuldades ao se estabelecerem na região, pois, além de estarem vivendo em um país com idioma, hábitos e costumes diferentes dos seus, tinham que derrubar a mata, plantar e esperar pela primeira colheita, e nem sempre o resultado era satisfatório. Grosselli (2008, p. 356), ressalta que “as terras que já de início não eram muito férteis, eram em seguida empobrecidas pelos sistemas de cultivo impróprios”.

Conforme o autor, as “*derrubada e queimada* eram escolhas praticamente obrigatórias para os primeiros colonos europeus” (GROSSELLI, 2008, p. 356). Dessa forma, Costa (2011, p. 124), discorre que “foi no Sul do país, onde os governos das províncias se interessaram pelo desbravamento de largas faixas de floresta, que a colonização se firmou”.

Precisaram desenvolver condições de sobrevivência e adaptação, pois a alimentação muitas vezes era insuficiente, gerando assim a necessidade de desenvolverem a agricultura com o plantio de milho, feijão e batata, entre outros alimentos, como também o desenvolvimento da pecuária (suínos, bovinos, etc.). Segundo Grosselli (2008, p. 357), “o colono muitas vezes era mantido nos barracões

devido à falta de lotes demarcados, o que restringia ainda mais o tempo útil para as operações agrícolas”. Por não haver estradas para locomoção, passaram a utilizar o meio de transporte mais comum da época, os animais.

Mas não bastava apenas ficar e sobreviver nessas novas terras, era necessário conviver e se relacionar. Era preciso se readaptar e aprender uma nova cultura, uma nova língua, o português. Nesse mesmo viés o indígena Krenak (2019), reforça que:

A ideia de nós, os humanos, nos deslocarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (KRENAK, 2019, p. 12).

A chegada constante de imigrantes promoveu o surgimento de povoados no interior de Santa Catarina. Os atuais municípios de Blumenau, Joinville, Brusque, Nova Trento, Botuverá, Pedras Grandes, Nova Veneza e Ibirama são exemplos de locais fundados pelos colonos europeus ou que se expandiram com a chegada desses estrangeiros. Santos (1973, p. 57), ressalta que “o país queria progresso, vencendo a estagnação em que se encontrava a sua economia”. Por isso, segundo o mesmo autor, “as províncias desejavam aumentar sua produção de riquezas; fazendeiros queriam mão-de-obra [...]; os imigrantes, por último, procuravam oportunidades para vencer” (SANTOS, 1973, p. 57).

Nesse contexto, muitas outras preocupações fizeram parte da imigração e da colonização catarinense. Costa (2011, p. 127), afirma que “em muitos momentos, ficou claro que o aprimoramento e o branqueamento da raça estavam presentes entre os objetivos dos ideólogos que se empenharam em favor da imigração e da pequena propriedade”. O mesmo autor complementa que “o branqueamento da raça implicava no aprimoramento desta e, conseqüentemente, na ideia de que o país estava se modernizando e sua população civilizando-se” (COSTA, 2011, p. 128).

3.2 CHOQUE DE CULTURAS: IMIGRANTES X XOKLENG

Apesar de o Brasil ser um grande país, começaram a surgir vários conflitos pela posse da terra, sendo que as terras indígenas passaram a ser muito desejadas por outros grupos. Nesse sentido, Costa (2011, p. 136), destaca que “o imigrante ainda teve pela frente o fato de a floresta abrigar uma população indígena, que para ele era totalmente estranha – a população Xokleng”.

Os indígenas não costumavam destruir o meio ambiente e, portanto, as áreas onde viviam tinham a natureza preservada e florestas com enormes árvores. Conforme Namem (1994, p. 94), “muitas vezes, as empresas madeireiras se encarregavam de invadir a área indígena para roubar os recursos florestais”. Esses e outros motivos foram fatores de muitos conflitos e que contribuíram para que os indígenas tivessem suas terras invadidas. Assim, Costa (2011, p. 136), ressalta que “a fixação do imigrante, [...] acabou processando-se num quadro de competição, onde dois tipos de população disputavam um fator decisivo para a sobrevivência: a terra”.

Com o povoamento do sul do Brasil, os Xokleng foram, cada vez mais, perdendo as terras onde habitavam, e assim ficaram sem ter acesso às áreas do planalto, também conhecidas como campos de Lages. Para Ribeiro (2017, p. 61), “à medida que eram escorraçados de suas terras, os indígenas se juntavam aos bandos que perambulavam pelas fazendas, à procura de um lugar onde se pudessem fixar”.

Fausto (1995, p. 50), ressalta em seus estudos que “os povos indígenas resistiram às várias formas de subjeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório”. Segundo o mesmo autor, também “foram vítimas de muitas doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais os indígenas não tinham defesa biológica” (FAUSTO, 1995).

Com a falta de estradas no início do século XVIII, foi preciso ir abrindo caminho para que o gado que vinha do Rio Grande do Sul pudesse passar. Esses caminhos ficaram conhecidos como o caminho dos conventos e, mais tarde, o caminho das tropas. Nos caminhos dos conventos, o gado apreendido nos pampas era levado por trilhas que seguindo o litoral chegava à cidade de Laguna. Depois, esses animais eram embarcados em navios com destino ao litoral de São Vicente, no qual seriam conduzidos para as regiões de consumo, as minas.

Mais tarde, com a abertura do chamado “caminho das tropas” que surge depois, era todo feito por terra. Além de ser mais econômico, evitava as despesas com o transporte marítimo. Essa estrada criou uma ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, atravessando territórios onde circulavam e habitavam os Xokleng em sua vida nômade. Pereira (1995, p. 49), reflete em seus escritos que “a abertura da estrada de tropas contribuiu, assim, decisivamente para a diminuição do território indígena”. Nessa perspectiva, segundo o autor, “os indígenas passaram a sentir as consequências da penetração da ‘civilização’ em seus domínios tradicionais” (PEREIRA, 1995, p. 49).

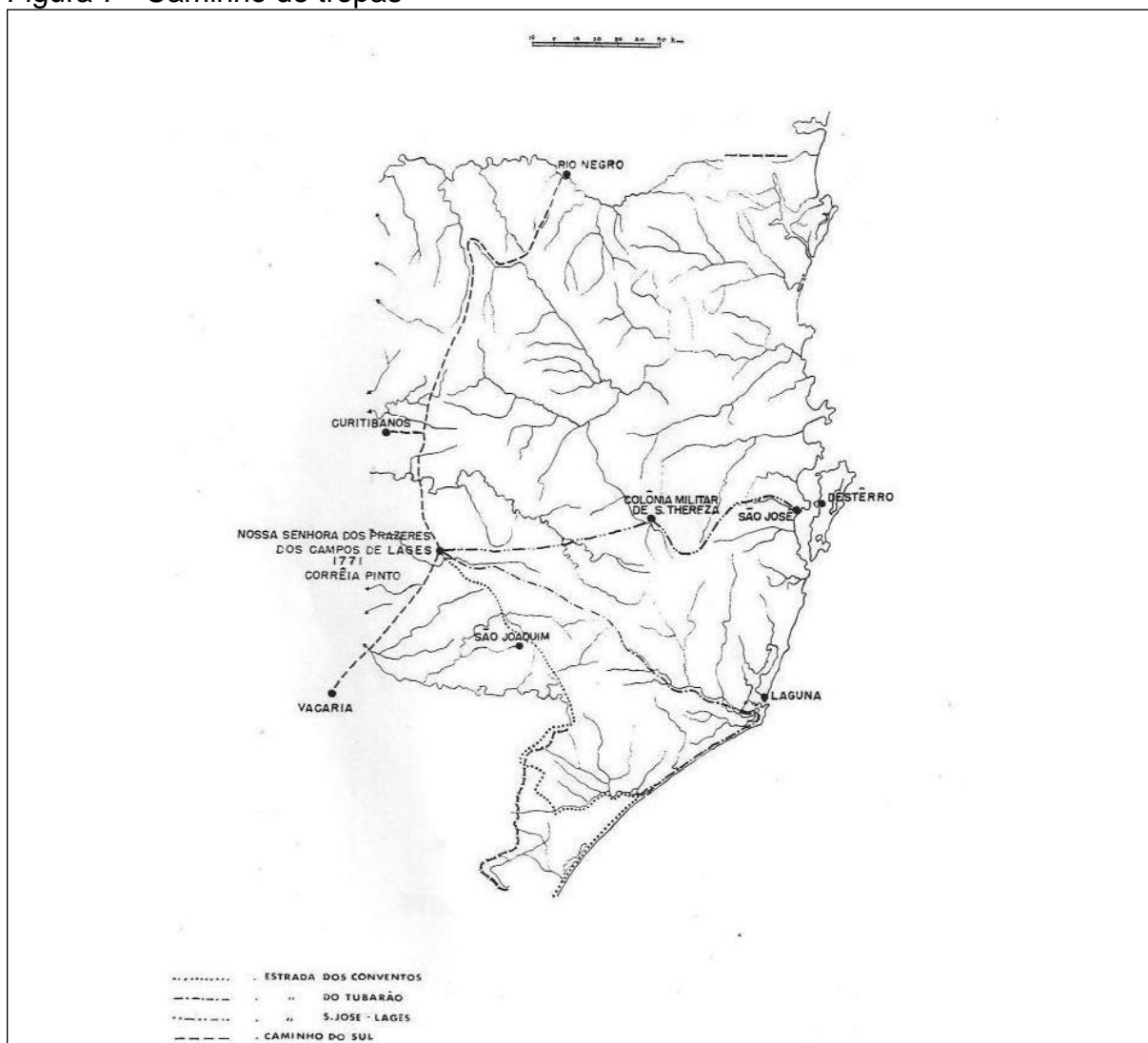
Figura 6 - Itinerário das tropas de gado do Sul rumo à feira de Sorocaba



Fonte: Piazza, p. 168, (1983).

O gado aprisionado inicialmente no Rio Grande do Sul seguia o curso do rio Araranguá, andando por caminhos abertos na mata; depois, indo em direção ao planalto de Lages, onde seguiam até o estado de São Paulo (Figura 6). De acordo com Baldin (2020, p. 23), os gados seguiam “para os campos gerais de Curitiba ou seguiam para o porto de Santos de onde eram encaminhados, em especial, o gado, à feira de Sorocaba na Capitania de São Paulo”. Além disso, os tropeiros também faziam o caminho inverso transportando produtos manufaturados para a venda nos campos do Rio Grande do Sul para São Paulo (BALDIN, 2020).

Figura 7 - Caminho de tropas



Fonte: Piazza, (1970), apud, Câmara, (2020).

Com o passar do tempo, houve uma importante alteração no caminho das tropas, que passou a atravessar os campos de Vacaria, para atingir a região de Lages (Figura 7). De acordo com Santos (1973, p. 54), “desde a abertura da ‘estrada de tropas’, através dos campos de Lages, no século XVIII, a presença dos Xokleng e Kaingang nos campos, e nas florestas que cobriam as serras, era confirmada pelos ataques que faziam aos tropeiros”. O autor ressalta que apesar da imensidão do território somente em algumas ocasiões os indígenas se atreviam a atacar (SANTOS, 1973).

Após os povos indígenas do tronco linguístico Jê, ancestrais do Kaingang e Xokleng, os bandeirantes paulistas foram os próximos a colonizar a região de Lages, e em seguida os negros, caboclos alemães, italianos e outros. Somente em 1900 que descendentes de italianos começaram a se instalar como colonos, na região dos

campos de Lages, que vinham de outras áreas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

3.3 ABERTURA DA ESTRADA DA SERRA DO RIO DO RASTRO

Os tropeiros passavam pela região da Serra do Rio do Rastro, que até hoje impressiona por suas perigosas curvas e despenhadeiros. Mas, além do perigo dos precipícios da serra, os tropeiros temiam os indígenas nativos, que muitas vezes atacavam as cargas e eram rotulados preconceituosamente de “bugres”, pela ignorância do homem não indígena.

No intuito de expandir ainda mais o comércio entre a região da serra e o litoral, o então governador de Santa Catarina, Vidal José de Oliveira Ramos, entre os anos de 1902 e 1906, abriu a Serra do Rio do Rastro, ligando o município de Bom Jardim da Serra, que na época pertencia a São Joaquim, ao litoral.

A estrada na época, conhecida por Serra Nova e Serra do Doze, passou a ser o caminho preferido dos tropeiros, que transportavam grande quantidade de tropas de cargueiro e de gado, e desciam e subiam diariamente o trecho íngreme de seis quilômetros. E era na descida que os tropeiros gritavam para baixo avisando os que estavam subindo, pois se outra tropa viesse subindo, deveria procurar um lugar mais espaçoso, mais largo, a fim de evitar um encontro nos lugares íngremes e estreitos. Dall’Alba (1986), explica como eram esses encontros:

Nas serras antigas, construídas para dar passagem a uma mula por vez, eram raros os trechos que permitiam o encontro de duas tropas. Por isso havia todo um ritual a ser observado. Quem se encontrasse em cima devia dar um sinal de si com gritos. Embaixo respondia também com gritos ou com tiros de pistola. Havia sinais para dizer quem esperava nos lugares que permitissem um encontro. O perigo era constante e todo cuidado era pouco. (DALL’ALBA, 1986, p. 128).

Durante a travessia da serra com seis quilômetros sinuosos de apenas dois metros de largura havia um ou outro lugar mais espaçoso, onde se podia reunir a tropa para uma parada de descanso e matar a sede nos pequenos mananciais de água fresca, que brotavam das rochas em meio ao matagal. Geralmente os caminhos eram apenas trilhas e picadas de tropas, então era preciso ter boa lembrança para não se perder, principalmente em dias de cerração muito fechada, em que a visibilidade ficava

difícil. Nos dias de chuva o risco de desmoronamentos sempre rondava e geralmente os tropeiros esperavam alguns dias para poder subir.

Era um trabalho duro para os tropeiros, de subir e descer a serra. De acordo com Baldin (2020, p. 27), “o vaivém da subida e da descida pela serra íngreme exigia grande esforço tanto dos tropeiros como dos animais”, pois eles chegavam a levar até 100 cabeças de gado. De acordo com as pesquisas da autora, sobre os indígenas que habitavam a região serrana, com a “passagem dos tropeiros fazendo suas trilhas, seus *carreiros*, esses indígenas levantaram suas aldeias e foram situar-se, ou melhor dizendo, foram esconder-se mata adentro - procurando ficar cada vez mais distantes dos locais por onde passavam as tropas” (BALDIN, 2020, p. 30).

Durante um bom tempo, Santa Catarina e Paraná foram apenas o caminho de passagem do centro do Brasil para a região Sul. Mas, como a viagem levava muitos dias, improvisavam “pousos”, lugares onde paravam para pernoitar, para descansar e prover-se de alguns mantimentos básicos para a viagem. Com o tempo, esses locais foram se tornando povoados, tanto em Santa Catarina quanto em outros estados, mais tarde transformando-se em vilas e cidades.

Em seus estudos Henriques (2000, p. 16), destaca que “o povoamento em torno da estrada de tropas estimulou a formação de vilas e o aparecimento de fazendas nos campos onde viviam os Xokleng”. Esses povoados surgiram por meio dos tropeiros, bandeirantes caçadores de indígenas e madeireiros que também os difundiram em todo o território catarinense.

Alguns tinham a crença de que os indígenas não atacavam os que viajavam isolados, o que os deixava um pouco mais tranquilos, visto que era dos animais ferozes que todos realmente tinham medo. Segundo Dall’Alba (1986), a atividade dos tropeiros teve grande importância:

O trabalho dos tropeiros era pesado. Além dos péssimos caminhos, havia onças e bugres. Em cada pouso, era preciso descarregar toda a carga. Comida preparada por eles mesmos. Dormir nos galpões ou ao relento, sobre os arreios, envolto na capa, às vezes molhada. De madrugada, pegar as mulas, mantidas unidas pela madrinheira presa no laço, correr pelo mato atrás de alguma fujona. Depois encilhar uma por uma, sem uma troca de arreios, as vinte, trinta e quarenta mulas e tocar-se pelas picadas do mato, pelos peraus da serra, nas travessias perigosas dos rios, quase sempre na lama, à chuva, ao frio. (DALL’ALBA, 1986, p. 134).

Entre 1940 e 1950, com o desenvolvimento do comércio através das florestas de araucárias, inicia em São Joaquim, hoje Bom Jardim da Serra, o Ciclo da Madeira,

trazendo para o município várias madeiras, dentre elas a Empresa Gaúcha Madeireira S.A., e com isso a necessidade de escoamento rápido e econômico dessa produção para o litoral. Surgiu então a ideia de construir junto à Serra do Rio do Rastro, que na época não tinha suportes e condições de tráfego de caminhões, um Cabo Aéreo construído de aço, pelo qual as tábuas de madeiras eram enviadas para baixo.

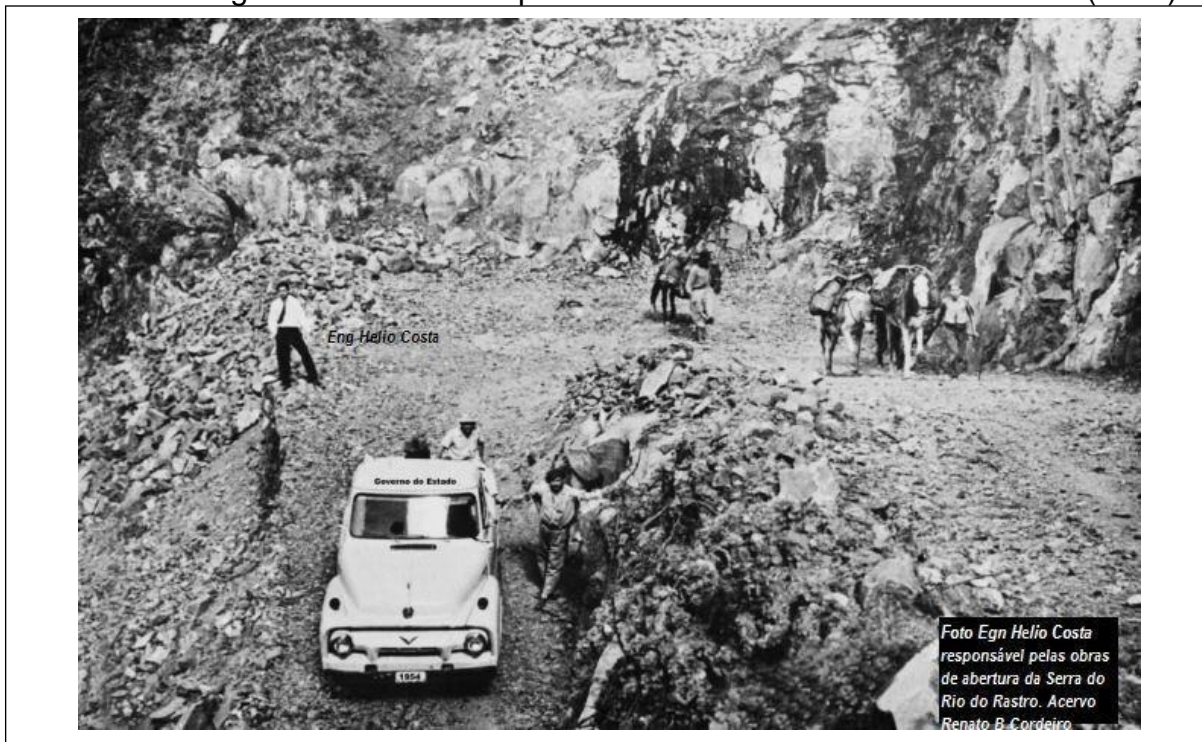
Esse cabo ficava localizado na parte de cima da serra, na cabeceira do rio Capivaras, e possuía 300 metros de extensão, no qual operava em uma velocidade de 150 km/h, fazendo todo o trajeto em dois minutos e em funcionamento 10 horas diárias. O transporte da madeira era feito em três fardos, cada qual com capacidade de 2,5 dúzias de madeiras serradas. De acordo com Dall'Alba (1986, p. 375), esse transporte causava “um hórrido espetáculo ver as pilhas de tábuas mergulhar no abismo e em poucos minutos ser recolhidas lá no fundo”. Segundo o mesmo autor, houve pessoas que arriscaram suas vidas ao subir, nesse perigoso meio de transporte (DALL'ALBA, 1986).

O Cabo Aéreo encerrou suas atividades em 30 de novembro de 1964, quando a Serra do Rio do Rastro proporcionou o tráfego de caminhões. Apesar de toda a violência de sua operação, morreram apenas duas pessoas. Entre 1950 e 1955 foi iniciada a abertura da serra para a passagem de veículos de pequeno porte, alterando em alguns trechos da estrada o curso original a fim de facilitar o alargamento. Conforme Dall'Alba (1986, p. 128), essa reforma “não deu passagem para carros, até em cima da Serra, mas ficou regular estrada de rodagem até Novo Horizonte ou Km 12, o que permitiu a essa localidade tornar-se forte entreposto comercial entre o litoral e serra”.

Com a abertura da estrada Serra Acima, o progresso de Novo Horizonte teve fim. Na época, a estrada recebeu o nome de Rodovia Irineu Bornhausen (SC- 438)⁹ e foi inaugurada com grande festa no dia 20 de setembro de 1955. Transformada em rodovia, a Serra do Rio do Rastro ligou de uma vez todas as duas grandes e importantes regiões catarinenses: Litoral Sul e Planalto Serrano, a mais de 1421 metros de altitude (altitude do Mirante). Mesmo quando abriram a serra para a passagem de carros pequenos, ainda era possível encontrar alguns tropeiros com cargas de mula, mas com cargas menores.

⁹ A estrada chamada de SC 438, atualmente foi rebatizada e hoje é chamada de SC 390.

Figura 8 - Tropeiros sobem a Serra do Rio do Rastro – Lauro Müller/SC, ao lado de funcionários do governo do Estado que trabalhavam na abertura da estrada (1954)



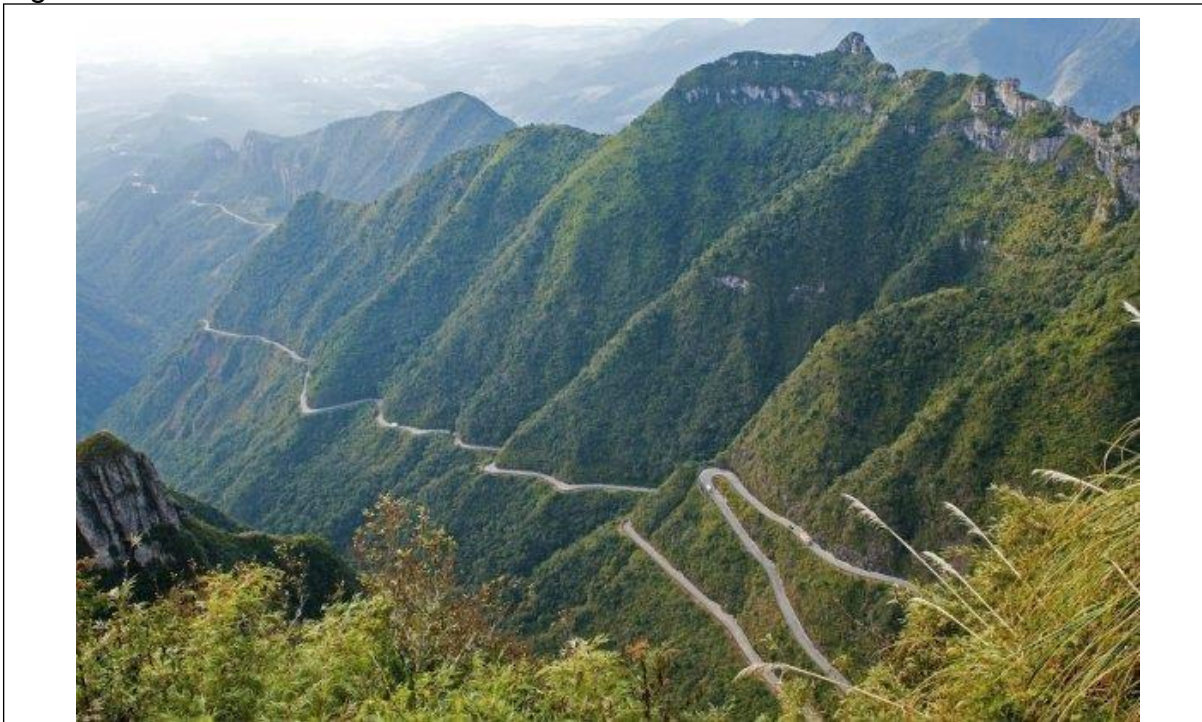
Fonte: NSC Total, (2018).

A complementação das obras de alargamento da serra aconteceu em 1960, na gestão do governador Jorge Lacerda, que possibilitou o trânsito de caminhões maiores. Além de fazer o percurso em menos tempo, que antes podia levar dias, os caminhões possibilitavam transporte de um volume bem maior de produtos e, assim, aos poucos os tropeiros começaram a desaparecer. De acordo com Dall’Alba (1986, p. 127), “o caminhão facilitava por demais, e ninguém tinha tempo e gente para enfrentar uma tropeada”.

Diante da importância dessa obra para os transportes e desenvolvimento econômico da região serrana, de 1984 a 1986, no primeiro mandato do governador Esperidião Amin Helou Filho, a Serra do Rio do Rastro recebeu a pavimentação asfáltica que contemplou com sua extensão de 23,7 km, sendo 6,9km de concreto na parte mais íngreme, oferecendo muito mais segurança aos motoristas que trafegavam naquele local. A obra foi devidamente projetada para não interferir no ecossistema e na beleza natural da serra.

A nova rodovia, agora SC-390, culminou na imortalização da Serra do Rio do Rastro, colocando-a entre as principais obras de Santa Catarina no século XX e referência turística do estado.

Figura 9 - Estrada da Serra do Rio do Rastro



Fonte: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/transportes-e-estradas?start=60>

A abertura dessa estrada, além do desmatamento e alterações na paisagem natural, trouxe o progresso e desenvolvimento dessa região, ligando o litoral e a região serrana, fundando as primeiras vilas, povoados, criando as cidades. Porém, o grupo indígena Xokleng sentiu-se acuado, afastado de seu habitat natural, passando a viver em outros locais, conforme relatos dos moradores entrevistados da comunidade do Rio do Rastro em Lauro Müller.

Atualmente passam pela serra grandes ônibus e caminhões. A rodovia apresenta um trânsito seguro, tanto pela sinalização e muretas de proteção quanto pela estratégia de sua construção, que produz a ilusão de uma estrada de luz durante a noite.

3.4 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

O município de Lauro Müller está localizado entre o Planalto Serrano e a Planície Litorânea, a 180 km da capital Florianópolis, próximo à serra geral, na região sul do estado de Santa Catarina. Possui uma população de 15.313 habitantes, com área territorial de 270,51 km². A economia do município é voltada principalmente à agricultura, à pecuária, à mineração e ao comércio (IBGE, 2010). Assim, Dall'Alba

(1986, p. 371), ressalta que, “emoldurada pelos contrafortes da Serra Geral, Lauro Müller está situada a uma altitude média de 198 m. Tem um subsolo muito rico em minérios, destacando o carvão mineral [...]”.

A história de Lauro Müller está ligada à exploração de carvão e madeira na região Sul do Brasil, visto que o carvão mineral era considerado um precioso produto gerador de energia barata. A descoberta dessas jazidas carboníferas datam de 1841, por meio de tropeiros que passavam pela região levando tropas de gado e diversos tipos de produtos do planalto serrano até Laguna. A descoberta do carvão ocorreu de forma natural, quando os tropeiros na localidade de Barro Branco juntaram algumas pedras para usar na construção de fogões improvisados e, em um desses momentos, eles perceberam que estas ardiam e entravam em combustão.

Sobre esse fato Dall’Alba (2003), ressalta:

A notícia das pedras que ardem Serra abaixo correu célere pelos pousos. Tropas subiam, tropas desciam. De Laguna o caso chegou até a Corte. “Pedra queimando? Cheiro de enxofre? Pois então é carvão de pedra!” Carvão de pedra no Brasil! A exportação, a indústria, a riqueza. Um sonho! (DALL’ALBA, 2003, p.18).

Em 1861 o governo contratou o Visconde de Barbacena para lavra de carvão mineral, numa área de duas léguas quadradas de terras. De acordo com Lopes (2008, p. 6), o carvão iria “baratear a logística no transporte sobre trilhos e sobre águas”. O mesmo autor ressalta que “barcos e locomotivas a vapor passaram a circular em várias partes do mundo, tendo como combustível principal o precioso carvão mineral” (LOPES, 2008, p. 6). Com a dificuldade de capital na execução e extração do carvão, a exploração foi sendo prorrogada.

Em 1880 finalmente foi renovada a exploração do carvão em pequena escala e depois de quatro anos, em 1884, foi concluída a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina¹⁰ (EFDTTC) e inaugurada no ano seguinte, com 111 quilômetros ligando a Estação das Minas aos portos de Laguna e Imbituba. Conforme Lopes (2008, p. 7), “este fato, de suma importância para a região, motivou a exploração da primeira mina de carvão, no Quilômetro Um. Assim, surgiu a localidade conhecida então por Estação das Minas, hoje Lauro Müller”.

¹⁰A estrada construída pelos ingleses no sul de Santa Catarina recebeu o nome de Estrada de Ferro Tereza Cristina por ser este o nome da esposa do imperador D. Pedro II. Era uma homenagem à imperatriz.

Nesse processo de exploração do carvão, o mesmo autor explica que:

A construção da estrada de ferro interligando-nos ao porto de Imbituba e com a exploração da mina do Quilômetro Um, motivou a vinda de muitas famílias para esta região agora bem dotada de empregos e facilidades de locomoção e transporte da produção da agricultura familiar. Assim, surgiram os primeiros mineiros e a colonização agrícola também foi intensificada. Famílias de comunidades vizinhas, de várias etnias, vieram fazer parte da história desta cidade. A mina do Quilômetro Um foi a primeira mina de carvão mineral do Brasil, o que dá à cidade de Lauro Müller o título de Pioneira na extração do Carvão Nacional. (LOPES, 2008, p. 7).

Com a conclusão da Estrada de Ferro Tereza Cristina, as mercadorias que chegavam e eram descarregadas pelos navios em Laguna passaram a ser transportadas de trem até Lauro Müller, encurtando todo o percurso feito pelos tropeiros e assim aumentando expressivamente as mercadorias comercializadas.

Na época, Lauro Müller era distrito do município de Orleans e, de acordo com Dall'Alba (1986, p. 371), “em 25 de setembro de 1905 a estação das minas recebe o nome do estadista Lauro Müller, nome dado pelo engenheiro Álvaro Marcondes dos Reis”. Uma homenagem ao então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller.

Em maio de 1916, Henrique Lage trouxe o engenheiro suíço Walter Verterli para reiniciar os trabalhos com sondagem e conhecer as jazidas de carvão. Conforme Lopes (2008, p. 7), Walter Verterli foi “nomeado gerente das então Minas de Lauro Müller, iniciando a exploração de carvão na localidade de Barro Branco”. De acordo com Cardoso (2005, p. 140), o engenheiro suíço Walter Verterli “foi o grande braço de Henrique Lage na reativação das minas, à frente das quais permaneceu por mais de vinte e cinco anos”.

Por volta de 1917 o castelo começou a ser construído. Para Dall'Alba (1986, p. 372), “a construção do castelo deve ter dado ânimo novo para os comerciantes que viam nele um sinal de estabilidade”. O castelo Henrique Lage é uma réplica de um castelo suíço, que foi construído por Henrique Lage, com uma bela arquitetura, com telhado em várias águas, terraço, um mirante em forma de torre circular e jardins. Foi construído para homenagear Gabriella Besanzoni, cantora italiana de ópera, com quem se casou.

Dall'Alba (1986, p. 373), ressalta que “o castelo era residência de descanso do Henrique Lage. Lá eram recebidas as personalidades. Davam-se festas pomposas”. Como o casal decidiu morar no Parque Lage, no Rio de Janeiro,

o castelo serviu de hospedagem para os engenheiros das empresas de Henrique Lage na região.

O castelo de Lauro Müller foi tombado como Patrimônio Histórico da Fundação Catarinense de Cultura, em 1998. Atualmente o imóvel pertence ao Grupo Salvaro. Nas palavras de Cardoso (2005),

Castelo, que levou sete anos para ficar pronto, que foi símbolo e quartel duma força que a nosso ver tudo podia, que recebeu gente de vulto e parecia ser mais do que reino das nuvens que da terra preta e dura, vejo que ele ficou bom mesmo para ser uma despreziosa pousada. (CARDOSO, 2005, p.143).

Figura 10 - Castelo de Lauro Müller – SC, construído em 1919



Fonte: Encantos do Sul, (s.d).

Com a exploração do carvão em 1921, o povoado teve um crescimento significativo, sendo elevado à categoria de vila. No ano seguinte foi criada a Companhia Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco (CNMCBB), com isso inúmeras estradas foram abertas no interior. Todo o crescimento e desenvolvimento da cidade de Lauro Müller está ligado à companhia mineradora, sendo responsável por fornecer energia elétrica, manutenção de estradas e aberturas de bairros. Dall'Alba (1986, p. 372), ressalta que “a vida da vila passará a girar em torno do carvão, numa dependência total. História da vila é a história da CNMCBB”.

Com o desenvolvimento do carvão veio a exploração local e os indígenas foram gradativamente expulsos da região. Dall'Alba (1986, p. 375), destaca que em 1947, em Lauro Müller, “o Delegado Machado comete a última grande carnificina de povos

indígenas Kaingangues ou Xoklengs”. Nessa carnificina apenas três indígenas conseguem escapar, o restante foi dizimado. Esse fato coincide com relatos dos moradores da região que serão abordados no próximo capítulo.

Alguns anos depois, em 20 de janeiro de 1957, o distrito de Lauro Müller consegue sua emancipação político-administrativa de Orleans (LOPES, 2008). Dall’Alba (1986, p. 375), ressalta que nesse dia foi “[...] nomeado seu primeiro prefeito na pessoa de Isaac Bertoncini”. Mas apenas em 12 de maio de 1957, por meio de votação, foi eleito Flávio Riguetto como prefeito de Lauro Müller.

Em 15 de fevereiro de 1971 aconteceu a primeira e grande enchente do Rio Tubarão e afluentes, quando uma enxurrada caiu nas encostas da serra geral, destruindo várias casas de moradias, prédios de comércio, arrancando e retorcendo os trilhos da estrada de ferro, como também ocasionando a morte de oito pessoas, vítimas fatais desse triste acontecimento. Rios de lama e entulhos tomaram a cidade, estradas e plantações. Esse fato marcou o fim do transporte ferroviário neste ramal da EFDTC (LOPES, 2008). A maior enchente de todos os tempos trouxe grandes dificuldades para Lauro Müller. Nas palavras de Dall’Alba (1986), foi um momento trágico:

Duas horas de violenta tromba d’água encheu os rios, que se precipitaram da Serra com força avassaladora... A mais prejudicada foi a Companhia Barro Branco, que teve todas as suas minas e instalações destruídas. Os empregados ficaram preocupados vendo seus empregos ameaçados, esposas e filhos chorando, ante o futuro sombrio. Gesto que não pode ser esquecido foi o da direção da empresa, que, na manhã seguinte, por seu Diretor Sebastião Netto Campos, compareceu diante do escritório Central e confirmou a todos no emprego, decretando férias para os que haviam perdido sua frente de trabalho. Parte dos trabalhadores foram empregados na reconstrução. Todos os salários foram pagos regularmente, sem descontar um dia sequer, mesmo sabendo que a lei, numa situação de calamidade assim, permitia aos donos dispensar os empregados sem indenização alguma. Fato emocionante foi o acontecido dois meses depois, quando, recuperado o ramal da Rocinha, para o transporte para o lavador, a primeira locomotiva fumegante, foi recebida com foguetes e vivas. Na frente da caldeira, com os dizeres: “Fizemos a nossa parte” e “Saudamos nossos operários”. Era o dia 10 de maio de 1971. (DALL’ALBA, 1986, p. 362).

Após três anos, e ainda sem ser recuperados os estragos ocorridos pela enchente, Lauro Müller voltou a passar por nova calamidade, nova enchente. Foi em 24 de março de 1974, e desta vez a enchente atingiu todo o Sul do estado, ausando muita destruição. Varreu praticamente as margens do rio Tubarão e todo o ramal ferroviário que atendia Lauro Müller e Orleans. Nessa ocasião, apenas uma

morte a lamentar.

Figura 11 - Lauro Müller, na enchente de março de 1974



Fonte:Imagem. Sulinfoco, (2012).

Apesar de Lauro Müller ser violentamente devastada pela força dos rios Passa Dois e Bonito, que ao se encontrarem no centro da cidade formam as águas do rio Tubarão, aos poucos foi reconstruída e seu povo continuou trabalhando para o seu crescimento.

A segunda enchente, que também arrasou parte da cidade de Tubarão, modificou os rumos da mineração em Lauro Müller. O então diretor da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, ao sobrevoar a região atingida, sugeriu ao Ministro dos Transportes, conforme Dall’Alba (1986, p. 362), que “fosse erradicado o ramal para Lauro Müller, dizendo que a reserva de carvão da região não compensava a reconstrução da ferrovia”. Apesar das dificuldades, o mesmo autor ressalta que “os donos das minas perseveraram, mesmo tendo de levar, em caminhão, o carvão para a caixa de Urussanga” (DALL’ALBA, 1986, p. 362).

Atualmente, o desenvolvimento da atividade econômica da cidade não está voltada apenas à extração de carvão, existe também a extração de argila, agricultura, comércio de madeiras, indústria cerâmica, transporte rodoviário e frigoríficos, além de produtos de fabricação artesanal, como açúcar mascavo, melado, cachaça, vinhos, leite e seus derivados, doces e produtos em conserva. Como alternativa econômica,

capaz de gerar empregos sem poluir, está sendo desenvolvido o turismo no município, aproveitando as belezas naturais, históricas e culturais. Como exemplo, a reabertura da trilha dos tropeiros e a criação do Eco Museu Serra do Rio do Rastro em 2014, que tem como finalidade explorar e preservar a área que fica localizada dentro dos limites territoriais do município. Sua sede está na antiga Estação Ferroviária, transformada em Centro de Informações Turísticas, após restauração no ano de 2016. As administrações públicas ao longo do tempo vêm conscientizando para a necessidade e o potencial turístico, incentivando a instalação de quiosques, restaurantes, pousadas rurais, lazer e entretenimento.

4 REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA XOKLENG NOS LUGARES DE MEMÓRIA

Sobre o conceito de representação é importante enfatizar o pensamento de Chartier (1991, p. 179), que traz “o cruzamento de histórias” nas práticas sociais, como meio de identificar a “história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos”. A representação é, portanto, “o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é” (CHARTIER, 1991, p. 184).

Partindo do estudo de registros históricos do processo de colonização dos imigrantes na região Sul de Santa Catarina, mais especificamente nos municípios de Orleans, Urussanga e Lauro Müller, foram interpretados os registros de memória dos que vivem naquele território.

Nessa perspectiva, revisitar a memória desse período significa adentrar na época desses nativos e suas representações atuais e enquadramento sobre diferentes sujeitos em determinados lugares de memória.

Para tanto, quando se trabalha com memórias, precisamos inter-relacionar com a identidade, assim não se discute memória sem identidade. As ressignificações das memórias do passado das pessoas sobre o que foi vivido ou ouvido por relatos de gerações anteriores são reconstruídas não somente na escola, mas em todos os espaços de interação social e comunicação que acionam o dispositivo das memórias e auxiliam na construção de representações e mobilizam as fontes de memórias culturais.

Dessa forma, torna-se necessária a compreensão da história local e regional, fundamentada na realidade de tempos e espaços do presente e sua relação com o passado registrados nos acervos históricos de museus locais.

4.1 OS XOKLENG NAS MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DO RIO DO RASTRO

Ao ouvir os sujeitos da comunidade do Rio do Rastro - Lauro Müller/ SC, realizou-se a entrevista semiestruturada, para perceber as representações dos indígenas Xokleng nos lugares de memória da comunidade. Assim, durante a exposição nos resultados e discussões, para manter o sigilo dos participantes foram utilizados nomes de animais conforme a nomenclatura indígena Tupinambá:

tamanduá, capivara, jacaré, cutia, jabuti e tatu.

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados/sujeitos da comunidade

Entrevistados	Sexo	Idade	Descendência	Profissão	Endereço
Capivara	M	46	Italiano	Agricultor	Lauro Müller/SC
Cutia	F	84	Italiana	Agricultora	Lauro Müller/SC
Jabuti	M	69	Italiano	Agricultor	Lauro Müller/SC
Jacaré	M	68	Italiano/Indígena	Agricultor	Lauro Müller/SC
Tamanduá	M	72	Italiano	Agricultor	Lauro Müller/SC
Tatu	M	85	Italiano	Agricultor	Lauro Müller/SC

Fonte: Da autora, 2021.

Segundo relatos dos agricultores que residiram e residem nessa comunidade, eles encontraram vários artefatos indígenas, principalmente pontas de flechas de diversos formatos, que comprovam a existência dos originários na região. Entre as pessoas entrevistadas estão cinco indivíduos do gênero masculino e um do gênero feminino, com idades variando entre 46 e 85 anos.

Seguindo o roteiro da entrevista, a primeira pergunta se referia ao tempo que o entrevistado residia em Lauro Müller. Desses, 83% são naturais do município, sendo que apenas 17% vieram morar no local com três anos de idade. Quando se questionou sobre a origem da família e pediu-se para relatar um pouco de sua história, todos afirmaram ser de origem italiana. Porém, o entrevistado Jacaré complementou explicando que seu bisavô era um indígena da região, que foi aculturado no início do século XIX, e conheceu sua bisavó, uma índia originária da tribo Xokleng que habitava a região.

Jacaré ressaltou que:

Da parte da minha mãe era italiano e da parte do meu pai indígena. [...] Meu pai era descendente de indígena... o bisavô do meu pai, era descendente de índio também, mas ele era agrimensor... daí ele media as matas. Naquele tempo os povos indígenas andavam na região e ele conhecia todos os povos indígenas Então... ele gostou de uma índia, só que os povos indígenas não aceitaram... que o meu bisavô namorasse com essa índia. Aí... queriam matar o meu bisavô... Mas o meu bisavô tinha que medir terra e gostava dela... onde ele pegou¹¹ e foi se comunicar pelas madeiras... já que meu avô não podia ir conversar com ela. Deixava escrito nas madeiras, nas árvores... onde ele passava medindo... e ali eles se comunicavam... não sei como, mas se comunicavam... No final ele conseguiu, por intermédio

¹¹Expressão usada na época para expressar o que a pessoa fez. Logo, refere-se a um advérbio de ação.

dessa comunicação, chegar onde ela morava e “robou” ela... roubou a índia dos índio e levou pra casa dele! A partir daí, ele construiu a família dele com a índia e nasceu meu avô... pai do meu pai. A mulher dele era índia do mato mesmo!!!

A fala do entrevistado expressa uma sequência da história, onde relata a origem de sua família, voltada a símbolos e remetendo à representação romantizada de um passado que ele mesmo deseja lembrar. Em sua descrição percebe-se a dificuldade do encontro entre as diferentes culturas, que resultaria em conflitos culturais, sociais e religiosos da época, relatando os obstáculos de um amor proibido entre um jovem italiano e uma jovem indígena. Na época, mediante a desaprovação dos grupos, os jovens apaixonados se comunicavam por meio de símbolos deixados nos troncos das árvores para expressar o seu amor. Prática essa utilizada ainda nos dias atuais para eternizar memórias de jovens casais. Mas em alguns casos nem sempre foi assim, muitas vezes esse processo de roubo, não necessariamente tinha a permissão da mulher indígena, algumas delas eram sequestradas da tribo pelos colonos e trabalhavam como escravas ou eram mantidas em suas casas contra a própria vontade.

Essas lembranças manifestam viés educativo, como também conteúdo cultural em relação à cultura imaterial de uma comunidade em articulação com a cultura material, no que se refere a um grupo de indivíduos em seu modo de ser, saber e fazer. Portanto, cabe-nos refletir sobre o apelo à preservação das “origens”, das memórias, que estão sendo redefinidas na contemporaneidade. Nesse processo de narrar um acontecimento e uma história, Montenegro (2001), elucida que

A capacidade de narrar uma história, um fato, uma experiência ou mesmo um sentimento está associada a dois fatores: por um lado, à descrição dos detalhes dos elementos que são projetados, de forma tão viva e rica que se assemelham a um quadro que vai sendo redesenhado às nossas vistas; por outro, à capacidade de recuperar o lado imaginário do que era vivenciado individual e coletivamente em relação ao acontecimento narrado. (MONTENEGRO, 2001, p. 152).

As narrativas sobre as infâncias do entrevistado constroem-se coletivamente nas representações dos costumes do passado, estando associadas às lembranças dos saberes e fazeres da “roça”. Entretanto, é preciso reconhecer que alguns discursos podem reproduzir estereótipos, como também a romantização da “imagem do colono”, que não evidenciam as identidades locais. Entre os entrevistados, destacamos as palavras de Tatu, que descreve:

[...]

Meu avô veio viúvo da Itália e tinha dois filhinhos e nessa viagem adoeceram e morreram os dois guris. Naquela vez, diziam que era uma peste bubônica¹²... bubônica era uma palavra italiana, que era da urina do rato... pois passaram 16 dias no mar e as crianças morreram e foram jogadas no mar. Não tinha nada pra comer, só água... tem que ter coragem...

[...]

Quando eles vieram aqui para cima tinha muitos povos indígenas, quando eles trabalhavam lá no fundo do terreno, chegava uma hora dessa iam subindo uma turma de índio conversando e ele não entendia nada..., pois os povos indígenas falavam outra língua e iam conversando entre eles... eles subiam e iam morar lá em cima daquele Costão.

[...]

A nossa diversão, era brincar nos pastos... nós caçava... nós que era gurizote pequeno eu e a minha vida, ia caçar de bodoque... Nem sabes o que é bodoque?... Bodoque é igual a uma flecha de índio. Era cortado um pau lascado fica mais fino nas pontas, aí arcava ele e amarrava uma cordinha fazia uma acha, aí aguentava o Bodoque ele puxava aquela acha, colocava uma pedrinha e soltava que a pedrinha ia longe... Quem pagava o pato era o dedão aqui..., porque ele ficava aí na frente né! Aquilo era igual a funda... Depois veio a funda, depois do bodoque... nem carro existia pra poder aproveitar a borracha pra fazer funda.

[...]

O depoimento do agricultor Tatu aponta a necessidade de transmissão das memórias para as novas gerações, para que se mantenham vivas e sejam pensadas como um viés educativo. Na primeira parte o entrevistado relatou sobre uma das doenças trazidas nas embarcações pelos europeus ao Brasil, a peste bubônica. Destaca ainda a existência de indígenas quando seu avô chegou na região, e sobre seus costumes de infância, de brincar de explorar a mata e caçar com bodoques (que eram semelhantes aos arcos e flechas).

Para Alberti (2013, p. 20), “a contribuição da história oral será cada vez maior na sociedade do futuro, na qual as fontes não escritas tendem a perder terreno e as fontes orais vão se tornar cada vez mais confiáveis e fidedignas”. Sendo ela uma fonte que “não induz a mais erros do que outras fontes documentais e históricas” (ALBERTI, 2013, p. 20).

A história oral é um meio de conhecimento em uma investigação científica. “O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por

¹²A peste negra, também conhecida como peste bubônica ou simplesmente a Peste, é uma doença grave e muitas vezes fatal causada pela bactéria *Yersinia pestis*, que é transmitida através das pulgas de animais roedores aos seres humanos. Esta peste teve um surto muito importante na idade média, causando a morte de quase 30% da população da Europa, no entanto, nos dias de hoje é bastante rara, sendo mais frequente em alguns locais da África subsariana e nas ilhas de Madagascar, por exemplo. Já no Brasil, os últimos casos relatados foram após o ano 2000, com apenas três casos em todo o país, na Bahia, no Ceará e no Rio de Janeiro. Fonte: SILVA, Daniel Neves. "Peste negra"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/pandemia-de-pestes-negras-seculo-xiv.htm>. Acesso em 03 de maio de 2022.

suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim” (ALBERTI, 2013, p. 33). Portanto, é importante que o pesquisador mantenha um diálogo com seu entrevistado, com seriedade e respeito, visando ao reconhecimento dessa memória como fonte, junto da história oral.

Conforme os estudos de Otto (2012):

A memória é também produzida de acordo com as condições de vida do narrador, é tecida de lembranças, de dor, de cicatrizes que, por vezes, abrem-se como feridas, de saudades, de poesia, de esquecimentos. A memória é nostálgica, é seletiva. É, acima de tudo, vida, conectada as pessoas ao tempo, o que faz com que se sintam vivas ao rememorar aquilo que teve significado em suas vidas. (OTTO, 2012, p. 42).

Sobre a colonização da região Sul Catarinense, no final do século XIX, Ribeiro (1995, p. 22) explica que existiam “[...] áreas destinadas à colonização, constituída para receber imigrantes europeus que tinham a tarefa de transformar estas áreas em lugares produtivos e integrá-las ao território nacional, com sua ocupação efetiva”. Dall’Alba (2003, p. 23), concorda com Ribeiro quando diz que “a colônia ou localidade para onde se dirigiam só teoricamente eram livre escolha. Na prática, governo, agenciadores, companhias de imigração e colonização, já predeterminavam tudo, até por contratos escritos”. Assim, a região recebeu imigrantes, que compreendiam com naturalidade a propriedade privada e o acúmulo de riquezas.

Existem relatos que em Santa Catarina, inclusive na região de Lauro Müller - Rio do Rastro, habitaram indígenas. Na segunda questão, perguntou-se sobre a existência de algum fato que o entrevistado conhecesse ou recordasse sobre os indígenas, que foram relatados pelos seus familiares.

Nessa perspectiva, o entrevistado Jabuti destacou que “... a gente até tem um conhecimento um pouco da história através dos pais... dos mais velhos...” e relatou que recordava

Que eles diziam que aqui os últimos povos indígenas que existiam aqui paravam em cima daquela pedra redonda que tem ali. Quando eles estavam ali eram só em três: o pai, a mãe e o filho. Depois eles saíram dali e foram para Três Barras e foram pegos lá. Eram um velhinho, uma velhinha já era enferma e o filho colocaram num colégio pra estudar. Mas que eram só os três... Falavam que antes na Serra, eles matavam bastante índio, diz que acontecia roubo de gado e coisa assim. onde acabavam matando, até que no fim sobrou esses três que estavam ali e eram os últimos que tinham aqui. Os jovens da época pegaram e foram lá em cima, subiram lá onde estavam esses povos indígenas. Chegaram lá e viram que faziam cestinho de taquara, depois passavam a cera por dentro para carregar água. Daí eles conseguiram pegar uns baldezinhos daqueles..., uns cestinhos daquele. e trouxeram. Mas

não fizeram mal para os povos indígenas não, só que quando foram lá eles não estavam no rancho, pegaram... como posso dizer, roubaram os produtos deles...

O depoimento de Jabuti fez a conexão com o passado e o presente, pois ao comentar sobre o assunto ele apontou para o local próximo a sua casa onde os últimos indígenas Xokleng habitavam. Relata ainda que esteve no local várias vezes, mas encontrou apenas a cabana quase destruída pelo tempo, com alguns objetos ainda preservados, pontas de flechas soterradas, restos de artefatos, entre outros. Sobre os cestinhos que o entrevistado menciona, ao realizar as visitas aos museus da região foi possível encontrar alguns exemplares, conforme pode ser visualizado no tópico 4.3 desta dissertação.

Sobre o ato de lembrar, Bosi (2004, p. 36), discorre que “a memória ao reproduzir o passado, opera com liberdade no tempo e no espaço”. Da mesma forma, Otto (2012, p. 29), define que “as memórias são produzidas e também sofrem mudanças ao longo de diferentes gerações, haja vista serem gestadas no espaço e no tempo nos quais os indivíduos se situam”. Elas nos ajudam a reconhecer e a valorizar os indígenas, mais precisamente os grupos Xokleng que viveram em nossa região, na busca de construir uma memória positiva sobre eles.

Figura 12 - Os últimos “bugres” de Orleans – Três Barras, 1952



Fonte: fotos de Orleans, (2020).

Na figura acima é possível verificar em preto e branco a imagem dos últimos indígenas do grupo Xokleng, que foram vistos na região. Segundo relato de moradores, os nomes dos dois indígenas que aparecem na foto eram: Canharã e

Japru. Esta foi tirada na comunidade de Três Barras, em 1952, no município de Orleans.

Na figura 13 observa-se o registro fotográfico da cabana dos últimos indígenas Xokleng, também no ano de 1952, no município de Orleans.

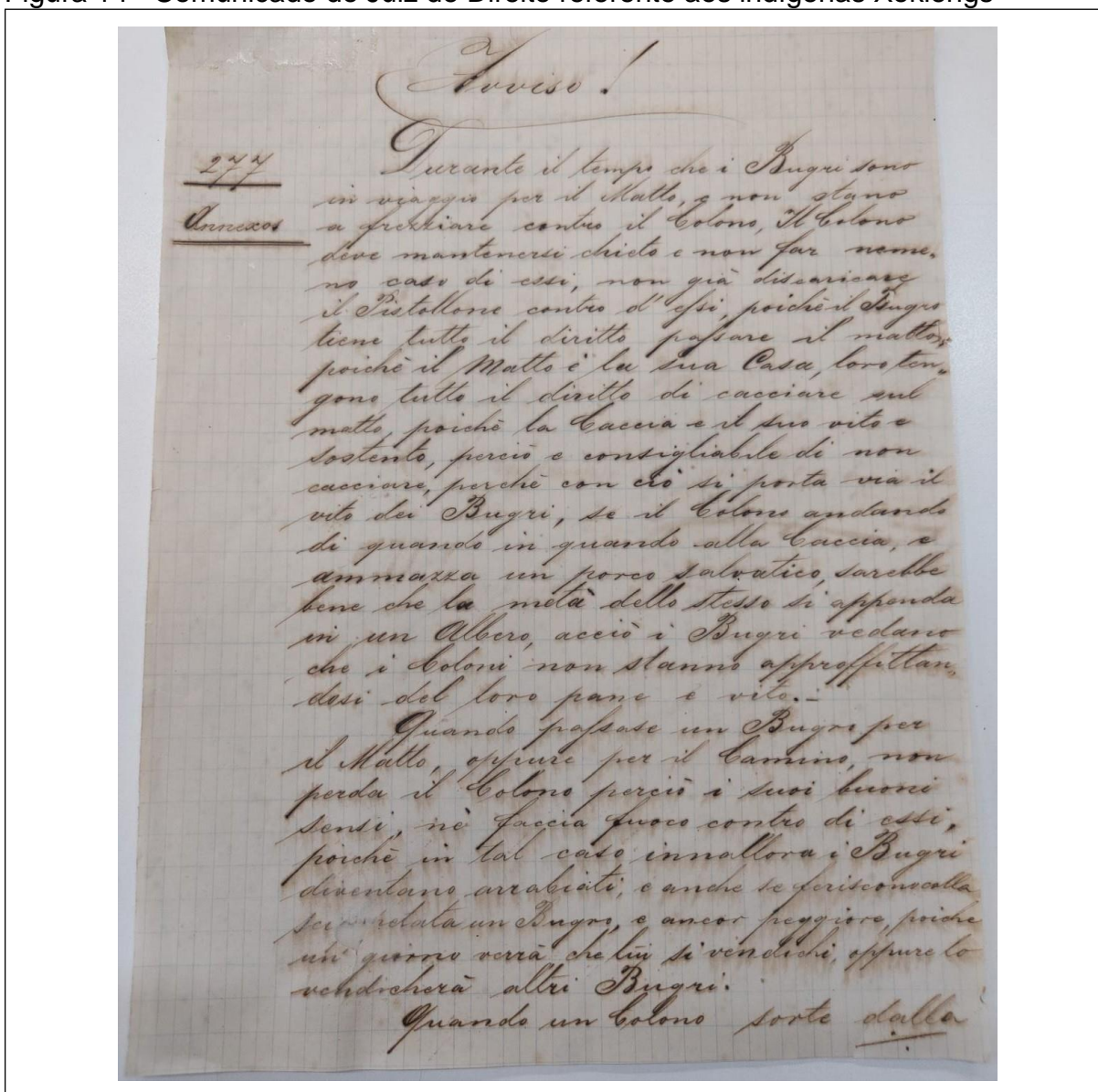
Figura 13 - Os últimos “bugres” de Orleans – Gapen e Japru. Três Barras, 1952



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (Cedohi) - Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Orleans (SC).

Além dessas fotografias foram encontrados documentos que comprovam a presença desse grupo indígena na região. Em um desses documentos, o Juiz de Direito escreveu comunicando aos munícipes que existiam “Bugres” assaltando a colônia de Três Barras e de Brusque, ambas localizadas no interior de Orleans.

Figura 14 - Comunicado do Juiz de Direito referente aos indígenas Xoklengs



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (Cedohi) - Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Orleans (SC). Arquivo Casa de Pedra, (2021).

No comunicado¹³ acima, o Juiz de Direito informou que durante o período que os indígenas viajavam pelo mato não hesitavam em aproximar-se dos colonos que

13Tradução do comunicado: Durante o tempo que os indígenas estavam viajando pelo mato, não hesitaram em aproximar do colono, O colono deve manter-se quieto e não fazer nada, no caso disso, não descarregar a pistola contra eles, porque os Bugres tem todo o direito de viver no mato, pois o mato é a sua casa, como tem o direito de caçar no mato, porque a caça é sua vida e sustento, portanto, se aconselha não caçá-lo, porque com isso você tira a vida do bugre, se o colono de vez em quando ir caçar, e mata um porco selvagem, seria bom que a metade dele fosse amarrado em uma árvore, de modo que o Bugre veja que os colonos não estão tirando vantagem de seu lugar e vida. Quando avistar um Bugre pela mata, o colono deve se apressar pelo caminho, não perca portanto, seu próprio bom senso e não atire neles, nesse caso, os Bugres ficam com raiva, mesmo que doa ou ainda pior, verás que ele vai se vingar disso o Bugre. Quando um colono sorte dalla. (Google Tradutor)

residiam naquelas regiões. Portanto, os colonos deveriam manter-se calmos e não atacar os indígenas, que eram na verdade reconhecidos como “bugres”. O Juiz pedia respeito a esses grupos e a sua cultura. Além disso, sugeriu que quando os colonos fossem caçar caçassem só o necessário e colocassem exposto em uma árvore os restos da caça, de modo que o indígena percebesse que os colonos não estavam tirando vantagem da natureza, algo que tanto preservavam.

Sobre as memórias dos indígenas na região, o entrevistado Jacaré lembrou quando seu pai contou-lhe alguns relatos sobre a relação dos imigrantes italianos com os indígenas em meados de 1950, e destaca que essas histórias o marcaram muito.

Meu pai quando veio morar pra cá quando ele casou lá no Km 107, veio morar no Rio do Rastro e puxar madeira do mato... ele comprou um Chevroletezinho... então... ele fazia muito frete pra Três Barras, Grão Pará. Ele levava muita gente pra ver os povos indígenas! Já nessa época, existia um casal de velhos, com um, dois ou três filhos... Então, como o pai já tinha amizade com eles (pois meu pai também era descendente de índio...), então se comunicavam muito! Os povos indígenas gostavam muito dele! Então, meu pai fazia uma lotação com o caminhãozinho dele pra levar o povo pra conhecer os povos indígenas. Só que meu pai dizia que quem fosse lá visitar os povos indígenas, teria que levar alguma coisa pra eles. Não podia ir de mão abanando... porque daí os povos indígenas atendiam a gente bem né... [...] então uns levavam galinhas, outros porquinhos... levavam coisas, assim vivas né... só que chegavam lá os parceiros do meu pai achavam que não tinha um lugar pra prender esses bichinhos que levavam... Daí meu pai perguntou uma vez pro índio, o que ia ser feito daquilo ali. O índio mandou soltar no mato... sim, depois? – Depois nós cacemos! Era a diversão deles... [...] daí uns que foram visitar lá queriam saber e ver como é que os povos indígenas trabalhavam com o arco e flecha... fizeram uma roda (roda de conversa), e todo mundo iam experimentar... a soltar a flecha... mas ninguém conseguiu... o único que conseguia um pouquinho, de tanto ir lá fazer visita, era o meu pai, mas nem perto dos povos indígenas... [...] aí o índio disse que ia ensinar como era feito. Pegou a flecha e soltou pra cima e nisso o meu pai estava na roda de gente... o meu pai e o índio no meio. Ele soltou aquela flecha! A flecha foi embora... sumiu pra cima... e o índio bem ligeiro empurrou o meu pai pro lado, pois a flecha ia cair ali... caiu bem no meio dos pés dele (do índio)...

O entrevistado destacou claramente como era o contato dos visitantes com os indígenas Xokleng que viviam na região das Três Barras, no município de Grão Pará, no ano de 1950. Foi emocionante ouvir seu relato sobre a cultura e a tradição dos grupos indígenas, principalmente quando mencionou que os indígenas soltavam na mata os animais que recebiam de presente, e em outro momento caçavam com seus filhos, preservando seus hábitos e costumes.

Selau (2006), complementa que possivelmente a primeira experiência de colonização com imigrantes europeus não ibéricos aconteceu em Santa Catarina em meados de 1829. Assim, os primeiros colonizadores ocuparam as margens do

caminho de São José a Lages, razão essa que originou a colônia São Pedro de Alcântara, que foi fundada em março de 1829. A colônia contava com 635 pessoas, sendo 523 imigrantes de Bremen¹⁴ e as outras 112 eram mercenários dispensados da chamada “Legião Alemã”, que fora dissolvida no Rio de Janeiro.

Em contrapartida, Cutia explica sobre os imigrantes italianos e suas relações com os indígenas que habitavam a região de Urussanga/SC:

Antigamente, esses italianos que vieram da Itália... a parada maior foi lá pra Urussanga, né... E aonde que começaram a desmatar lá pra baixo... E ... os povos indígenas enfrentavam. Diz que eles ficavam uma turma roçando, derrubando o mato e outros cuidando do grupo, pois os povos indígenas matavam... queriam matar né... Então, tinha que cuidar, pra não ser morto...

Nessa descrição observamos que com a chegada dos imigrantes ocorreram alterações na paisagem natural da região e isso causou descontentamento dos indígenas que ali habitavam, pois simplesmente invadiam e destruíam locais que até então eram considerados sagrados, pois continham mata virgem, nascentes, entre outros.

O padre italiano Luigi Marzano (1904, p. 117), em seu livro *Coloni e Missionari italiani nesse foreste del Brasile*, descreve um pouco deste fato, mencionado por Cutia anteriormente, quando diz que “allorquando una compagnia d'uomini attendeva al taglio di piante, si metteva in vedetta un uomo armato di fucile, il qual estava in guardiã dalle sorprese dei selvaggi¹⁵”

Segundo o mesmo autor, era na retirada da madeira que quase sempre os colonos eram alvos dos selvagens. “Più d'una volta avvisarono i coloni italiani di star in guardia e di non entrare mai soli e senza armi nella foresta, perchè v'erano molti selvaggi e che um giorno o l'altro gli avrebterribili conosciuti e forse anche sperimentate le loro terribili frecce”¹⁶ (MARZANO, 1904, p.108).

Marzano (1904), descreve um fato relacionado ao ataque dos selvagens em uma casa de um colono italiano:

¹⁴Bremen é uma cidade que se estende pelo rio Weser, no noroeste da Alemanha. É conhecida pelo seu papel no comércio marítimo, representado por edifícios hanseáticos na Praça do Mercado.

¹⁵Quando uma companhia de homens aguardava o corte das plantas, um homem armado com um rifle foi colocado à espreita, que ficou de guarda contra as surpresas dos selvagens — Google Tradutor.

¹⁶Mais de uma vez alertaram os colonos italianos para que fiquem em guarda e nunca entrem na floresta sozinhos e sem armas, porque havia muitos selvagens e que um dia ou outro eles teriam conhecido e talvez até experimentado suas terríveis flechas. — Google Tradutor.

I colpi si ripetevano ad ogni istante e la donna spaventada mettendo fuori la testa dalla casupola vede un' orda di selvaggi che s' avvicinava ala sua casa. Che fare? Se rimaneva in casa, era sola; chiamare aiuto, nessun l' averbbe intesa, poichè la casa più vicina era distante un chilometro attraverso il bosco; si raccomanda ala Madonna, e poi, non potendo caricarsi i ter bambini, chiuse quello che dormiva in um baule, afferró gli altri due, discese la scala e si diede a correre pel bosco disperatamente, sino a che potè rifugiarsi nella casa d' un tal Giovanni Benedet. Questo buon vecchio, al vedere arrivare quella donna tutta spaventada e sentirla a gridare: – I selvaggi, i selvaggi facevano man bassa. La vista dei *bugres* non lo sbigottì; che anzi, acquistando più coraggio, coll'arma in pugno si mise a gridare con quanta voce aveva in gola: – Canaglia, canaglia! Partite, chè vi *ammazzo* tutti! – Al sentire quelle parole disperate, e al vedere quel vecchio dai capelli Bianchi, avvicinarsi con tanto coraggio, lasciarono la casa e carichi di bottino si rifugiarono nel bosco¹⁷ (MARZANO, 1904, p. 116).

Este fato foi marcante para a região de Urussanga e ficou registrado na memória de muitas pessoas que viveram naquela época. Inclusive, Cutia também recordou, sobre o que seus pais contaram a respeito:

Até, eles contavam que tinha uma família lá em Urussanga... que tinham duas... três crianças, eles tinham... E a mulher estava em casa e quando se aprecau os povos indígenas vinham... vinha assim chegando na casa... e ela com três, ela não podia carregar os três... ela pegou um e botou dentro de um caixote, não sei... um baú né... e passou a chave e correu com os outros para se defender né e eles chegaram e começaram a jogar essa coisa pra cá e pra lá... com a criança dentro... E ela não podia fazer nada, porque se ela voltasse, matavam ela também... pegavam ela. Porque eles queriam pegar pra levar junto... eles queriam levar... Daí, eles pegavam o que podiam pegar e levavam embora... Se eles deixassem uma ferramenta em algum lugar, os povos indígenas pegavam e levavam para eles... não podia deixar nada...

Memórias como essa se fortalecem de geração a geração por meio da contação de histórias e se perpetuam. Ouvindo esse fato relatado tanto pela entrevistada quanto pelo autor Pe Marzano observa-se o quanto isso pode afetar o contexto cultural de uma sociedade, pois nos condicionamos a um comportamento padronizado e robotizado em relação aos indígenas, como selvagens devido às ações descritas em

¹⁷Os golpes se repetiam a cada momento e a mulher assustada, colocando a cabeça para fora da cabana, vê uma horda de selvagens se aproximando de sua casa. O que fazer? Se ela ficasse em casa, estava sozinha; pedir ajuda, ninguém teria entendido, já que a casa mais próxima ficava a um quilômetro de distância no meio da floresta; recomendou a Madona, e então, incapaz de carregar os três filhos, fechou o que dormia em um baú, agarrou os outros dois, desceu a escada e correu desesperadamente pelo mato, até que pudesse se refugiar na casa de um tal Giovanni Benedet. Este bom velhinho, quando viu chegar aquela mulher assustada e a ouviu gritar: 'Os selvagens, os selvagens estavam baixando. A visão dos bugres não o assustou; pelo contrário, ganhando mais coragem, com a arma na mão começou a gritar com aquela voz que tinha na garganta: - Rogue, vilão! Vá, vou matar todos vocês! - Ao ouvir aquelas palavras desesperadas, e ver aquele velho de cabelos brancos se aproximando com tanta coragem, eles saíram de casa e, carregados de saque, se refugiaram na mata.— Google Tradutor.

ambos os relatos.

Vale salientar que apesar de parecerem cruéis essas atitudes são respostas às invasões dos colonos ou exploradores imigrantes na região. Então, para os indígenas, se o homem veio e destruiu seu local natural, e tomou seus recursos naturais, lhe deu o direito de invadir suas habitações e tomar o que quisesse.

Sobre as representações do grupo Xokleng na comunidade do Rio do Rastro no município de Lauro Müller, Tatu complementa destacando em suas palavras de que maneira os indígenas se escondiam na mata e realizavam suas caças.

Os indígenas eram três... Eles moravam lá em cima na lombinha... por cima das copas daqueles Eucaliptos. Mas eles comiam tudo... milho verde comiam tudo... frutas comiam tudo... Aí meu irmão tava criando ovelha... cabrito... mas também eles comiam tudo... depois combinaram de ir lá ver... Um domingo, foi subindo 8 a 10 pessoas... Tinha um lugar tipo uma serrinha que tinha que subir com cipó e aí foram degavarinho... degavarinho... quando chegou perto do rancho tinha a índia... tinha uma índia morando no rancho e tinha um quati amarrado na corda. Ela percebeu que tinha gente... ela escutou o barulhinho da espingarda, mas a espingarda não estourou perto do rancho..., a índia então deu um grito para os outros dois que estavam caçando por ali... perto da pedra branca lá..., e os outros indígenas responderam do outro lado do costão. E os indígenas saíram correndo pois ficaram com medo. Ela pegou o quati nas costas e foi embora. Os brancos saíram correndo e ficaram com medo dos indígenas vir e matar eles. Depois pegaram o mesmo cartucho e experimentaram estourar fora das propriedades deles e daí estourou. Não sei que benção eles tinham!?!

Nesse contexto, o entrevistado deixa claro que nessa época os indígenas da região viviam em condições simples se beneficiando dos recursos naturais. E com a aproximação dos imigrantes os indígenas se escondiam no costão da serra geral. Tatu destaca que ambos corriam para lados opostos, uns com medo dos outros. Mas sabemos que nem sempre era assim, pois havia enfrentamento, como descrito nos relatos acima.

[...] foi encontrada pela minha tia... que estava no mato e sentou para descansar nesse local... Começou a mexer na terra, começou a achar um osso, a achar outro... e de repente ela viu a caveira e se assustou, veio embora, contou para meu tio que era estudado, tinha mais conhecimento. Daí meu tio foi lá e conseguiu tirar essas ossadas, levou em casa e colocou em cima da mesa. Depois levou para o Pe Agenor. O padre olhou pelo dente, e disse que era de índio, porque o índio gasta o dente, não apodrece o dente.

O entrevistado Capivara mencionou que lembrava que seus pais lhe contaram que foram encontrados dois cadáveres de indígenas entre as pedras, no pé da cachoeira localizada no terreno da sua família. E seguiu explicando que o seu tio

encontrou a ossada e esta foi levada para o pároco da região, sendo que logo foi entregue ao Museu da cidade de Urussanga/SC, no qual permanece até hoje, conforme registros fotográficos da página 118 desta dissertação.

Ao abordar, na terceira pergunta, as questões referentes ao conceito da figura indígena Xokleng para os moradores locais, todos os entrevistados explicaram que os indígenas eram chamados de “bugres”, sendo que o entrevistado Jabuti complementou: “Era o nome que eles tratavam. Mas, sobre a raça deles... de que raça eram a gente não sabe... nunca ouvi falar!” E Tatu afirmou: “Eram chamados de ‘bugres’... palavra italiana...”

Na realidade o termo bugre originou-se durante a Idade Média, na Europa, num movimento herético, representando uma força contrária às normas citadas pela ortodoxia da Igreja. Assim, estudos comprovam que bugre é a denominação dada a indígenas de diversos grupos do Brasil, por serem considerados sodomitas pelos europeus (SANTOS, 1973).

O entrevistado Jabuti vem ao encontro das ideias e Santos (1973), quando se refere ao caráter do nativo como incivilizado e selvagem. Assim, podemos perceber que as denominações dadas ao povo foram as mais variadas: "Bugres", "Botocudos", "Aweikoma", "Xokleng", "Xokrén", "Kaingang". O autor ainda registra em seus estudos que a palavra “bugre” foi lavrada por todo o Brasil, e usada para designar os grupos que conferiam maior aversão aos projetos de ocupação do território.

Na concepção de Ailton Krenak¹⁸ (2019), “a civilização chamava aquela gente

¹⁸Ailton Krenak, que pertence à tribo crenaque de Minas Gerais, é ambientalista, escritor e líder indígena reconhecido nacional e internacionalmente. Aos dezessete anos de idade, mudou-se com sua família para o estado do Paraná, onde se alfabetizou e se tornou produtor gráfico e jornalista. Na década de 1980, passou a dedicar-se exclusivamente ao movimento indígena. Em 1985, fundou a organização não-governamental Núcleo de Cultura Indígena. Através de emenda popular, garantiu sua participação na Assembleia Nacional que elaborou a Constituição Brasileira de 1988. Foi em discurso na tribuna que pintou o rosto com a tradicional tinta preta do jenipapo para protestar contra o retrocesso na luta pelos direitos dos povos indígenas brasileiros. Neste ano ainda, participou da fundação da União dos Povos Indígenas, de alcance nacional. Em 1989, participou da Aliança dos Povos da Floresta, cujo objetivo era o estabelecimento de reservas naturais na Amazônia onde fosse possível a subsistência econômica através da extração do látex da seringueira e de outros produtos naturais. Desde 1998, a UPI realiza, na região da Serra do Cipó (MG), o Festival de Dança e Cultura, que integra as tribos indígenas brasileiras que resistiram aos massacres que começaram com a colonização e estendem-se até hoje. Em 2016, a Universidade Federal de Juiz de Fora concedeu a Krenak o título de Professor Doutor Honoris Causa em reconhecimento às muitas lutas políticas que abraçou. É na UFJF professor de Cultura e História dos Povos Indígenas e Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais. Foi assessor especial do Governo de Minas Gerais para assuntos indígenas de 2003 a 2010. Participou das coletâneas Tempo e história e A outra margem do Ocidente. Ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades ribeirinhas e indígenas na Amazônia. É comendador da Ordem de Mérito Cultural da Presidência da República e doutor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Autor

de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade” (KRENAK, 2019, p. 14).

Nesse contexto, o entrevistado Jacaré argumentou: *“Meu pai chamava de indígenas! Os indígenas não gostavam dos moradores, pois eles invadiram seus espaços. Os indígenas nunca gostaram do povoado, por isso que quando meu pai ia lá... tinha que levar alguma coisa pra agradar eles”*.

Skliar e Quadros (2000), destaca que

(Re) construir e (re) conhecer o mundo atual e definir o lugar/espaço/ tempo que ocupam os outros depende, em grande medida, da intensidade das imagens/representações do mundo que se selecionam, produzem, inventam, dissimulam e/ou ignoram-se através dos nossos olhares, dos nossos gestos e dos nossos discursos. Assim, não existe um único mundo disponível senão vários mundos que se impõem e superpõem, criando novas e complexas perspectivas sobre questões tais como cultura, línguas, identidades e diferenças. (SKLIAR; QUADROS, 2000, p. 33).

Skliar (2003, p. 45), diz ainda que devemos refletir sobre a redução das diferenças, no qual traz o esquecimento do outro e do racismo com o outro, pelo fato de “não temos, nunca, compreendido o outro. O temos, sim, massacrado, assimilado, ignorado, excluído e incluídos [...]”. Essa falta de compreensão do outro fez com que houvesse muitas barbáries com os indígenas. O autor complementa que “não há relação com o outro se seu rosto é ignorado” (SKLIAR, 2003, p. 45).

Otto (2012, p. 103), complementa que “a identificação dos diferentes tempos leva à compreensão de que o presente não é apenas herança, continuidade, mas também ruptura e transformação”. Em outras palavras, Pollak (1989, p. 9) afirma que “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva”. Na interpretação de Nora (1993, p. 15), “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”, na busca de sua materialização.

Na comunidade do Rio do Rastro foram encontrados alguns artefatos indígenas, como pontas de flecha, pedras esculpidas como ferramentas para uso

diário. Em relação a esses vestígios encontrados, questionou-se se o entrevistado já teve contato ou conhecimento sobre esses artefatos na sua infância ou juventude. As narrativas do agricultor Jabuti destacaram que:

Se encontrava muito aqui mesmo... até tinha lugar, aqui onde pega um lugar mais chato, as lombinhas, a gente ia lavrar a terras... coisas... carpir a gente encontrava... Às vezes encontrava as flechinhas feitas, às vezes encontravam um monte de cavaquinho sabe, parecia que eles cortavam ali, um monte de pedacinhos.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir, mesmo que brevemente, sobre como essas representações de artefatos estão intimamente ligadas e envolvidas com a vida no espaço rural e à produção das memórias. Nos depoimentos a seguir, os entrevistados Jacaré e Tamanduá identificam semelhanças em seus relatos, em que afirmaram que as pontas de flecha eram encontradas na roça, por meio de suas práticas agrícolas quando iam preparar o solo para o cultivo.

Jacaré abordou: *“Eu achei muito... quando lavrava a boi a terra... a gente achava muita... quase todo dia... sempre muitas quebradas... nunca inteira...”*. Tamanduá concorda quando relatou: *“No cultivar a terra, a gente encontrava bastante flechinha..., pedra meia recurvada como ferramentas deles pra fazer as flechinhas essas coisas..., bastante flechinhas foi encontrada... Botava no bolso e guardava...”*.

Ao entrevistar outros moradores do local eles também relataram a existência desses artefatos, porém Tatu explicou que apesar de terem sido encontradas diversas unidades era comum se perderem com o tempo, pois a maioria levava para casa ou para outras cidades onde residiam. Ele ainda relatou que *“...eles achavam muita flecha... flecha bem feita né... tipo um coração e tudo uma serrinha assim do lado, aquela serrinha onde pegava no coro dos bichos, cortava né... bem afiada... Depois a flechada deles era com uma força medonha... Então, se achava muita, muita flecha sim!* Dessa forma, na ocasião, os entrevistados mostraram exemplares das flechas.

Os materiais mais resistentes encontrados na arqueologia indígena local foram as rochas e a cerâmica. Nesse viés, Capivara complementou que *“foi encontrado também um forno no meio da mata, temos certeza que era de índio... tipo uma fornalha grande feita de pedra e barro e tava lá até pouco tempo..., mas foi derrubado pelos novos donos das terras”*. Segundo Funari (2016, p. 35), *“pedras foram trabalhadas - líticos - pelos indígenas que fizeram pontas de flecha, machados, raspadores e tantos outros artefatos usados para a caça, pesca e agricultura, entre outras atividades”*.

Figura 15 - Pontas de flechas encontradas pelos moradores da comunidade do Rio do Rastro



Fonte: Dados da pesquisadora.

Sobre as influências culturais, artísticas ou religiosas que os povos originários deixaram para a comunidade, Capivara disse não ter conhecimento sobre o assunto, sendo que apenas os entrevistados Cutia e Tatu acreditavam que os indígenas não deixaram influências. Questionado, Cutia articulou: *“Eu não sei né... Mas acho que não deixaram muita coisa não... pois não tinham muito contato. Agora... aqui já faz muitos anos né que não existe mais...”*.

Nesse sentido, ao analisar a questão respondida pelos entrevistados percebe-se que foram um tanto quanto radicais, em seus argumentos, pois ao analisar a história e o contexto regional percebemos que há influências culturais no povo local, que incluem desde hábitos no preparo da terra e cultivo das plantas como no seu consumo na alimentação e na utilização de plantas medicinais. Além disso, dentre as influências artísticas ou religiosas, é visível no povo da comunidade do Rio do Rastro a forte religiosidade nos cultos realizados nos sábados e domingos, assim como os santuários construídos nas grutas.

Mas não foram apenas as influências culturais, artísticas ou religiosas que deixaram suas marcas nas memórias das pessoas da comunidade. Outro fator como o choque de culturas são manifestados na narrativa de certos moradores. Nessa totalidade, o entrevistado Tatu descreve:

O indígena vivia só..., [...] ele vivia [...] no mato... não eram manso, eram arisco... brabo... eram selvagem mesmo... não tinham contato com o povo. Até então... teriam que enviar indígenas que já falassem português... ou que eram acostumados a viver junto com o povo... Como veio uma vez um aqui de a cavalo e queria ir lá conversar com eles... até nós também morávamos lá eu me alembro... numa mula que queria ir lá conversar com os indígenas... mas ele também era índio, mas era índio manso... Nos dizíamos aquela vez,

civilizado... Ele subiu com um burrinho pra lá... não sei até onde ele foi... não sei... eles eram tudo selvagem... era um tigre e um leão né... o leão morava lá e os tigres moram pra cá, cada um na sua linguagem e sua vida... Eles não chegavam nas casas, mas na roça assim... eles tiravam o que queriam comer..., batata, ou aipim, ou milho... No tempo do milho, nós plantava milho lá perto... e na hora que ele era bom de assar... Então eles tiravam as espigas bonitas, tiravam a espiga de dentro da palha sem mostrar que tinha tirado a espiga. Abria de um jeitinho de certo deles... sei lá... e quando chegava o tempo de colher, iam colher as mais bonitas, iam pegar a espiga pra colhe... só a palha. Era uma técnica deles pra tirar a espiga de milho. Até um dia... um domingo meu pai foi lá pra cima, e ele estava caçando coró no meio da roça, assim... Aí quando meu pai gritou pra ele e esse bicho velho se disparou, foi embora pro mato... nas madeiras seca cria um coró e eles gostavam de comer esse coró... Aquilo é graxa e eles gostavam!

O entrevistado Jabuti destacou outros relatos que ficaram guardados em suas memórias sobre indígenas e justifica que, segundo seus avós, o grupo Xokleng que existia na região influenciou de diversas maneiras nossa cultura, e exemplificou fatos sobre preservação ambiental, cultivo, higiene e religiosidade. Dessa forma destacou:

A influência que eles deixaram foi a parte de higiene, embora eles mesmos vivessem no mato, eram fanáticos por água. E a outra coisa que poucos fazem, mas que eles deixaram um grande legado nesse lado, foi o de preservar a natureza, pois eles não destruíam essa parte. Então, eu acho que mesmo que hoje não existam mais aqui pra nós. Nesse caso, mas a gente tem aquele conhecimento de que o povo brasileiro tomou uma direção mais melhor em respeito da higiene. pois o povo mais antigo não gostava muito d'água os que veio de fora, eles não eram muito fã disso... Acabou pegando e se dando com os povos indígenas e aprenderam mais esse lado de higiene de lavar e tal... aprenderam mais com eles Eu me lembro quando era criança, que os pais mesmo recomendavam que não era pra lavar muito a cabeça, porque a gente enfraquecia o cérebro.

Sobre esse viés, concordamos com o entrevistado quando menciona que os europeus chegaram às terras brasileiras e se depararam com os grupos indígenas, que viviam de forma diferente, valorizando e respeitando os recursos naturais. Daí o motivo pelo qual as gerações posteriores aderiram a certos costumes, valorizando a natureza e utilizando-a como fonte de alimento e cura.

Analisando os conceitos aqui implícitos sobre o sujeito nativo e o sujeito invasor, percebemos que com o passar do tempo os povos nativos originários tiveram sua cultura influenciada. Dessa forma, à medida que novos contatos se estabeleciam, os invasores se sentiam pertencentes àquela região e acabavam aderindo a novos costumes. Nesse sentido, no último questionamento perguntou-se aos entrevistados como seria o contato com os indígenas se eles ainda existissem na comunidade do Rio do Rastro. Cutia acredita que o contato seria harmônico, pela aculturação ocorrida

entre invasores e nativos, e descreve:

Eu acho que seria fácil... porque daí eles vão se acostumando com as pessoas né... Porque, antigamente eles eram assim por causa que não tinham contato com as pessoas e quando vissem uma pessoa, eles procuravam até matar, né... Era difícil... Depois, já quem chego... chego assim num lugar que eles nem conheciam também, porque essa gente que veio mora aqui pra essas bandas, já vinha de longe... não era gente que era criada aqui e com esses indígenas... se tornava difícil...

Vivemos em um mundo em constante mudança, em crescente evolução científica e tecnológica, resultando nas diferentes formas de pensar e agir da sociedade contemporânea. O Brasil possui atualmente 305 povos indígenas. Uma parte está integrada ao modo de vida moderno dos brasileiros, outra parte mantém seus vínculos tradicionais mesmo quando faz o uso de objetos da modernidade e alguns povos ainda estão bem isolados. Ao longo das décadas têm se inserido cada vez mais na rotina e espaços dos que não são indígenas. E tudo isso sem negar a sua cultura e liberdade.

Nessa perspectiva, Tamanduá, afirmou que “o contato com o indígena podia ser com bastante tranquilidade, porque daí eles iam ser mais civilizados, [...]”. O entrevistado Jacaré complementa: “Muita coisa mudou... hoje eu comparo os povos indígenas como uma pessoa igual a nós. [...]”.

Em suas palavras, os entrevistados deixam subentendido que os indígenas estão inseridos em nossa sociedade, ganhando espaço em vários âmbitos sociais, principalmente no ambiente escolar, tanto da educação básica e o ensino superior. Observou-se que o conceito de “homem civilizado” permeou na fala de vários entrevistados. Os que imaginaram um convívio atual e pacífico com os Xokleng imaginaram esse convívio com os “indígenas civilizados”.

4.2 O INDÍGENA XOKLENG NO AMBIENTE ESCOLAR

A EEB Engenheiro Ernani Cotrin iniciou suas atividades em 1937, sob a denominação Escola Estadual Mista de Guatá de Baixo, e em 1947 passou a ser denominada Escola Reunida Professora Maria Lúcia de Miranda, oferecendo curso primário. Em 1964 a escola passou a denominar-se Grupo Escolar “Engenheiro Ernani Cotrin”, pelo Decreto nº SE.408 de 05/11/64, assinado pelo Governador Celso Ramos, e nessa época contava com 14 professores. Após quatro anos, em 1968, foi criado o

Ginásio Normal Prefeito Benjamin Barreto, passando a funcionar no Grupo Escolar, formando em 1971 a primeira turma com 60 alunos. Nesse mesmo ano de 1971 o Grupo escolar e o Ginásio Normal Benjamin Barreto passam a compor a Escola Básica “Engº Ernani Cotrin”.

Um fato interessante relativo ao nome da Escola é que havia sido sugerido o nome “Engº Álvaro Catão”, em homenagem a este que gerenciava algumas minas de carvão do município. Porém, no tramitar do processo houve uma troca de documentos na Secretaria de Educação com o nome de outra escola do município de Imbituba, e acabou recebendo o nome “Engº Ernani Cotrin”.

Em 1986 foi transformado em Colégio Estadual Engº Ernani Cotrin, oferecendo o curso de 2º grau com habilitação em magistério de 1ª a 4ª série. Mas em 2001 passou a denominar-se “Escola de Educação Básica Engº Ernani Cotrin”.

A escola está localizada no distrito de Guatá, na rua Yolanda Maria Dal Bó Lavanda, s/n, em Lauro Müller-SC. Atualmente a escola oferece ensino presencial e remoto. Conta com um número aproximado de 500 alunos, oriundos em parte das comunidades rurais do município e dos bairros urbanos, estes que na sua maioria são alunos carentes. Apresenta em seu PPP (2019, p. 5), como missão, “oferecer uma educação transformadora, resgatando do conteúdo científico subsídios para que o educando, a partir de sua realidade social e concreta, busque o entendimento crítico do funcionamento da sociedade”.

A escola atende alunos entre seis e 17 anos, distribuídos nos níveis de Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais e Ensino Médio. Sua estrutura conta com 14 salas de aulas, biblioteca, pátio, ginásio e um amplo espaço gramado para a prática de diversas atividades. Além da atividade curricular específica, é realizada em seus espaços festa junina, torneio interséries, comemorações sociais e cívicas, com a participação dos docentes, discentes e todo o corpo administrativo. No momento essas comemorações estão suspensas por causa da pandemia do Covid 19.

A fim de investigar o currículo dos profissionais de educação que constituem o corpo docente da Unidade Escolar EEB Engº Ernani Cotrin, foi realizada uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas. Assim, para manter o sigilo dos participantes foram usados nomes de plantas medicinais utilizadas pelos indígenas Xokleng: alecrim, lavanda, cravo da Índia, babosa, urucum e melissa. Ao todo, foram seis professores (as) entrevistados (as), com carga horária de 20 a 40 horas semanais, variando seu tempo de serviço entre cinco meses e 20 anos. Destes,

cinco profissionais são efetivos, residentes no município de Lauro Müller, e apenas um ACT (Admitido em Caráter Temporário), que reside a 50 km da escola, na cidade de Criciúma/SC.

Dessa forma, esta pesquisa teve seu alicerce na memória e história oral e foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa. O objetivo principal foi evidenciar as representações dos indígenas Xokleng nos lugares de memória da comunidade do Rio do Rastro - Lauro Müller/SC.

O perfil dos entrevistados inclui 66,7% dos profissionais do sexo feminino, 33,3% do sexo masculino, nascidos entre os anos de 1969 e 1980, com graduação variando entre os cursos de sociologia, filosofia, arte, pedagogia, geografia, história, sendo que todos possuem especialização na área. Em relação ao tempo de serviço, 50% lecionam há mais de 25 anos, 16,7% entre 16 e 20 anos e 33,3% lecionam entre um e 5 anos.

Tabela 2 - Perfil dos entrevistados/professores

Entrevistados	Sexo	Idade	Disciplina	Tempo de serviço	Contrato	Endereço
Alecrim	F	50	Geografia	25 anos	Efetiva	Lauro Müller/SC
Babosa	F	47	Artes	25 anos	Efetiva	Lauro Müller/SC
Cravo-da-índia	M	41	Sociologia	1 a 5 anos	Efetivo	Lauro Müller/SC
Lavanda	F	52	Pedagogia	16 a 20 anos	Efetiva	Lauro Müller/SC
Melissa	F	50	Pedagogia	25 anos	Efetiva	Lauro Müller/SC
Urucum	M	41	História	1 a 5 anos	ACT	Criciúma/SC

Fonte: Da autora, (2021).

Na primeira pergunta destacou-se a epistemologia da palavra “índio”. Nesse contexto, Jecupé (2020, p. 19), explica que “em essência, o índio é um ser humano que teceu e desenvolveu sua cultura e sua civilização de modo intimamente ligado à natureza”. Funari (2016, p. 19), afirma que “isso significa que ‘indígena’, ‘nativo’ ou ‘índio’ corresponde a uma designação ampla que procura englobar a diversidade de grupos humanos autóctones da América”.

Quando questionados, os entrevistados admitem que os indígenas são grupos originários que tiveram seu direito de ir e vir ameaçado. Nesse sentido, o professor Cravo-da-índia destacou: “*É um ser humano com direitos como qualquer outro, e estes direitos muitas vezes não são reconhecidos*”. Em suas palavras, o entrevistado relembra sobre os direitos humanos e destaca que constituem um importante

instrumento para a proteção de qualquer indivíduo no mundo. No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, os direitos humanos passaram a ser garantidos por lei em aspectos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Mas, mesmo assim, ainda se encontram muitos desafios para que a lei se cumpra efetivamente.

Em relação à epistemologia da palavra “índio”, a professora Alecrim definiu o termo como “... *aquele indivíduo que faz parte de alguma denominação indígena, dos povos nativos e originários de um país*”. Babosa complementou: “*São cidadãos representantes dos nossos povos originários*”. Nessa perspectiva como cidadão, o indígena tem direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, assim como mencionado nas palavras de Cravo-da-índia, tem garantido por lei todos os direitos civis. Porém, os direitos civis e políticos não garantem a democracia sem os direitos sociais que asseguram direito à educação, trabalho, saúde e qualidade de vida.

Desse modo, a professora Lavanda acrescentou que

“Índio”, primeiros habitantes e os verdadeiros donos do território brasileiro. Pessoas que foram roubadas e que tiveram todos os seus direitos usurpados. Pessoas que tiveram seus costumes, famílias e sua própria cultura arrancada de forma covarde e cruel.

No seu discurso, a professora Melissa concorda com Lavanda em sua compreensão e destaca: “*“Índio” é aquele nativo destas terras do Brasil, os homens que aqui habitavam antes da chegada dos portugueses. E nos dias atuais... temos ainda povos indígenas e seus descendentes no Brasil, embora em menor número*”.

Ao analisar as argumentações dos entrevistados sobre a epistemologia do termo “índio”, observa-se que tais argumentos são reflexo de uma posição ontológica sobre a memória como fonte básica de percepção e conhecimento.

Dessa forma, Munduruku (2012, p. 47), reforça: “*essa memória é passada de geração e geração através dos fragmentos que a compõem e que são ‘colocados’ por uma concepção de educação que passa, necessariamente, pelo aprendizado social*”.

Na segunda questão indagou-se a opinião dos entrevistados sobre como a escola aborda os assuntos e conteúdos em relação aos indígenas. O professor Cravo-da-índia explicou que “*em alguns livros didáticos de sociologia o tema é bastante explorado, porém em outros nem são citados*”. Já a professora Babosa, que leciona a disciplina de Arte há 25 anos, afirmou que a figura indígena é representada “*ainda de forma muito estereotipada mesmo com o novo tratamento e roupagem dos novos*

livros didáticos”. Da mesma forma relata a professora Alecrim, afirmando que “a escola aborda os conteúdos de forma isolada, superficial, descontextualizada”.

Para Freire (2002), a representação que temos dos indígenas é aquela que foi transmitida na sala de aula, com embasamento em estudos realizados nos livros didáticos, materiais auxiliares pelas quais os conteúdos se encontram organizados e sistematizados, resultantes do conhecimento da sociedade em determinada época para as novas gerações. A professora Lavanda reforçou em suas palavras que: “...nos anos iniciais ainda são abordados os assuntos no conteúdo de história que conta sobre a luta dos povos indígenas que até hoje continua lutando pela sua sobrevivência”.

Em relação aos planejamentos, a professora Melissa enfatizou que os conteúdos abordados estão dentro dos estudos propostos durante o ano letivo. “No 1º e 2º anos estudamos a cultura indígena, com suas tradições, costumes, modo de vida, objetos que fazem parte da vida dos povos indígenas e contribuição dos povos indígenas para a nossa vida, palavras e nomes próprios de origem indígena. Também estudamos cantinhos e músicas dos povos indígenas”.

Percebeu-se nessa questão que os professores não estão calcados na história local, e adotam um discurso amplo sobre os indígenas, sendo que a maioria deles não tem conhecimento da história e das contribuições dos indígenas Xokleng para a região. Sobre essa perspectiva, o professor Urucum ressaltou:

Depende! Se o professor seguir os livros didáticos e não buscar aprofundar-se corretamente em literaturas sérias sobre o assunto vai acabar seguindo uma lógica historicista e tradicional que muito tempo foi empregada em nossas escolas. É preciso dar luz a verdadeira história desses povos.

Partindo dessa premissa, Funari (2016, p, 95), explica que “o maior contato dos alunos com a temática indígena se dava na disciplina mais básica e, para a grande maioria dos estudantes, a única que tinham em todo período escolar: o Português”. Segundo o autor, nos livros didáticos escritos na Era Vargas (1930-1945) os indígenas apareciam, quando eram mencionados, em três contextos de aprendizagem: Português, Geografia e História.

A questão referente à Unidade Escolar, no que condiz aos projetos desenvolvidos pela escola sobre os indígenas, dos professores entrevistados apenas Alecrim e Cravo-da-índia afirmam que não é desenvolvido projeto sobre o tema, ou

seja, é somente abordada a temática dentro dos conteúdos estudados que trazem a representação do indígena. Os demais entrevistados afirmaram que devido à pandemia não foram realizados projetos dessa categoria, sendo que aconteciam no ano anterior a esta pesquisa (2019). A professora Lavanda reforçou: *“Sim. Antes da pandemia para enriquecer nossas aulas e o assunto abordado em sala, fomos visitar uma aldeia indígena”*.

Quando questionados sobre a abordagem da temática indígena no planejamento anual escolar, todos os entrevistados afirmaram contemplar de alguma maneira. Desse modo, a professora Alecrim colocou: *“Sim. Contemplo. Ao estudar a formação do território brasileiro a temática indígena é abordada. Assim, é estudado os povos nativos, o sofrimento que a sociedade indígena foi exposta, a escravização, as tradições indígenas e contribuição indígena na cultura”*. O professor Urucum também comentou: *“Gosto muito de tratar sobre os nativos que habitaram nossa região, os Guaraní e os Xoklengs”*.

A professora Melissa explicou que ao ministrar suas aulas na escola EEB Engº Ernani Cotrin aborda essa temática como objetivo de estudo e reflexão, e argumenta que:

Nas séries iniciais de alfabetização, 1º e 2º anos, os alunos gostam muito de estudar, aprender e pesquisar sobre a vida e a cultura dos povos indígenas. Aprendem que os primeiros habitantes destas terras eram os indígenas e que os portugueses chegaram aqui para a colonização destas terras, havendo conflitos e dias difíceis. Estes estudos são através de cantos, músicas, textos, atividades, pesquisas sobre a vida, a cultura, ensinamentos e heranças dos povos indígenas para a nossa sociedade.

Nessa questão, os entrevistados deixaram explícito em suas respostas que a representação do povo indígena é abordado em termos amplos, ou seja, nacionais e não regionais como a presente pesquisa investiga. Quando se trata da abordagem sobre os indígenas Xokleng não há um estudo sobre esse grupo indígena especificamente e não há reconhecimento de sua representação na região em estudo, principalmente na escola.

Quando se fala com as crianças sobre os artefatos, eles contam que alguns de seus familiares guardam esses objetos com consideração e os preservam como uma representação significativa dos indígenas Xokleng que viveram na região. Fica nítida a falta do sentimento de pertencimento em relação às memórias e vivências da comunidade local e a relação com o que ficou na lembrança dos moradores.

Ao se destacar a importância que o profissional da educação atribui ao ensino da história e cultura dos indígenas no ensino formal, obteve-se as seguintes respostas: o professor de sociologia, denominado Cravo-da-índia, enfatizou que *“é de extrema importância reconhecer a cultura dos povos nativos para que os preconceitos possam ser superados”*. A professora Lavanda seguiu concordando e complementou que *“é de grande importância conhecer a história dos primeiros habitantes do Brasil e de quem herdamos parte de nossos costumes ou até de que povos podemos ser descendentes, já que os brasileiros pertencem a misturas de muitas raças”*.

Tanto o professor Cravo-da-índia como a professora Lavanda admitem que precisamos reconhecer nossas origens culturais, mas ambos ressaltam esse reconhecimento em âmbito nacional, esquecendo-se do sentimento de pertencimento e das marcas deixadas pelos indígenas Xokleng na história local. Porém, valorizando o ensino da história e cultura dos indígenas no ensino formal, concordamos com as palavras da professora Babosa, quando reforça que é *“muitíssimo importante para que possamos compreender como cultura e vemos a nós mesmos como parte dessa cultura”*.

Dessa forma, a professora Alecrim concluiu que ao *“conhecer o processo de construção de uma nação temos uma dimensão valiosa para a escola, assim oferece oportunidades ao aluno de olhar o passado, bem como o presente, em busca de conhecimento e discernimento sobre a história do país”*.

Ao serem questionados sobre como a temática indígena vem sendo abordada no livro didático, todos os entrevistados explicaram que as informações são muito superficiais e não remetem à figura do indígena aculturado. A professora Lavanda, que leciona nas séries iniciais, concordou quando disse que: *“Alguns livros abordam a temática indígena de um modo muito superficial. Poucos são os livros didáticos que contribuem com a história do Brasil, dando ênfase à real trajetória indígena”*.

Em relação à abordagem no livro didático da disciplina de Arte, a professora entrevistada destacou que: *“No caso da minha disciplina, o livro didático se volta muito a questão da valorização cultural e artística”*. Segundo Barbosa (1991), isso se explica devido ao fato que a arte está, antes de tudo, presente na vida dos alunos, e ter contato com ela na escola pode desenvolver conceitos de cidadania e de identidade cultural.

Já a professora Alecrim, que leciona a disciplina de Geografia, esclarece que no livro didático *“o índio é representado apenas como artesão, pescador, caçador, e*

ainda é apresentado atualmente de maneira isolada". A partir dessas observações a professora Melissa complementou que: *"Os livros didáticos trazem uma abordagem mais textual, apenas ilustrativa da cultura indígena"*. Dessa forma, a entrevistada sugere que como educadores *"devemos nos aprofundar, com atividades e pesquisas que enriqueçam estes estudos de forma variada e criativa"*.

Funari (2016), destaca que na maioria dos livros didáticos a figura do indígena é quase sempre apresentada com enfoque no passado. De acordo com o autor:

A expansão do uso da internet, que hoje chega às classes populares, não torna secundário o papel da escola e do livro didático, por dois motivos. Em primeiro lugar, para que se possa navegar com sucesso, e adquirir conhecimento, é necessária uma formação escolar sólida. Sem boa formação escolar, a internet permanece pouco útil para o enriquecimento cultural. Em seguida, a escola e os livros didáticos continuam a ocupar um lugar de destaque na vida da criança, moldando toda sua experiência do mundo. (FUNARI, 2016, p. 96).

Fazendo uma análise geral sobre os argumentos e comentários dos entrevistados, observa-se que a temática indígena no livro didático da maioria das disciplinas tem abordagem superficial, apenas ilustra as unidades dos livros didáticos e são descontextualizadas. Concordamos com os estudos de Grupioni (1995, p. 486), que discorre explicando que *"o livro didático se constitui, para grande parte das pessoas, como fonte única de informações sobre outras culturas e povos, contribuindo significativamente para a formação de uma imagem sobre o outro"*. Vale salientar que atualmente além dos livros didáticos são utilizadas outras ferramentas e mídias digitais, oriundas das tecnologias atuais, que ampliam as possibilidades de construção do conhecimento e fontes de pesquisa, inclusive sobre a temática indígena.

Considerando pesquisas atuais, existem 13.821 indígenas do grupo Guarani, Xokleng e Kaingang em Santa Catarina. Perguntou-se aos professores entrevistados sobre sua abordagem dos diferentes indígenas na escola e de que maneira esse estudo acontece. A professora Alecrim disse que em suas aulas trata o assunto *"fazendo apenas comentários abordando a existência desses povos que vivem em Santa Catarina, mas nada aprofundado, com um estudo maior"*.

Já o professor Cravo-da-índia disse: *"Eu abordo de modo geral, não específico a etnia. Porém, comento que todo o território Catarinense houve existência indígenas"*. A professora Babosa destacou: *"No caso da minha disciplina, faço comparações das diferentes características de cada grupo e abordo enquanto produção artística, mas*

sem empregar grau de maior ou menor importância na sociedade”.

Os professores Cravo-da-índia, Alecrim e Babosa apresentam em seus comentários as dificuldades para abordar essa temática em sala de aula e explicam que trabalham de forma superficial, apenas para cumprir com os objetivos que propõem os parâmetros curriculares e a BNCC. A precariedade da abordagem dos indígenas na escola é justificada pela falta de incentivo para cursos de formação continuada e capacitações sobre o assunto, resultando em professores despreparados e inseguros para ministrar esse conteúdo aos estudantes, já que eles mesmos não o possuem.

Por outro lado, a professora Lavanda disse que em suas aulas busca em diversas fontes esse conhecimento sobre os indígenas para explicar com seus alunos e assim complementar o assunto estudado, e declarou que trabalha *“com pesquisa sobre os costumes de cada povos indígenas, localização, como sobrevivem em suas aldeias, o modo de vida [...], músicas, danças, características de cada grupo e as pinturas corporais”.*

A professora Melissa também busca fontes a respeito da representação indígena e ressaltou que, *“durante os estudos sobre os povos indígenas, as crianças já percebem a existência de várias tribos. Seguimos os estudos dando atividades e pesquisas que esclarecem esta abordagem”.* Já o professor Urucum explicou que ao trabalhar com o assunto em sala de aula procura fazer uma distinção geográfica dos locais onde os indígenas da região se instalavam e como se deu a invasão do seu espaço. E complementou: *“Procuro passar um pouco da realidade desses nativos que ainda conseguem resistir nos tempos atuais às tentativas de colocá-los na invisibilidade”.*

Nesse contexto, apesar de alguns professores já terem ouvido relatos sobre os indígenas na região, deixaram explícito que não têm conhecimento sobre as contribuições da presença desses grupos e percebe-se que não estão calcados na história local, ainda sendo uma fala ampla sobre os indígenas, ficando nítido em seus argumentos que não destacam em suas aulas as contribuições dos indígenas Xokleng especificamente.

Estudos comprovam que muitos profissionais da educação têm dificuldades em trabalhar os grupos indígenas na sala de aula. Nesse contexto, solicitou-se que fossem citadas as principais falhas, dificuldades e necessidades dos professores entrevistados, encontradas na própria Unidade Escolar durante o ensino da temática

indígena.

O professor Cravo-da-índia justificou que: *“A maior dificuldade é sem dúvida o próprio preconceito ainda existente, e o próprio desconhecimento da importância em se valorizar a cultura indígena”*. Para a professora Babosa: *“A maior falha é a falta de conhecimento, porque a mídia nos garante total acesso! Também a tradicional visão de trabalhar a temática como data comemorativa”*.

Considerando a falta de incentivos nos cursos de formação sobre a temática, a professora Lavanda comentou que a maior dificuldade de se trabalhar é: *“A falta de suportes para pesquisas de material didático como fontes de estudos, suporte financeiro para promover viagens de estudos como: museus, aldeias indígenas, etc...”*. Assim, a professora Alecrim destacou:

Vejo que a dificuldade se encontra por sempre termos estudado o índio de forma esporádica. O que se faz hoje na escola ao abordar a temática indígena é praticamente idêntico ao que se ensinava décadas atrás. As principais dificuldades são: a falta de embasamento e o conhecimento superficial desses povos. A ausência ou superficialidade com que o tema foi trabalhado na formação inicial trazem essa dificuldade e falhas.

Dessa maneira, nem sempre a questão da cultura indígena foi ou é bem trabalhada nas escolas brasileiras, como realmente deveria ser. Essa falta de formação mencionada pelos entrevistados na educação sempre existiu. Segundo a professora Melissa, isso traz muitas dificuldades em trabalhar esse tema, que *“podem ser sanadas com leitura, pesquisa e o próprio interesse do profissional em educação. Porque as dificuldades estão presentes na falta de conhecimento sobre o tema e a importância em realizar este estudo”*. Sobre essa perspectiva Walsh (2009), ressalta que:

Para las organizaciones indígenas, en cambio, la interculturalidad es entendida como proceso y práctica que intentan romper con la historia hegemónica de una cultura dominante y otra subordinada –romper con la matriz colonial y su acompañante: el mestizaje como discurso de poder– para reforzar las identidades tradicionalmente excluidas y buscar espacios de autonomía. Es por esta diferencia que la educación intercultural bilingüe siempre ha sido considerada por los poderes dominantes como terreno conflictivo.¹⁹ (WALSH, 2009, p. 5).

¹⁹Já para as organizações indígenas, a interculturalidade é entendida como um processo e uma prática que buscam romper com a história hegemônica de uma cultura dominante e subordinada - romper com a matriz colonial e sua companheira: a miscigenação como discurso de poder - para reforçar as identidades tradicionalmente excluídas e buscar espaços de autonomia. É por essa diferença que a educação intercultural bilíngue sempre foi considerada pelos poderes dominantes como um terreno conflituoso. — Google Tradutor.

Assim, o pensamento da autora abre caminhos na busca de ressignificar as relações sociais e de poder entre as culturas. Walsh (2009), ressalta que, mais do que uma relação entre culturas, deve-se ter mudanças profundas entre elas, visando a uma sociedade plurinacional, com direito ao conhecimento, a representação e a reflexão. Conforme Canclini (1997, p. 142), “a maioria das situações de interculturalidade se configura, hoje, não só através das diferenças entre culturas, mas também pelas maneiras desiguais”, que se cruzam em uma comunidade.

Ao serem questionados sobre a Lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo dos grupos indígenas nas escolas e sobre as dificuldades encontradas de colocá-la em prática, todos os professores entrevistados mencionaram desconhecer a Lei e justificam suas razões devido à falta de capacitação em geral dos profissionais da educação.

Tanto a professora Lavanda quanto a professora Babosa destacaram que as dificuldades encontradas estão na falta de formação continuada com essa temática e explicam que *“as dificuldades aparecem na formulação da grade curricular que determina o que tem que ser ensinado nas escolas públicas de Santa Catarina”*. Como sugestão, ambas sugerem que as escolas promovam uma semana cultural, toda voltada à cultura indígena de nosso estado.

Em uma visão mais realista, segundo as palavras da professora Alecrim: *“Apesar dos avanços e da obrigatoriedade do estudo dos povos indígenas nas escolas, as práticas que reforçam estereótipos e preconceitos sobre essa população ainda persistem no espaço escolar”*.

Na comunidade do Rio do Rastro foram encontrados alguns artefatos indígenas, como pontas de flecha, pedras esculpidas como ferramentas para uso diário dos indígenas da época. Quando questionada sobre esses vestígios, a professora Alecrim afirmou nunca ter ouvido relatos. Os demais professores (as) relataram que ouviram alguns relatos de pessoas da comunidade ou do município.

A professora Lavanda, que nasceu e cresceu na região, relembra que há muito tempo ouviu de alguns agricultores que enquanto derrubavam a mata nativa na comunidade do Rio do Rastro encontraram vestígios de pontas de flechas, pedras esculpidas como ferramentas. E ela afirmou que “derrubaram a mata para cultivar produtos agrícolas ou transformar as terras em pastagens”.

Sobre esse fato, o professor Cravo-da-Índia afirmou que na sua infância viu pessoalmente estes artefatos, e concluiu: *“[...] conheço histórias sobre os indígenas*

da região”. Já o professor Urucum, que reside fora da cidade, diz não ter conhecimento, mas relatou: *“Fiz um trabalho sobre fontes históricas e um aluno trouxe uma ponta de flecha encontrada pelo seu avô [...]”*.

Do mesmo modo, a professora Melissa, que veio morar na região há pouco tempo, comentou: *“Sim. Estivemos com os alunos visitando o Museu em Lauro Müller, há uns anos atrás que ficava na comunidade do Rio Amaral. Lá, o responsável nos mostrou vários artefatos indígenas, no museu, que foram encontrados no município”*. Além desses artefatos indígenas, a professora Babosa ressaltou que: *“Inclusive há fotos nas coleções de pessoas da comunidade em que os últimos representantes indígenas do local são retratados junto a outras pessoas da comunidade”*.

Sobre os artefatos indígenas encontrados na comunidade do Rio do Rastro, se o professor usa ou não em suas abordagens em sala de aula, a professora Alecrim declarou não mencionar sobre o assunto, pois até então não tinha conhecimento da existência desse material. Todos os demais entrevistados afirmaram já ter tido contato e explicaram como realizam suas abordagens pedagógicas.

O professor Cravo-da-Índia comentou: *“Sim. Eu possuo um exemplar de artefato indígena, onde utilizo em aulas que abordam os povos nativos”*. O professor Urucum afirmou: *“Primeiramente, sempre abordo a importância da preservação desses vestígios e o quanto é necessário valorizar a história e a arqueologia. Procuro sempre fazer relação com a realidade local e o presente dos alunos”*. Já a professora Melissa recordou:

Sim. Durante os estudos sobre o conteúdo dos povos indígenas, algumas crianças que têm avós que moram no interior também contam que a família já encontrou ponta de flechas e grutas que provavelmente foram habitadas pelos povos indígenas. Todos estes relatos enriquecem nossas aulas.

Sobre essas memórias, Lavanda, Babosa e Alecrim não souberam relatar sobre os artefatos indígenas encontrados na comunidade do Rio do Rastro. Ambos reforçaram que sua metodologia de ensino está alinhada ao livro didático, portanto, não exploram a realidade local.

Na última questão solicitou-se que os entrevistados deixassem sua opinião sobre a importância, para as futuras gerações, de se investigar os VESTÍGIOS E REPRESENTAÇÃO DOS XOKLENG NA COMUNIDADE DO RIO DO RASTRO - LAURO MÜLLER/SC. Nesse contexto, Tamanduá explicou que esse estudo “é

importante, pois devemos trazer a verdade do passado, para que as gerações possam ter respeito pelos povos nativos e compreender que eles ainda existem e que possuem uma rica cultura”.

Diante disso, a professora Babosa ressaltou que esses vestígios e lembranças dos indígenas Xokleng na comunidade do Rio do Rastro são *“importantíssimos! Por essa razão o município deveria desenvolver um sério trabalho investigativo e catalogar objetos, imagens e outras possibilidades existentes em relação a esse assunto”!*

Em seus argumentos, a professora Alecrim enalteceu que *“a investigação desses vestígios e representações, são de grande importância para a recuperação da memória histórica, reafirmação das identidades étnicas indígenas e valorização dos conhecimentos desses povos”.* Sendo assim, sobre o estudo e ressignificação das memórias, a professora Lavanda e a professora Melissa concordaram que conhecer sobre a história local e formação do nosso povo é de total importância para o conhecimento da nossa história. *“Ninguém respeita, aquilo que não vive!”* – destacou Melissa. Então, ao estudarmos as culturas dos nossos primeiros habitantes, desenvolvemos respeito por cada cidadão, formador da nossa história cultural, social e étnica.

Nessa mesma perspectiva o professor Urucum concordou com as palavras de Melissa e concluiu: *“É fundamental preservar nossa história. Penso também ser fundamental fazer um trabalho junto às escolas e as comunidades que geograficamente englobam tais localidades, pois ninguém preserva aquilo que não conhece”.*

Diante do exposto, observou-se que a escola é um espaço onde ocorre a construção de representações e trabalha com memórias e sobre memórias, mobiliza fontes, vai a campo e ajuda a construir. De acordo com as entrevistas realizadas com os professores da EEB Eng^o Ernani Cotrin, é nesse local que se torna possível compreender o vivido conforme o concebido por quem viveu ou conforme relatado por quem ouviu falar.

Vale destacar que, ao abordar os conteúdos, os professores não se fixam na história local, ou seja, há um distanciamento entre a escola e a comunidade. Isso acontece porque a estrutura curricular e a estrutura administrativa do nosso modelo escolar não facilita a aproximação entre comunidade e escola.

A história local e as necessidades básicas da comunidade não entram nas diretrizes curriculares do nosso sistema escolar, por isso os professores adotam

metodologias que trazem falas amplas com narrativas tradicionais e romantizadas sobre a temática indígena, sendo assim a experiência de sua narrativa como educadores não representa as verdadeiras contribuições dos indígenas Xokleng na região em estudo. Isso é reflexo da carência na formação dos educadores, seguidos da falta de preparação, de cursos complementares ou específicos, assim como a escassez de materiais que abordam a temática indígena Xokleng.

4.3 OS POVOS XOKLENG NOS MUSEUS

A memória sobre a presença de povos indígenas na região sul de Santa Catarina também está registrada nos museus locais de alguns municípios. Observamos essas memórias nos museus de Urussanga, Orleans e Lauro Müller. Ao abordar os lugares de memória, o historiador francês Nora (1993, p. 9), contribui com seus estudos explicando que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos”.

Pierre Nora (1993), compreende a dinâmica da memória como um processo permanente de lembranças, esquecimento e silêncio, e que “a memória [...] se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividade”. Assim, a memória “[...] está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”.

Nesse sentido, os museus, quando visitados, possibilitam evocar memórias, oportunizando e provocando situações de emoções e trocas, possibilitando ao visitante vivenciar experiências. Os museus acolhem objetos que mantêm viva a nossa história e a história de outros, nesse caso a história dos Xokleng que habitaram a região. Conforme o autor, “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1993, p. 14).

Pollak (1989), discorre sobre a ideia do enquadramento de memória, que se constitui por escolhas e as interpreta de acordo com o material fornecido pela história. Assim, advém a constante reinterpretação do passado em função do presente e do futuro. O autor reforça: “O trabalho de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (POLLAK, 1989, p. 10).

Todo trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido

da história e deve satisfazer as exigências que tal resignificação sugere. Pollak (1992, p. 206), ressalta que há trabalho na própria memória, “[...] ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”. Portanto, a documentação encontrada no museu também é a intermediação da construção que fazemos do passado, pois são lugares de memórias, que contam e representam histórias de determinados períodos. Desse modo, as representações simbólicas das memórias sobre os Xokleng que habitaram a nossa região foram contadas de distintas formas e de acordo com a época e os interesses vigentes.

Hall (2016, p. 31), deixa claro em seus estudos que a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”. Nesse aspecto, no entanto, nos interessa saber o lugar e as formas de representações do “Outro”, ou seja, as representações dos Xokleng nos lugares de memória que, neste caso, pode ser entendido como uma memória intercultural dialógica.

Como a comunidade lembra do Outro/Xokleng? Como os museus representam o Outro/Xokleng? Como a escola dialoga com o Outro/Xokleng? Para tanto, ao visitar um museu, almejou-se compreender a representação de uma época, buscando a valorização desse espaço, distinguindo identidades, como instrumento de estudo e pesquisa.

De um modo geral, a formação da identidade cultural sempre é intercultural, pois no âmbito interno nascemos e convivemos com diferentes culturas, e nos construímos de forma intercultural, mesmo quando o “Outro” cultural esteja distante. O problema do imaginário intercultural dominante é que se difunde a ideia perniciosa de que há culturas superiores e culturas inferiores, configuradas nas tradicionais dualidades civilizado *versus* selvagem, ocidental *versus* oriental. Para Ruth Moya (2009), a interculturalidade transcende a simples relação entre culturas. Significa estar aberto para o reconhecimento do outro, ao mesmo tempo que se afirma sua própria identidade.

Os museus, de forma geral, são lugares de memórias, de representação, de valorização de identidades, de estudos e de pesquisas. São lugares onde se buscam sentido, respostas e reflexões. Cada pessoa tem uma experiência que é sua, intransferível e única. Os museus foram se formando em diversos períodos históricos e assim é essencial conhecer a época em que surgiu o museu em estudo para

compreender as memórias que estão sendo representadas.

Ao observar, interpretar e refletir sobre as memórias em relação aos Xokleng nos museus, percebeu-se que a memória e a tradição são requisitadas e oferecidas como história. No compartilhar da experiência, aumenta-se a possibilidade de se ter novos conhecimentos. Nesse viés, as experiências que podemos construir em uma visita ao museu podem se tornar mais significativas no processo de aprendizagem do que as que ocorrem nos espaços educacionais formais. É fundamental que as experiências vivenciadas no museu e no ambiente escolar sejam significativas e que oportunizem conhecimento.

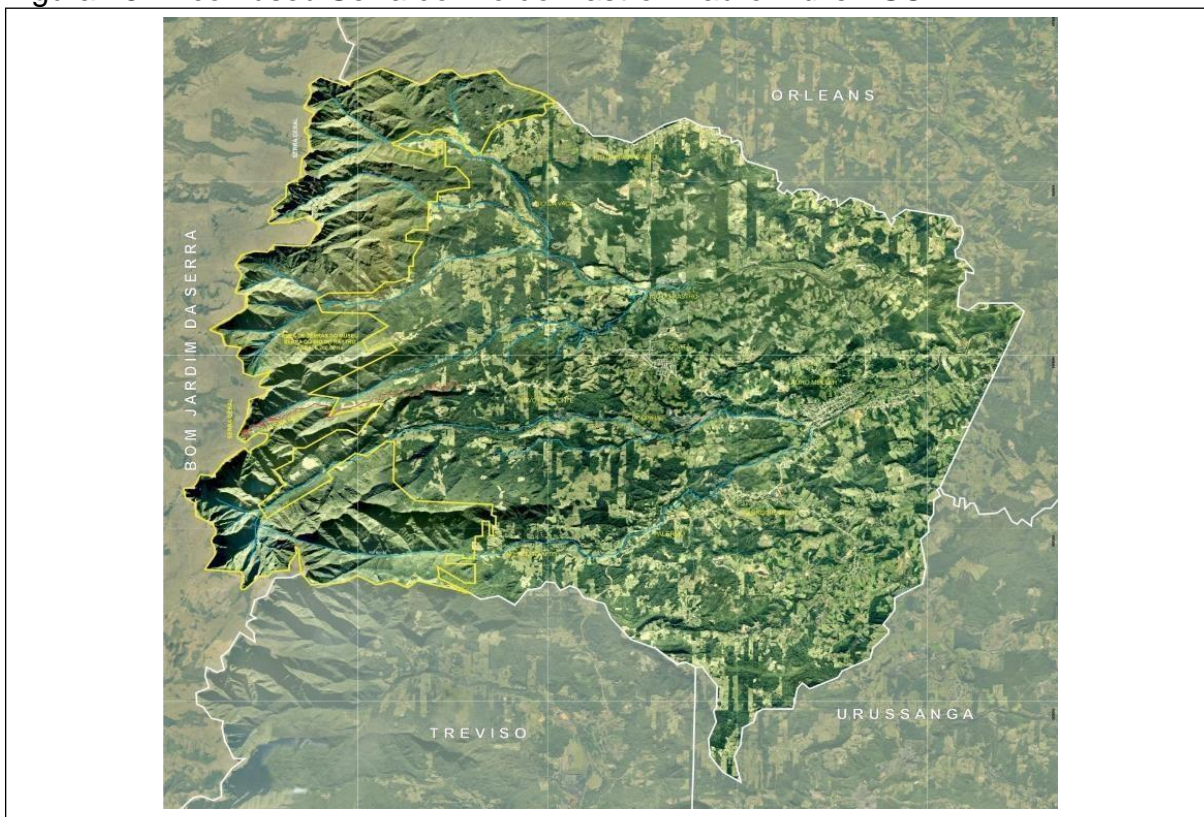
Os museus podem ser entendidos muito mais do que abrigo da história, são locais e espaços de cultura, interação, descoberta, estranhamento e formação, pois são instituições que abrigam e preservam subsídios históricos, referentes às memórias de um povo. Esses elementos constituem patrimônio material, representados por imagens, objetos, documentos que nos conectam com o passado. Nessa perspectiva, apresenta-se a seguir a análise sobre dos museus visitados e a representação dos Xokleng.

4.3.1 Ecomuseu Serra do Rio do Rastro - Lauro Müller

O Ecomuseu Serra do Rio do Rastro foi criado em maio de 2013, fruto da discordância da proposta realizada pelo IMA²⁰ com o intuito de transformar as encostas da Serra do Rio do Rastro em parque estadual. Dessa forma, o município de Lauro Müller adotou uma alternativa de utilizar a área como fonte de renda para turismo e ao mesmo tempo garantir sua preservação ambiental. Assim, foi aprovada a Lei nº 1759, de 16 de maio de 2013, que define o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro e suas Unidades Museológicas, Ambiental, Geológica e Histórica.

²⁰ O Instituto do Meio Ambiente é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina. Atua com uma sede administrativa, localizada em Florianópolis, e 16 Gerências Regionais distribuídas em todo o Estado. Criado em 2017, em substituição à Fatma, Fundação do Meio Ambiente que atuou por 42 anos, o IMA tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do estado.

Figura 16 - Ecomuseu Serra do Rio do Rastro - Lauro Müller- SC



Fonte: Portal de turismo Lauro Muller, (s.d).

Como apresentado, na figura 16, o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro possui uma área de abrangência ambiental de 6.200 hectares. Está localizado ao longo das encostas da Serra Geral, fazendo divisa ao norte com o município de Bom Jardim da Serra, e com a divisa do município de Orleans-SC; ao Sul tem como limite a divisa do Município de Treviso-SC; ao leste tem como limite as terras de proprietários particulares localizadas no Município de Lauro Müller e a Oeste ao longo da Serra Geral tem como limite o Município de Bom Jardim da Serra- SC.

Os objetivos do Ecomuseu, segundo a Lei nº 1759, incluem a valorização e preservação do patrimônio ambiental, cultural e suas diversas manifestações, bem como a preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, priorizando a valorização do saber fazer e da dignidade humana, universalidade do acesso, o respeito ao meio ambiente e a valorização à diversidade cultural, proporcionando o intercâmbio institucional, além do desenvolvimento cultural e socioeconômico e a participação das comunidades.

Nesse contexto, o Ecomuseu é um instrumento de participação popular, visando ao planejamento do território e do desenvolvimento sustentável comunitário. Além de ser uma ação museológica consciente da comunidade, procura desenvolver

a valorização e preservação da história local, do patrimônio natural e cultural do município de Lauro Müller/SC.

Na busca de esclarecer sobre a importância do Ecomuseu, Suano (1986), destaca:

A grande vantagem dessa estrutura de museu é a sua efetiva contribuição na preservação de tradições e costumes de uma comunidade pela valorização *in loco* e não pela retirada de certos objetos “importantes” de seu contexto de uso para o “local privilegiado” das vitrinas do museu. Tal museu significa um roteiro que visa retratar a trajetória de um determinado período da história daquela comunidade, integrando-a com o seu significado presente. (SUANO, 1986, p. 66).

Atualmente, o Ecomuseu e suas Unidades Museológicas funcionam no prédio da antiga Estação Ferroviária Dona Tereza Cristina, uma das primeiras construções da cidade, localizada no bairro Bela Vista, em Lauro Müller. Conta com uma sala ampla, onde são distribuídos todos os acervos museológicos, uma sala menor onde funciona a secretaria e uma outra sala, que oferece um espaço para ensaios e apresentações culturais.

Ao visitar a sede do Ecomuseu foi observado que o acervo exposto permanente no local refere-se principalmente à história da mineração de Lauro Müller e traz apenas um pequeno recorte histórico sobre os primeiros habitantes da região, os indígenas Xokleng, chamados pejorativamente de “bugres” pelos colonizadores. A cidade de Lauro Müller é reconhecida no país como berço histórico do carvão nacional, fato este que justifica a valorização da história da extração do carvão na região, negligenciando a presença de grupos originários. O mesmo acontece com o Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques, da cidade de Urussanga/SC, que trataremos mais adiante.

Figura 17 - Acervo Histórico do Ecomuseu de Lauro Müller/SC



Fonte: Acervo da pesquisadora, (2021).

Com olhar mais atento a um dos murais expostos, observaram-se várias imagens referentes às memórias da história local. Entre as fotos expostas verificou-se que apenas uma delas referenciava a existência dos indígenas Xokleng na região, destacando a sociedade estacionária de caçadores/coletores, que foram dizimados no processo de colonização europeia.

Figura 18 - Últimos “bugres” aprisionados na Serra de Guatá, por volta de 1950



Fonte: Arquivo Histórico do Ecomuseu da Serra do Rio do Rastro.

Desse modo, na sala de exposição não há um local específico com mostra de objetos e vestígios de artefatos dos Xokleng, somente sobre o carvão, sendo representado simplesmente por um carrinho de mineração. Isso se dá devido às práticas museológicas do Ecomuseu, pois, conforme estudos de Lemos (1981, p. 12), estes são “chamados ecomuseus integrados dentro de sistemas regionais, cujos acervos permanecem em seus ‘habitats’ naturais, procurando sempre manter inteligíveis as relações originais que os propiciaram”. Suano (1986, p. 62), complementa as ideias do autor, quando destaca que “essa busca de maior contato entre o museu e a população acabou por criar tipos especiais de museu, em tudo diferentes do museu tradicional”, como o Ecomuseu.

Entre os acontecimentos organizados pelo Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, destaca-se um evento que ocorreu na última quinzena de maio de 2019, em alusão ao Dia Internacional de Museus, reunindo profissionais, comunidade local e regional para debater o tema: “O resgate histórico cultural em torno de Lauro Müller”. Na ocasião aconteceu a “Exposição Indígena”, organizada pela Nova Acrópole²¹ de Criciúma em parceria com o Ecomuseu. Com o intuito de explanar sobre a origem, o mito e os principais valores dos grupos indígenas, os Xokleng, o Kaingang e os Guarani, o objetivo da exposição foi reconstruir a memória histórica dos indígenas que habitaram nossa região, pois ao conhecermos a cultura dos grupos que nos precederam passamos a valorizar as nossas origens.

Após a abertura oficial, o evento seguiu com rodas de conversa. A primeira temática abordou: “A importância do ECOMUSEU Serra do Rio do Rastro para Lauro Müller e região”, com a participação de convidados, sendo que na segunda temática foi destacado: “Exposição Indígena - O resgate histórico desses povos originários”. Dessa forma, a exposição fez honra e reconhecimento aos primeiros habitantes desse território das Encostas da Serra Geral.

²¹Sobre a Organização Nova Acrópole – Filosofia, Cultura e Voluntariado Nova Acrópole é uma Organização Internacional com sede em Bruxelas (O.I.N.A.). Com mais de 60 anos de existência, atualmente está presente em mais de 50 países e em mais de 70 cidades brasileiras. No Brasil a instituição completou 35 anos. Suas ações são desenvolvidas com total independência de interesses políticos, religiosos ou financeiros. Promove o acesso a Cultura e o desenvolvimento de valores humanos através do voluntariado. Tem como atividade principal o Curso de Filosofia à Maneira Clássica, que apresenta uma visão eclética das tradições ocidentais e orientais, e estuda a contribuição dos grandes sábios da história para enriquecer a vida no presente e aportar na construção de um futuro melhor. Fonte: <https://nova-acropole.org.br/sobre-a-nova-acropole/>.

Figura 19 - Exposição Indígena - Nova Acrópole e Ecomuseu de Lauro Müller



Fonte: Acervo pessoal de Silvia Verona Zanol, (2019).

Assim, a seriedade desse debate deu-se ao reconhecimento e valorização a esses ancestrais que abriram caminho para a história desse lugar, interagindo passado, presente e futuro. Herreman (2004, p. 99), ressalta que “as exposições e exposições públicas são sem dúvida as partes mais populares da maioria dos museus”. O mesmo autor afirma que é nesses espaços “[...] que ocorre o contacto direto entre o visitante e o acervo do museu”.

Figura 20 - Roda de conversa sobre os povos indígenas originários



Fonte: Acervo pessoal de Silvia Verona Zanol, (2019).

Mesmo sendo uma mostra temporária, a Exposição Indígena no Ecomuseu contribuiu com o conhecimento da comunidade em geral que veio prestigiar, ficando evidente que o museu tem potencial como instrumento de memória, onde por meio de suas exposições cria representações que dialogam com a construção das memórias vivas da comunidade que o visita. Dessa forma, conclui-se que os museus são como um instrumento de extensão cultural. Suano (1986), ressalta:

Por extensão cultural entende-se toda a forma de educação generalizada que, operada sem estar necessariamente ligada às escolas, visa completar o trabalho das instituições escolares ou, às vezes, oferecer a única alternativa para quem não possui escolaridade alguma. (SUANO, 1986, p. 60).

A exposição “O resgate histórico desses povos originários” foi a única com essa temática que ocorreu no município desde a criação do Ecomuseu. A exposição fez a representação cultural dos Xokleng , sem estereotipá-los.

A ideia do uso educacional do museu como extensão cultural, para Suano (1986, p. 61), reforça “a necessidade de o museu se incorporar à educação regular, sobretudo infantil, de forma precisa e coordenada e não como local de simples visitas anuais [...]”. Na imagem a seguir pode-se observar uma turma de Ensino Fundamental I visitando o acervo e demonstrando curiosidade e interesse sobre o assunto. Muitos deles fizeram perguntas relacionadas à cultura e adereços observados na exposição.

Figura 21 - Exposição indígena com a presença dos estudantes



Fonte: Imagem do acervo pessoal de Sílvia Verona Zanol, (2019).

4.3.2 Museu do Colonizador - Lauro Müller

O Museu do Colonizador foi criado em 2003 e está localizado junto ao antigo CEDEJOR²², na estrada geral da comunidade de Vargem Grande, a 2,5 km do centro de Lauro Müller. É uma instituição privada, na qual o técnico de extensão rural e fundador do museu Amilton Guimarães vem desenvolvendo um projeto desde sua criação. Esse projeto tem como principal objetivo reconstruir a história da colonização italiana no município, principalmente a parte rural, por meio dos diversos equipamentos utilizados na agricultura da época.

Figura 22 - Museu do Colonizador - Lauro Müller



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

O Museu do Colonizador conta com espaço amplo, sendo que parte de seu acervo se encontra exposto em galpões abertos ao ar livre e os objetos mais raros ficam guardados e expostos organizadamente dentro de uma sala. Por ser um espaço privado, seu funcionamento se dá a partir de agendamento para visitação. Tudo fica   disposição dos visitantes gratuitamente. Vale destacar que não recebe ajuda financeira.

²² O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural é um projeto que tem o apoio da Cáritas Brasileira, através do Fundo Nacional de Solidariedade e tem o propósito de capacitar e organizar os jovens rurais para desenvolver e implementar projeto junto as suas famílias, contribuindo para a geração de renda destas famílias.

O museu guarda muitas memórias das famílias italianas que se fixaram no município de Lauro Müller, por meio de vários objetos históricos, que já passaram de geração em geração. Composto o seu acervo permanente encontram-se peças de paleontologia, sobre o troperismo, peças estas que evidenciam as indústrias do passado e referenciam os primeiros profissionais do município. O acervo atualmente conta com inúmeras peças da região e outras vindas da Itália e Alemanha. São antiguidades dos séculos XIX e XX, especialmente utilizados na agricultura, como ferramentas artesanais e equipamentos agrícolas.

Em seu acervo histórico permanente encontram-se em torno de 1200 a 1300 peças catalogadas, entre elas alguns artefatos indígenas dos povos originários encontrados na região, inclusive dos povos indígenas Xokleng. Muitas dessas peças expostas no museu foram doadas pelas pessoas do município quando Amilton Guimarães ainda trabalhava na EPAGRI²³, entre os anos de 1975 e 2003.

Na figura a seguir ficaram registradas imagens do acervo de equipamentos agrícolas expostos nos galpões, que foram utilizados pelos colonizadores europeus no preparo da terra para o plantio, entre eles o arado, carro de boi, carpinteira, trilhadeira, aleirador, espaçador de grãos, entre outros.

Figura 23 - Diversos equipamentos agrícolas do séc. XIX



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

²³ É uma empresa pública, que está vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. Foi criada em 1991, com a missão de buscar conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade.

Nos espaços do museu a representação das memórias dos colonizadores é marcante, porém sem dar visibilidade aos povos indígenas que habitaram essas terras. Na sala dos profissionais encontram-se as peças que compõem o acervo que o fundador do museu chama de relíquias, pois se trata de peças muito antigas, que referenciam os primeiros topógrafos, costureiras, sapateiros, fotógrafos, barbeiro, também sobre o troperismo, peças da rádio local, religiosas e dos povos indígenas.

Figura 24 - Sala dos profissionais I – Museu dos Colonizadores



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Ao observar o acervo organizado no outro lado da sala perceberam-se peças que destacam a presença e a influência da Igreja Católica sobre a vida da população local, principalmente em eventos festivos e celebrações. Dessa forma, como forte representação da religiosidade católica dos colonos italianos estão presentes no acervo do Museu dos Colonizadores as peças que pertenciam ao Pe. Hercílio Cappeller²⁴.

²⁴ Natural de Rio Jordão Baixo, município de Nova Veneza/SC, o Pe. Hercílio Cappeller nasceu no dia 10/07/1924. Sua ordenação Sacerdotal aconteceu no dia 08/12/1950. Logo após sua ordenação, trabalhou na paróquia de Laguna, sendo transferido para o Seminário de Azambuja, onde durante cinco anos, além das atividades sacerdotais, exerceu as funções de professor e dirigente da Banda, pois tinha grande habilidade musical. Em 07 de fevereiro de 1955 foi nomeado pároco de Lauro Müller, cidade onde permaneceu até o fim de sua vida. Trabalhou em Lauro Müller durante 24 anos e cinco dias. No ano de 1979, passou a residir na Comunidade de Amaral Gruta, em sua propriedade particular. Em 1987 recebeu provisão de vigário paroquial de Orleans. Permaneceu no trabalho até o seu

Figura 26 - Artefatos indígenas encontrados em Lauro Müller



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Vale ressaltar que a descrição da etiqueta do acervo refere-se superficialmente às ferramentas indígenas do povo Xokleng, não buscando descrever com maiores detalhes sua tradição arqueológica ou do grupo étnico a que as peças pertenceram.

É a partir desses objetos e artefatos que os sujeitos da comunidade podem conhecer e identificar a memória dos colonizadores e dos povos originários Xokleng e se sentir pertencentes a essa história.

4.3.3 Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Malpi - Orleans

Inaugurado em 1980 como obra do Pe. João Leonir Dall'Alba, o Malpi é uma instituição de caráter tecnológico, histórico e documental que preserva, pesquisa e divulga o patrimônio cultural de diversas etnias, destacando um acervo proveniente da imigração em Orleans e região Sul de Santa Catarina, principalmente dos imigrantes e descendentes de alemães, italianos, poloneses, que se estabeleceram na região no final do século XIX.

Instalado em uma área de terra de vinte mil metros quadrados no Km 33 da Rodovia SC 438, no bairro Murialdo, em Orleans/SC, o Museu ao Ar Livre é o primeiro do gênero na América Latina, e seu acervo está num ambiente natural e ecológico exposto em meio a açudes, jardins, construções com características típicas e

tradicionais dos imigrantes que se instalaram na região. Assim, sobre a perspectiva desse modelo museológico, Suano (1986), ressalta que:

Este museu consiste na maioria dos casos de um conjunto de edifícios que ilustram o modo de vida de uma dada comunidade em uma determinada época do passado, residências, escola, igreja, moinho, galpões de artesanato, cervejaria, matadouro, etc. A técnica museográfica deste tipo de museu é criar um ambiente em tudo parecido com o real, evitando ao máximo vitrinas, legendas, enfim, tudo o que possa lembrar o aparato tradicional de um museu. (SUANO, 1986, p. 66).

Nesse contexto, além de reconstruir os períodos da colonização de Orleans e região, o Malpi é um espaço cultural que preserva a memória e o sentimento de pertencimento da sociedade no qual está inserido, criando um elo entre passado, presente e futuro, por meio do reconhecimento do patrimônio cultural. Além do patrimônio cultural, Suano (1986, p. 67), destaca que ao considerar o patrimônio estrutural percebe-se que “muitas dessas construções, [...] representam hoje os únicos exemplares que restaram de um determinado tipo de arquitetura”, sendo assim são reflexo da identidade dos povos em seu tempo.

Todo acervo histórico, para ser reconhecido, interpretado, discutido e utilizado no campo educacional, precisa ter visibilidade, pois é a partir do olhar do visitante que vai ocorrer a apreciação/apropriação e ressignificação desse espaço museal. Nos primeiros contatos com a exposição, direcionou-se o olhar para os diferentes artefatos que representam as memórias dos povos indígenas Xokleng na região.

Sendo assim, enquanto pesquisadora, ao analisar esses artefatos e a maneira pela qual a exposição foi pensada e organizada, percebeu-se que a presença indígena se concentrou em um pequeno espaço, situado mais precisamente na Casa de Pedra, pois no Museu ao Ar Livre a representação está focada apenas na cultura italiana.

Ao visitar as salas de exposição da Casa de Pedra, encontrou-se diversas peças que foram coletadas por meio de doações espontâneas, gincanas, compras e trocas de objetos pelo Pe. João Dall’Alba. Entre as peças do museu estavam presentes no acervo vários artefatos indígenas (Figura 27), como pontas de flechas de pedras e quartzos encontradas pelos agricultores ao lavrar as terras. Juntos com elas na exposição encontrou-se uma ponta de lança de metal que representa o contato do homem branco com os povos indígenas Xokleng.

Figura 27 - Pontas de flechas de pedras de diversos tamanhos



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Figura 28 - Artefatos indígenas. Diversas pedras polidas e lascadas



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Outros artefatos dos povos indígenas também estão expostos, como as lanças, arcos de flechas, pedras polidas e lascadas, pilão, zoólitos, machadinho e tembetá, objeto produzido por taquara ou madeira, que é colocado no lábio inferior, previamente furado dos indígenas, conforme está registrado na figura 28.

As cestarias confeccionadas em taquara e revestidas com cera de abelha, mencionadas nos relatos dos entrevistados Jabuti e Tatu, ganharam lugar na

exposição permanente, pois eram produzidas e utilizadas para o transporte de líquidos pelos povos indígenas Xoklengs. Além dessas cestarias, há outros exemplos de cerâmicas, que foram produzidas com uso de argila encontradas na região. Esses fragmentos de cerâmicas possuem várias marcas que parecem o formato de unhas dos povos originários que as confeccionaram.

Figura 29 - Cestaria revestida com cera de abelha para transporte de líquidos e exemplos de cerâmica indígena Xokleng

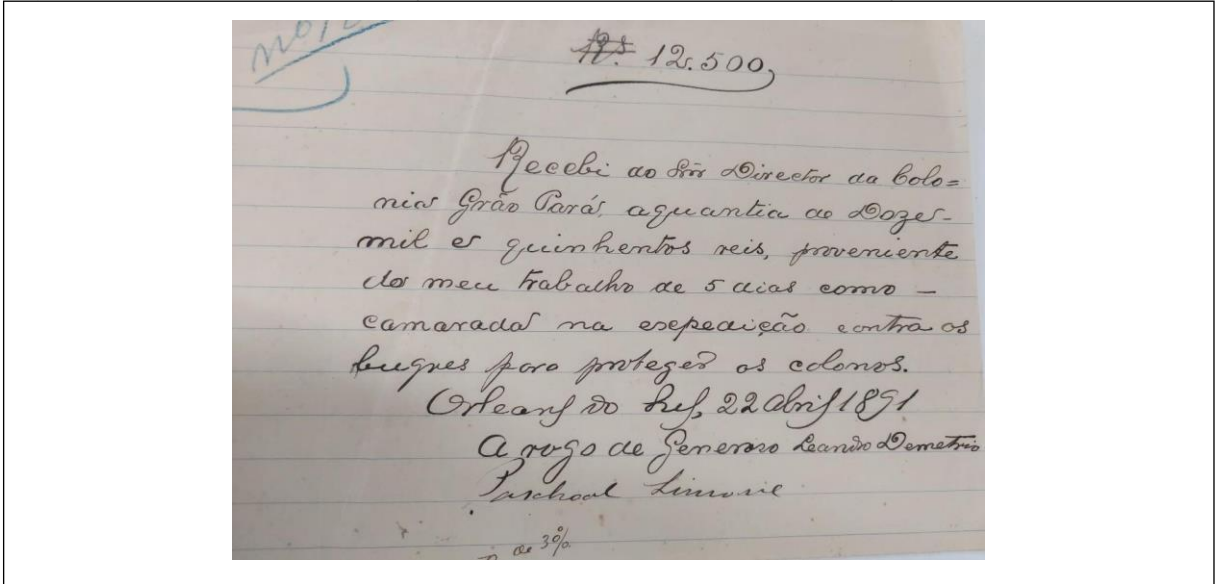


Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) - Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Orleans (SC).

O Malpi é tombado pelo estado de Santa Catarina e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como patrimônio cultural brasileiro, e o seu funcionamento é mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE). Encontra-se instalado nas dependências do Museu a Casa de Pedra, que abriga o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI), salas de exposições e Laboratório de Conservação e Restauração (LACOR). Entre esses documentos encontram-se vários recibos de pessoas que trabalharam para a colônia de Grão Pará, com o objetivo de matar os povos indígenas e assim manter a proteção dos colonos.

No documento acima percebe-se como eram realizadas as expedições de caça contra os “bugres” e a quantia recebida em valor proveniente do trabalho realizado. O documento trazia o seguinte: *“Recebi do Sr. Diretor da Colônia de Grão Pará, a quantia de Doze mil e quinhentos reais, proveniente do meu trabalho de 5 dias como – camarada na expedição contra os “bugres” para proteção aos colonos. Orleans, 22 de abril de 1891. A mando de Generoso Leandro Demétrio. Paschoal Linusil”.*

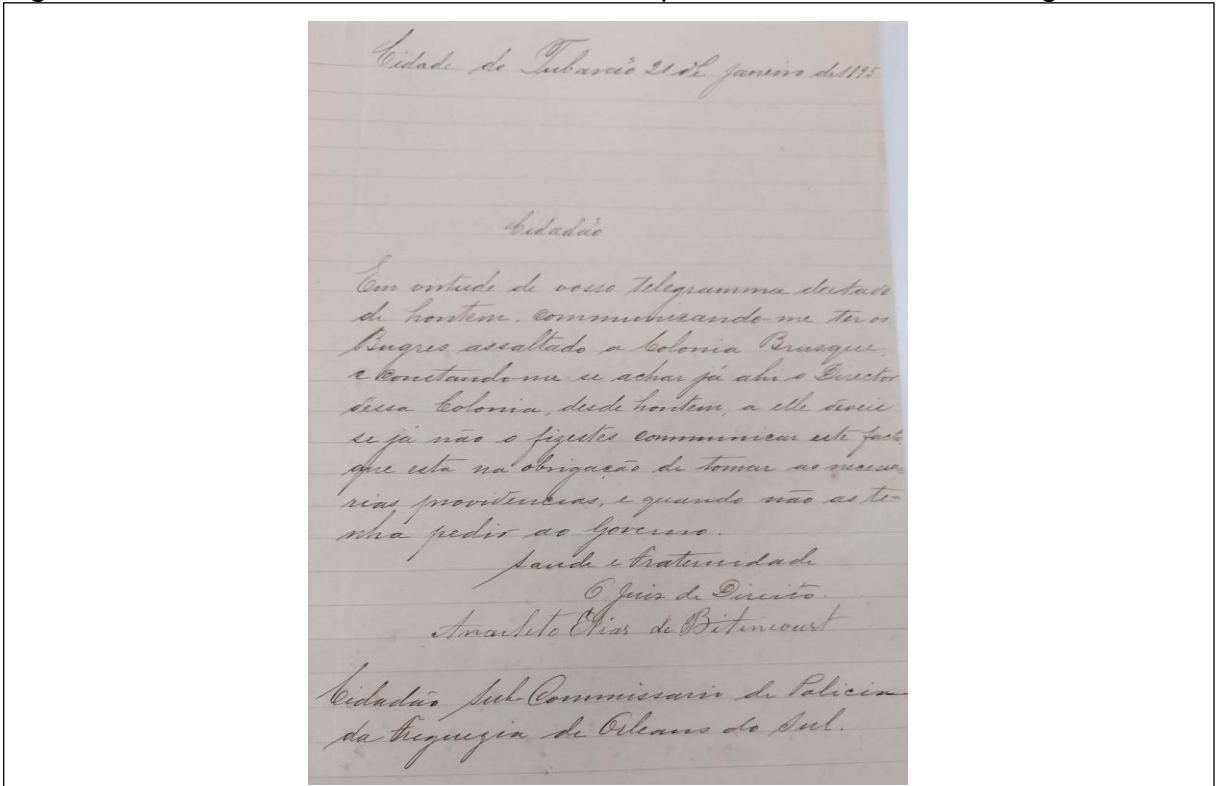
Figura 30 - Recibo de expedição contra os “bugres” para proteção aos colonos



Fonte: Manuscrito – Recibo de expedição contra os “bugres” para proteção aos colonos. Data do documento: 22 de abril de 1891. Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI), arquivo da Casa de Pedra.

Já o documento manuscrito a seguir, na figura 31, refere-se a um telegrama, datado de 21 de janeiro de 1895, em que consta um comunicado sobre “bugres” assaltando a Colônia Brusque.

Figura 31 - Manuscrito – Documento de como proceder diante de um indígena



Fonte: Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) – Arquivo da Casa de Pedra.

O documento trazia o seguinte: *“Cidade de Tubarão, 21 de janeiro de 1895. Cidadão. Em virtude de vosso telegrama datado de ontem, comunicando-me ter os Bugres assaltado a Colônia Brusque e constando-me se achar já ali o Diretor dessa Colônia, desde ontem a ele deveis se já não o fizestes comunicar este fato que está na obrigação de tomar as necessárias providencias, e quando não as tenha de pedir ao governo. Saúde e fraternidade. O juiz de direito. Anacleto Elias de Bitencourt. Cidadão Sul Comissão de Polícia da Freguesia de Orleans do Sul”*.

Vale ressaltar que esses documentos não estão disponíveis no acervo permanente da Casa de Pedra, sendo seu acesso restrito apenas a pesquisa. Ao analisá-los, percebeu-se que há registros documentais que comprovam o encontro de culturas entre o contato dos colonos, desses povos “não indígenas,” com os Xokleng. Reconheceu-se o valor dessas memórias não só para a comunidade local, mas para a reconstrução do passado no tempo presente, já que estes foram dizimados em poucos anos. Assim, é importante salientar que os museus guardam em seus acervos documentos com muitas histórias. Diante disso, de acordo os estudos sobre a história cultural, Chartier (2020), destaca:

[...] que a leitura das diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo tempo, continua sendo a tarefa singular dos historiadores e sua responsabilidade principal para com os seus contemporâneos. (CHARTIER, 2020, p. 68),

Figura 32 - Expedição que foi ao encontro dos últimos indígenas dos Xokleng.



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) – Arquivo da Casa de Pedra.

Além do acervo de documentos sobre os povos indígenas, os arquivos da Casa

de Pedra também guardam registros e fotografias da expedição orientada pelos contratados do Governo e realizada pelos colonizadores da região para encontrar os últimos indígenas Xokleng.

Essa expedição ocorreu na localidade de Três Barras, no município de Orleans, em meados de 1952, e marcou o encontro definitivo com os três últimos representantes do povo indígena Xokleng. Na figura 33 e 34 pode-se visualizar os três indígenas, representando a última família Xokleng remanescente na região, as quais foram mencionadas nas entrevistas com os moradores da comunidade do Rio do Rastro, mais especificamente nos depoimentos de Jabuti e Tatu. A imagem retrata o habitat natural e os traços de sua cultura, na figura do pai Gapen, da mãe Canharã e do filho Japru.

Figura 33 - Os últimos “bugres” de Orleans – Gapen, Canharã, Japru. Três Barras, 1952



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) – Arquivo da Casa de Pedra.

Figura 34 - Os últimos “bugres” de Orleans – Japru, Canharã. Três Barras, 1952



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) – Arquivo da Casa de Pedra.

Os indígenas Xokleng são representados neste museu como povo com história, cultura e saberes, como podemos visualizar nos registros fotográficos e por meio de seus artefatos de uso diário e religiosos, das ferramentas, da arte representada na forma de cerâmicas e cestaria.

4.3.4 Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques - Urussanga

Inaugurado em 1988, o Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques está localizado atualmente no Centro Cultural – Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, na Rua Minerasil, 378, em Urussanga/SC, onde são realizados eventos em alusão à cultura italiana. A estrutura física do Museu compõe duas salas conjugadas, onde estão expostas as exposições permanentes, contando ainda com outras duas salas, que são utilizadas para a reserva técnica e laboratório.

O acervo do museu é formado a partir da coleção particular do Pe. Monsenhor Agenor Neves Marques. Conta com uma coleção de objetos antigos dos imigrantes

italianos e dos povos originários que habitaram a região Sul de Santa Catarina. O Museu é uma instituição de caráter público, mantida pela Prefeitura Municipal de Urussanga, sendo administrado pela Diretoria Municipal de Cultura. O circuito expositivo no museu é sempre guiado por um mediador, que segue os protocolos de segurança exigidos para com os visitantes.

O acervo é rico e variado, ilustrando a vida e o cotidiano do imigrante italiano de Urussanga, por meio de mais de 2.000 peças cadastradas, que nos levam ao retorno às origens. Entre as peças da coleção estão objetos como: armaria, mobiliários, esculturas, documentários, material fotográfico, pinturas, ofícios, sacro, comunicação, montaria, objetos pessoais, instrumentos musicais, cozinha, arqueologia, etnologia e geologia. Cada peça foi exposta de uma forma para propor experiências aos visitantes, possibilitando uma conexão com a história da região.

No início da exposição permanente do museu, logo na entrada da sala, pode-se observar a presença de artefatos de povos indígenas, que ocupam um espaço dentro da exposição, onde as coleções arqueológica e etnográfica ficam expostas em duas vitrines de vidro (Figuras 35 e 36). Desse modo, percebeu-se que no museu a história dos povos indígenas, principalmente do povo Xokleng, tema proposto nesta dissertação, é representada superficialmente, exclusivamente pelos artefatos, como as flechas.

Figura 35 - Material arqueológico dos povos indígenas



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Figura 36 - Artefatos etnográficos



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Registros comprovam que foram encontrados na região sul, mais precisamente entre as divisas do município de Urussanga e Lauro Müller, arcos e flechas dos povos indígenas, produzidos com diversos materiais, como madeiras, taquaras, quartzo e penas. Nesse contexto, observa-se nas figuras a seguir os detalhes do grafismo característico do artesanato indígena com imensa riqueza estética de sua produção, utilidade e beleza.

Figura 37 - Artefatos Indígenas encontrados na região: arcos e flechas



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

O Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques conta atualmente com 402 peças em exposição permanente, dentre essas 351 fazem referência à colonização italiana e apenas 51 objetos são pertencentes aos indígenas, sendo eles: pontas de flechas líticas, projétil de osso, arcos, colar, lanças, machadinhas, maceradores, pilão e urna funerária. Na figura 38 pode-se observar as imagens de maceradores, que eram usados pelos indígenas para esmagar grãos e folhas de ervas.

Figura 38 - Artefatos Indígenas encontrados na região: macerador de pedra



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Dessa forma, ao analisar os objetos e artefatos indígenas que estão na exposição permanente, é perceptível a maneira genérica com que estes são apresentados aos visitantes. Em sua descrição não há informações que contribuam na identificação de quais indígenas ou etnias cada artefato pertenceu, sendo que as etiquetas referem-se apenas ao nome dos objetos expostos no acervo.

Figura 39 - Artefatos Indígenas encontrados na região: pontas de flechas



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Nas figuras 39 e 40 é possível observar pontas de flechas que foram encontradas pelos agricultores no momento do preparo das terras para o cultivo dos alimentos. Apesar de algumas flechas serem confeccionadas com pontas de ossos de animais, muitas dessas relíquias provavelmente foram produzidas a partir de pedras lascadas, mais especificamente com a utilização do quartzo.

Figura 40 - Artefatos Indígenas encontrados na região: ponta de osso e flechas



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Entre os objetos está exposto um artefato único, um colar produzido com diversos dentes de animais, obtidos por meio da caça. Essa é uma demonstração que

os indígenas confeccionavam vários adereços que comprovam suas habilidades (Figura 41).

Figura 41 - Artefatos Indígenas encontrados na região: boladeira e colar indígenas



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Na figura a seguir, a machadinha de pedra, um dos artefatos de extrema utilidade para os indígenas Xokleng, era um instrumento produzido para cortar árvores, trabalhos com a madeira e também como arma de luta.

Figura 42 - Artefatos Indígenas encontrados na região: machadinha de pedra



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Algum tempo atrás foram encontradas ossadas indígenas no município de

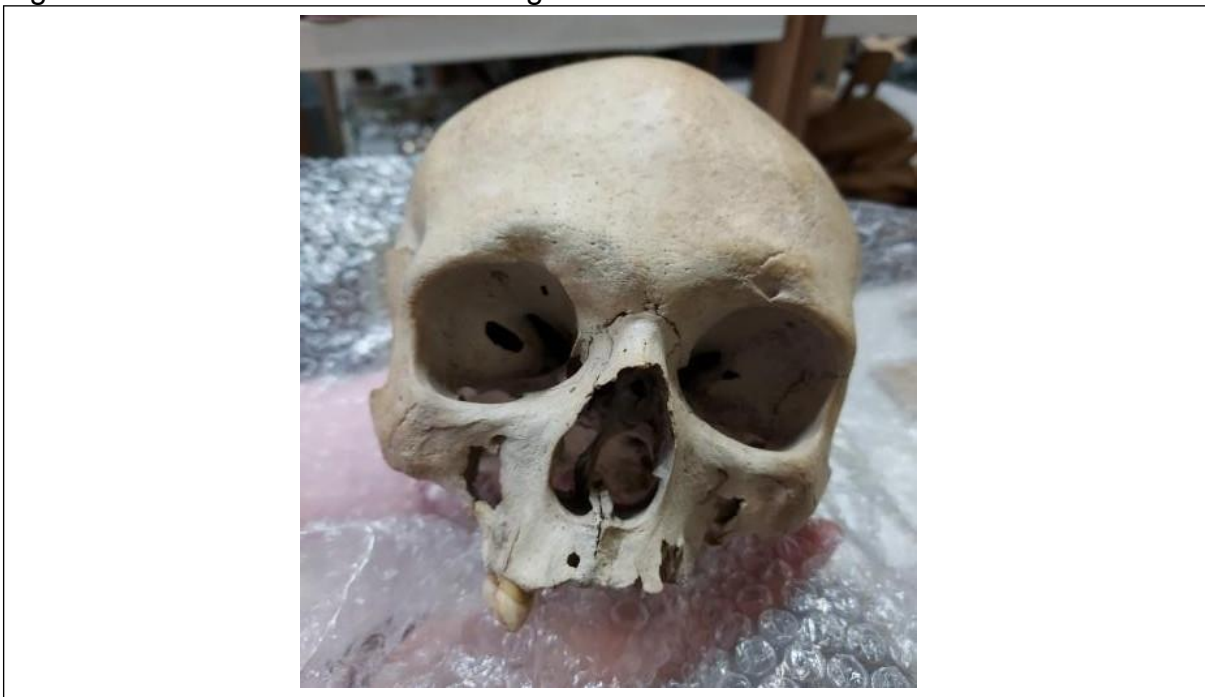
Lauro Müller (Figuras 43 e 44) pelos agricultores, em uma cachoeira próximo à comunidade do Rio do Rastro. Hoje essas ossadas estão ocultas, arquivadas na reserva técnica, e não fazem parte das peças em exposição permanente que compõem as coleções arqueológica e etnográfica do Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques.

Figura 43 - Dentes de indígenas que habitavam



Fonte: Arquivo da pesquisadora, (2021).

Figura 44 - Crânio encontrado nas regiões encosta da serra catarinense



Fonte: arquivo da pesquisadora, (2021).

Por falta de espaço na exposição, na reserva técnica do museu há mais de 97

itens para serem expostos, entre eles essa ossada, que atestam a presença indígena nos municípios próximos às encostas da serra. Apesar de não constar identificação dos doadores, descobriu-se nessa dissertação, que essa mesma ossada foi doada ao museu pelos familiares do entrevistado Capivara, no qual mencionou durante sua entrevista. Porém, esse material fica guardado no acervo da reserva técnica, não sendo disponibilizado aos visitantes. Na própria entrevista, Capivara afirma que seus familiares não sabem o paradeiro exato desse material, pois não tiveram mais acesso a ele. Isso é lamentável, pois a comunidade se apropria do espaço museal e do lugar de memória quando ela se vê nele. Sobre os acervos dos museus, Chagas (2002, p. 47), ressalta que “até hoje em alguns porões e depósitos museológicos (espécies de masmorra) existem bens culturais encaixotados, distanciados da visão do público”. Esse distanciamento e silenciamento das memórias dos indígenas “vincula-se a um determinado discurso, a um determinado saber dizer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso” (CHAGAS, 2002, p. 47).

Na exposição do Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques é visível a representação dos Xokleng como homem primitivo/selvagem, enquanto os imigrantes europeus são representados como “colonizadores do progresso”, ocupando um amplo espaço dentro da exposição, com informações variadas sobre os objetos expostos, sobre a representação da religiosidade e da evolução. Vale destacar que existe uma precariedade de informações acerca dos materiais arqueológico e etnográfico sobre os indígenas, tanto na exposição quanto na documentação do acervo da instituição. Conforme Freire (2016), nos museus há uma ideia do indígena genérico, com um apagamento de sua diversidade cultural e linguística, reforçando uma determinada ideologia, como se formassem um grupo único. Segundo Freire (2016):

É uma visão que congela as culturas indígenas no ano de 1500, com dificuldade de identificar os índios no século XXI, acreditando que qualquer mudança cultural implica a negação de sua identidade. O conceito de cultura que manejam não é o da antropologia, mas o do senso comum, que desconsidera o caráter dinâmico da cultura. (FREIRE, 2016, p. 34).

Tal como em diversos outros lugares de memória, nos museus principalmente, os povos indígenas ainda são representados como “povos primitivos” eternizados num determinado período histórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando estudamos a caminhada histórica da humanidade e ao mesmo tempo vemos conflitos interculturais no mundo contemporâneo constatamos algumas “práticas e representações” que se mostram quase que permanentes: nossa incapacidade e, em algumas circunstâncias, indisposição em estabelecer uma relação de alteridade dialógica com o Outro, o diferente, o distante, o desconhecido, o estranho. Em relação aos povos originários do Brasil e das Américas, são mais de 500 anos de violência, preconceito e ignorância por parte das populações não indígenas que assumiram suas respectivas identidades nacionais.

Observando os registros históricos do processo de colonização dos imigrantes europeus na região Sul foi possível perceber como se desenvolveram as memórias e representações dos povos indígenas Xokleng na comunidade do Rio do Rastro - Lauro Müller/SC. Para tanto, foram entrevistadas as pessoas da comunidade e realizado um estudo no acervo cultural e nos lugares de memória (museus e escola).

A historiografia local, principalmente nas obras memorialistas escritas pelos padres que se preocuparam em registrar as memórias das famílias dos imigrantes italianos que constituíram seus núcleos coloniais a partir do final do século XIX, ainda alimenta e fomenta os discursos que enaltecem a colonização e a figura do imigrante-colonizador. Os entrevistados deixaram claro em seu discurso que têm conhecimento mínimo ou superficial em relação à presença do indígena enquanto integrante da história regional.

A memória intercultural da comunidade do Rio do Rastro ainda preserva a tradicional visão dos Xokleng como “bugres”, como homem primitivo ou homem selvagem. Apenas as pessoas mais velhas da comunidade conseguem falar sobre a história com mais propriedade. Assim, as memórias se fortaleciam e perpetuavam de geração a geração por meio da contação de histórias.

Aos poucos a história foi se perdendo e então as gerações posteriores passaram a não valorizar as memórias das pessoas da comunidade e dos lugares de memória e suas representações. Atualmente acabam se surpreendendo quando ouvem dizer que havia povos indígenas, principalmente os Xokleng, na região. Com isso, concluímos que não há memória espontânea, tornando-se necessário criar arquivos e registros para eternizar as memórias por meio de acervos documentais, pois essas operações não são naturais.

Dessa forma, na atualidade quando pensamos em indígenas falamos apenas dos que existem no Norte e Centro Oeste e esquece-se que em todo o Brasil encontrou-se e ainda encontramos povos remanescentes. Na região em estudo não nos deparamos com informações ou pesquisas específicas sobre os indígenas Xokleng e as memórias representadas são insuficientes. Nesse contexto, as memórias são resgatadas apenas quando são encontrados os artefatos ou quando são questionados sobre eles.

Nossa pesquisa deparou-se com uma memória intercultural que congelou a representação do povo Xokleng, população nativa da região sul catarinense, na tradicional visão eurocêntrica de homem primitivo, homem selvagem. Mas os entrevistados deixam subentendido que os indígenas atualmente estão inseridos em nossa sociedade, gradativamente ganhando espaço em vários âmbitos sociais, principalmente no ambiente escolar, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

No ambiente escolar da Comunidade de Rio do Rastro encontramos professores com consciência histórica em relação às tradicionais representações dos povos indígenas, professores que compreendem a contribuição da cultura dos povos originários na formação do povo brasileiro. Mas, mesmo assim, não conhecem totalmente a realidade que nos possibilita compreender a formação histórica e cultural do município de Lauro Muller, situação que nos permite concluir o distanciamento da educação escolar com a realidade e necessidades das comunidades do entorno da escola.

Diante do exposto, conclui-se que a escola é um espaço onde é possível construir representações e desenvolver suas práticas pedagógicas com memórias e sobre memórias. Ao ouvir os professores da EEB Eng^o Ernani Cotrin, constatou-se que no ambiente escolar é possível resgatar memórias e construir ressignificações e representações dos diferentes sujeitos e histórias da comunidade.

Porém, ao abordar os conteúdos, os professores não se fixam na história local, adotando metodologia com narrativas tradicionais e romantizadas sobre os indígenas Xokleng, sendo assim a experiência de sua narrativa como educadores não representa as verdadeiras contribuições desse grupo na região em estudo. Isso é reflexo da política educacional adotada atualmente em nosso país, além de ser resultado da formação defasada dos educadores, assim como a escassez de materiais que abordam a temática indígena Xokleng e os demais grupos indígenas.

Em Lauro Müller e nos demais municípios envolvidos na pesquisa não encontramos registros específicos, tais como certidões, cartas, livros ou qualquer anotação feita pelos povos indígenas Xokleng. Verificou-se tais vestígios apenas em acervos museológicos, em formas de registros documentais, realizados pelos colonizadores europeus. A melhor maneira de aprender a cultura indígena é pelo contato direto ou por meio de estudos antropológicos desenvolvidos por indigenistas (pesquisadores que se dedicam a entender a cultura indígena).

Os museus devem ser entendidos como muito mais do que um acervo histórico, pois são espaços educativos, sendo assim são locais e ambientes de cultura, interação, descoberta, estranhamento e formação, pois são instituições que abrigam e preservam subsídios históricos, referentes às memórias de um povo. Esses elementos constituem-se em patrimônio material, representados por imagens, objetos, documentos que nos conectam com o passado.

Sobre a visita no Ecomuseu e no Museu do Colonizador, ambos localizados em Lauro Müller, percebeu-se a estigmatização dos indígenas na exposição, como uma forte desaprovação e negatividade de suas culturas, crenças, religião e uma tentativa de não referenciar a existência da presença indígena como integrante da história e das memórias locais.

Cabe ressaltar que essas desinformações acerca dos artefatos indígenas presentes surgem da falta de identificação e contextualização do acervo museal, de não ter apoio em realizações de projetos de pesquisa com essa temática, contribuindo desse modo no apagamento das memórias e da diversidade dos indígenas na formação da história de Lauro Müller.

Ao analisar o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, no município de Orleans, percebeu-se uma narrativa construída sobre as memórias dos indígenas originários, mais precisamente os Xokleng. Direcionando nossos olhares para esses lugares de memória na tentativa de perceber essa representação, ficou evidente que o Museu referenda a cultura italiana em seus amplos espaços e que a presença indígena nos acervos apresenta-se com pouca visibilidade e reflexão, criando uma relação superficial desses objetos arqueológicos e etnográficos com o passado, presente e futuro dos visitantes/sujeitos. Há uma carência de pesquisas desses povos originários, pela falta de recursos, interesse e de profissionais qualificados.

O último museu analisado nesta pesquisa, porém não menos importante, foi o Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques, de Urussanga, que busca em seus acervos descrever a história dos colonizadores europeus do que aos indígenas que já habitavam essas terras. Nessa análise foi perceptível no espaço museal a falta de informações e documentações no acervo arqueológico e etnográfico que resultou na visível generalização dos grupos originários Xokleng.

Ao finalizar esta pesquisa compreende-se o quanto foi importante o desejo despertado no início do trabalho para desenvolver o estudo dessa temática. Ao concluir, admite-se sua relevância na contribuição do reconhecimento da comunidade local por meio da reconstrução histórica nesses lugares de memória e no desenvolvimento de futuros estudos sobre a temática, fortalecendo uma perspectiva intercultural com maior respeito, ressignificando memórias do passado em relação à representação do grupo originário Xokleng. Percebeu-se ainda a necessidade de reconstruir a história local, tanto na comunidade quanto na escola, principalmente referente aos povos originários, para a construção do conhecimento desta e das futuras gerações, instigando a novas pesquisas.

Vale ressaltar que atualmente o protagonismo Xokleng, tem forte marco temporal, apesar da comunidade ser encontrada na região do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, o grupo Xokleng desenvolve muitos projetos em todo o estado e atua em constantes batalhas por uma série de questões e silenciamentos, fazendo um trabalho de concientização para a comunidade e de importante papel para o reconhecimento do grupo indígena Xokleng da região e de todo país.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**/ Verena Alberti. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BALDIN, Nelma. **Uma serra com história**: a Serra do Rio do Rastro. 1.ed. Florianópolis: Sagrada Família, 2020.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem do ensino da arte**: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BESSA, Iris. **Indígenas aldeados que vivem em Santa Catarina** - pesquisa simplificada. Disponível em [file:///D:/Backup/Downloads/IND%C3%8DGENAS%20ALDEADOS%20QUE%20VIVEM%20EM%20SANTA%20CATARINA%20\(1\).pdf](file:///D:/Backup/Downloads/IND%C3%8DGENAS%20ALDEADOS%20QUE%20VIVEM%20EM%20SANTA%20CATARINA%20(1).pdf) Acessado em 13 de maio de 2021. **(Link ã abre)**

BICUDO, Maria Aparecida V; ESPOSITO, Vitória Helena C. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2000.

BITENCOURT, Circe. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. (Orgs.) In: **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CANDU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. PNUD, intitulado Liberdade cultural num mundo. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CARDOSO, Flávio José. **Guatá: Guatá**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 301 p.

CEDOHI. Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Orleans(SC).

(Se for só a referencia de imagem , pode excluir, imagem não se referência)

CHAGAS, M. **Memória e Poder: dois movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 19 n. 19. 2002.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Revista das revistas. Estudo Avançados. v.11, n.5, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª Edição. Memória e sociedade. Ed. Difel. 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. -2. ed.;4. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. – (Coleção Ensaio Geral).

COSTA, Sandro da Silveira. **Santa Catarina: História, Geografia, Meio Ambiente, Turismo e Atualidades**. Florianópolis: Postmix, 2011. 364p.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). 1992. **História dos povos indígenas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.

DALL'ALBA, João Leonir. **O vale do Braço do Norte**. Edição do autor: Orleans, 1973.

DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros na Grande Orleans**. Florianópolis: Instituto São José, 1986.

DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. 2. Ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003. 208 p.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FAUSTO, Boris.1930. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Fernando Luís Vieira, **Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina**. -2ª ed. – Orleans, 2001.

FREIRE, Paulo. **A imagem do índio e o mito da escola**. In: MARFAN, Marilda A. org. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educaçã. Formação de Professores: educação escolar indígena, Brasília: MEC, 2002, p.93-99.

FREIRE, J. R. B. Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: O que o museu tem a ver com educação? In: CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 34.

FUNAI. **Fundação Nacional do Índio**. 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo. **A temática indígena na escola**: subsídios para os professores. 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

GARROTE, Martin Stabel. **Os conflitos étnicos entre Colonos e Povos indígenas no Sul de Blumenau/SC**: Memórias. EDUCOGITANS - FURB Agência Financiadora: CAPES, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991. **(na citação está 2002, qual o ano correto?)**

GROSSELLI, Renzo Maria. Colônias Imperiais na Terra do Café. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Espírito Santo 1874-1900. Vitória, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/ UNESCO, 1995.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC do Rio, 2016.

HENRIQUES, Karyn Nancy Rodrigues. Território Indígena em Espaços Urbanos: Um Estudo da Migração dos Indígenas da Ti Ibirama para Blumenau (SC). Florianópolis. 2000.

HERREMAN, Yani. Exposição, Exibições e Mostras. In: ICOM: Conselho Internacional de Museus. Como gerir um museu. Maison de l'UNESCO 1, Iamont e Miollis 75732 Paris Cedex 15 França, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ITURRALDE, Cristián Rodrigo. 1492: fim da barbárie, começo da civilização na América; tradução de Jefferson Bombachim – Campinas, SP: Vide Editorial, 2020.

JECUPÉ, Kaká Wera. A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. 2.ed. - São Paulo: Peirópolis, 2020.

JULIÃO, Letícia. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil**. Tese (Doutorado), Belo Horizonte: UFMG/ FAFICH/Departamento de História. 2008.

KI -ZERBO, Joseph e Orgs. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.04-27, jul./dez. 2011.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etnohistória e Sugestões para os Arqueólogos**. São Leopoldo, jun., 1994.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Arnaldo. (Org.) **Lauro Müller, a história**. Orleans: Gráfica do Lelo, 2008.

LAVANDA, J. S. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 72-85, 4 jul. 2013.

MARZANO, Luigi. **Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile**. Tipografia Barbera, Firenze, 1904.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. Edições Loyola. São Paulo, 1979. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú- Coleção Nicolai.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: iniciação/ Melania Moroz e Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni.- Brasília: Plano Editora, 2002.**

MOURA, Soraya. (Org). **Memorial do imigrante: a imigração no estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008, p.108.

MOYA, Ruth. La interculturalidad para todos em América Latina. In: LOPEZ, Luis Enrique. Interculturalidad, educacin y ciudadan a: perspectivas latino-americanas. Bol via: FUNPROEIB Andes; Plural Editores, 2009. P. 21-56. Disponível em: http://bvirtual.proeibandes.org/bvirtual/docs/inter_edu_cidadania.pdf.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NAMEM, Alexandro Lavanda. **Botocudo: uma história do contacto**. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1994. 112p.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 jul.2021.

OTTO, Clarícia. **Nos rastros da memória**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC. 2012.

PEREIRA, Amilcar e Monteiro, Ana Maria. Ensino de história e culturas Afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

PEREIRA, Júlio César R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

PEREIRA, Walmir da Silva. **A ferrovia São Paulo**. Rio Grande e os Povos indígenas Xokleng. Relações interétnicas e modernidade no Brasil Meridional. Florianópolis, SC, maio de 1995.

PERES, Jackson Alexandro. **Entre as matas de araucárias: Cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850 – 1914)**. Florianópolis, SC, 2009.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1983. 750 p. **(Se for só a eferencia de imagem , pode excluir, imagem não se referênciã)**

POLLAK, Michael. **Memória**, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 1-13.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215. 2015. Disponível em: . Acesso em: 28 nov. 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. Site. **História do Brasil - Anos 1950**. 2021. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/historia-do-brasil-anos-1950/48618>. Acessado em: 06/04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER. **Portal de Turismo de Lauro Müller**, 2021. Disponível em: <https://turismo.lauromuller.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em 11 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS. **Portal de Turismo de Orleans**, 2020. Disponível em: <https://visiteorleans.com.br/turismo>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA. **Portal de Turismo de Urussanga**, 2020. Disponível em: <https://turismo.urussanga.sc.gov.br/o-que-fazer/item/museuhistorico-municipal--monsieur-agenor-neves-marques> . Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

RIBEIRO, Darci. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darci. **Os povos indígenas e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7 ed. São Paulo: Global, 2017.

RODRIGUES, Aryon D. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W; AIKHENVALD, A. Y. (Orgs.), **The amazonian languages**, Cambridge: Cambridge University Press, p. 164-206, 1999.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção primeiros passos; 110). 12ª reimpr. Da 16ª.ed. de 1996.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Povos indígenas e brancos no Sul do Brasil - A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis, 1973.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os povos indígenas Xokleng: memória visual**. – Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí]: Ed. da UNIVALI, 1997.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio**. Florianópolis, 2006.

SILVA, Daniel Neves. "**Peste negra**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/pandemia-de-pestes-negras-seculo-xiv.htm>. Acesso em 03 de maio de 2022.

SKLIAR, Carlos. **A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros"**. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, 2003.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, R. Carlos Skliar. **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos**. Estilos clin., São Paulo, v. 5, n. 9, p. 32-51, 2000. Disponível em: 25 fev. 2021.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad**, Estado, sociedad. Luchas (de) coloniales de nuestra época. Primera edición: Universidad Andina Simón Bolívar. Ediciones Abya-Yala, Quito, marzo 2009.

ANEXOS

ANEXO I – LEI Nº 16.537, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Procedência: Governamental Natureza: PL./0282.3/2014 DO: 19.972 de 31/12/14 Fonte: ALESC/Coord. Documentação

Institui o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepin-SC) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepin-SC), órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), que contará com a participação dos povos indígenas, da sociedade civil e do Estado.

Parágrafo único. O Cepin-SC tem como finalidade promover políticas públicas que contemplem os povos indígenas do Estado, fomentar a igualdade de direitos desses povos e garantir o exercício da cidadania por meio da participação indígena em atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Art. 2º Compete ao Cepin-SC:

- propor diretrizes para a política indigenista estadual;
 - propor a elaboração de atos legislativos ou administrativos de interesse da política estadual de direitos dos povos indígenas;
 - empenhar-se na eliminação de discriminações, incentivar o respeito às diferenças e à igualdade de direitos e promover o desenvolvimento étnico dos povos indígenas;
 - desenvolver e fiscalizar programas relacionados às questões indígenas, com vistas à defesa de direitos desses povos;
 - estimular e promover estudos e debates sobre as etnias indígenas a fim de fomentar conhecimento para possibilitar a preservação;
 - promover a manutenção e a revitalização das tradições dos povos indígenas;
- VII – fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos dos
- VIII– promover intercâmbio e firmar convênios com órgãos e entidade

nacionais e internacionais, públicos e privados, com o objetivo de implementar as políticas e os programas do Cepin-SC;

- manter canais permanentes de relação com as aldeias e as instituições afins, com vistas ao intercâmbio de informações, à transparência de atitudes e ao aperfeiçoamento das relações;

- receber e examinar denúncias de atos que atentem à integridade dos povos indígenas e encaminhá-las aos órgãos competentes;

- acompanhar a proposta orçamentária do Estado no tocante à execução de políticas públicas e de programas de atendimento aos povos indígenas;

- organizar campanhas de conscientização e outras ações que contribuam para a valorização dos povos indígenas;

- opinar sobre a conveniência e a necessidade de instituir entidades governamentais para o atendimento aos povos indígenas;

- promover e apoiar eventos, seminários, conferências, estudos e pesquisas nos campos da promoção, da defesa, do controle e da garantia dos direitos dos povos indígenas;

- aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento

interno, o cadastramento de entidades que prestam atendimento aos povos indígenas;

- estimular a organização de mecanismos de defesa dos direitos dos povos indígenas nos Municípios;

- manter banco de dados com informações sistematizadas sobre programas, projetos e benefícios das políticas públicas para os povos indígenas;

- convocar ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, e extraordinariamente, por maioria absoluta dos Conselheiros, a Conferência Estadual dos Povos Indígenas; e

- elaborar e alterar, por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, seu regimento interno, que será submetido à aprovação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º O Cepin-SC será constituído por 24 (vinte e quatro) membros titulares e igual número de suplentes, assim distribuídos:

- 6 (seis) representantes governamentais, sendo:

1 (um) representante da SST;

1 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC);
(SAR);

1 (um) representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

1 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação (SED);

1 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); e

1 (um) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS);

– 6 (seis) representantes de entidades não governamentais, dentre aquelas que realizam pesquisas e prestam serviços voltados à defesa e à garantia dos direitos dos povos indígenas do Estado, de acordo com critérios especificados na convocação feita pelo Chefe do Poder Executivo; e

– 12 (doze) representantes dos povos indígenas, sendo 4 (quatro) da etnia Kaingang, 4 (quatro) da etnia Guarani e 4 (quatro) da etnia Xokleng.

§ 1º Os representantes governamentais serão de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os representantes da sociedade civil e dos povos indígenas serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo para cumprir mandato de 2 (dois) anos, sendo facultada 1 (uma) recondução para os representantes de que trata o inciso II do *caput* deste artigo.

§ 3º As entidades não governamentais serão convocadas pelo Chefe do Poder Executivo para eleger, em fórum próprio e com prazo definido, os membros que as representarão no Cepin-SC.

§ 4º As entidades não governamentais serão validadas pelo Plenário do Cepin-SC, atendidos os critérios estabelecidos no regimento interno.

§ 5º A representação dos povos indígenas será exercida pelas lideranças por eles escolhidas, por meio de suas organizações internas, distribuídas equitativamente entre as 3 (três) etnias de que trata o inciso III do *caput* deste artigo, conforme disposição do Fórum Estadual dos Povos Indígenas.

§ 6º As lideranças indígenas poderão permanecer por mais de 1 (um) mandato, de acordo com decisão interna de cada etnia.

Art. 4º Nos casos de ausência, impedimento permanente ou renúncia dos representantes governamentais assumirão os seus suplentes e, quando se tratar dos representantes de entidades não governamentais ou de povos indígenas, a substituição será feita de acordo com a ordem numérica de suplência determinada pela eleição, sendo vedada a concessão de licenças, salvo nos casos previstos no regimento interno.

Art. 5º Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – deixar de tomar posse nos 2 (dois) meses subsequentes à sua designação;

ou

II – deixar de comparecer a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou a 6

(seis) alternadas no prazo de 1 (um) ano, salvo mediante justificativa por escrito aprovada pelo Plenário do Cepin-SC.

Art. 6º Poderão ser convidados a participar do Cepin-SC, como ouvintes e colaboradores, sem direito a voto, os seguintes órgãos ou entidades federais envolvidos com questões indígenas:

I – Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai); II – Ministério Público Federal (MPF);

– Fundação Nacional do Índio (Funai); e

– Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Art. 7º O Cepin-SC terá a seguinte estrutura organizacional:

I – Plenário, órgão máximo deliberativo; II – Diretoria Executiva;

III – Secretaria Executiva; e

IV – Comissões Temáticas.

§ 1º As atribuições, os mandatos e o funcionamento da estrutura organizacional do Cepin-SC serão definidos no regimento interno, observado o disposto nesta Lei.

§ 2º A Secretaria Executiva é o órgão de apoio do Cepin-SC e será exercida

pelo Secretário Executivo e por outros servidores designados.

§ 3º O Secretário Executivo do Cepin-SC será indicado pelo titular da SST dentre os servidores efetivos e designado por ato do Chefe do Poder Executivo, podendo o Cepin-SC sugerir indicações.

Art. 8º A Diretoria Executiva do Cepin-SC, eleita por maioria simples dos Conselheiros, terá a seguinte composição:

I – Presidente;

II– 2 (dois) Coordenadores de Etnia;

III – Coordenador Governamental; e IV – Coordenador da Sociedade Civil.

Parágrafo único. A Presidência do Cepin-SC será exercida e escolhida pelos povos indígenas, em sistema de rodízio, a cada 2 (dois) anos.

Art. 9º A função de Conselheiro do Cepin-SC não é remunerada, tem caráter público relevante e o seu exercício é considerado prioritário e de interesse público, justificando a ausência a quaisquer outras atividades quando determinada pelo comparecimento às sessões ou reuniões de comissão ou pela participação em diligência.

§ 1º As despesas decorrentes de hospedagem, alimentação e transporte dos Conselheiros titulares e suplentes serão custeadas pela SST, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo à participação de Conselheiros titulares e suplentes em reuniões, seminários, cursos e eventos relacionados às ações do Cepin-SC fora de sua sede.

Art. 10. O orçamento da SST conterà rubrica destinada à manutenção das atividades do Cepin-SC.

Parágrafo único. A SST proporcionará apoio técnico-administrativo para o cumprimento das atribuições inerentes ao Cepin-SC, especialmente aquelas relativas a recepção, encaminhamento de denúncias e outras atividades correlatas.

Art. 11. As deliberações do Cepin-SC serão consubstanciadas em resolução aprovada em assembleia geral e devidamente publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas:

I – a Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 1999; e II – a Lei nº 11.434, de 7 de junho de 2000.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO II - LEI Nº 1759, DE 16 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ECO MUSEU MUNICIPAL SERRA DO RIO DO RASTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, faço saber a todos

os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro e suas Unidades Museológicas; Ambiental, Geológica e Histórica com finalidades, atribuições e organização prevista nesta Lei.

Parágrafo único. O Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro e suas Unidades Museológicas funcionarão no prédio da antiga Estação Ferroviária.

Art. 2º Fica criada a área de abrangência Ambiental do Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro e transformada em Bem de Interesse Público Municipal.

Parágrafo único. A área de abrangência Ambiental do Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro, transformada em Bem de Interesse Público Municipal possui uma dimensão de

6.200 hectares, localizada ao longo das encostas da Serra Geral, sendo limite ao norte, parte com a divisa política administrativa com município de Bom Jardim da Serra, e parte com a divisa do Município de Orleans - SC; ao Sul tem como limite a divisa do Município de Treviso

- SC; ao leste, tem como limite as terras de proprietários particulares localizadas no Município de Lauro Muller; e a Oeste ao longo da Serra Geral tem como limite o Município de Bom Jardim da Serra - SC. Anexo 01

Art. 3º São os seguintes os objetivos do Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro.

- valorização e preservação do patrimônio ambiental, cultural e suas diversas manifestações;

- preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo; III - valorização do saber fazer e da dignidade humana;

- universalidade do acesso, o respeito ao meio ambiente e a valorização à diversidade cultural;

- o intercâmbio institucional;

- desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 4º São objetivos das Unidades Museológicas tratadas no caput do artigo 1º dessa Lei:

- A Unidade Ambiental tem como objetivo a pesquisa, preservação e divulgação da Fauna e Flora da encosta da Serra, dentro do Município de Lauro Muller.

- A Unidade Geológica tem como objetivo a pesquisa, preservação e divulgação da formação geológica, coluna White e das primeiras estruturas de extração do carvão no Município de Lauro Muller.

- A Unidade Histórica tem como objetivo a pesquisa, preservação e divulgação da História da formação do Município, imigração, mineração e tropeirismo no Município de Lauro Muller.

Art. 5º Em razão do disposto no art. 1º desta Lei, fica também criado na estrutura da Prefeitura Municipal o cargo de provimento em comissão de "Diretor de Museu Municipal", de livre nomeação e exoneração pelo Executivo Municipal.

Parágrafo único. É facultado ao Executivo Municipal designar servidor efetivo para exercer o cargo de Diretor de Museu Municipal.

Art. 6º O quadro de funcionários do Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro será composto conforme as necessidades e a legislação vigente.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades públicas ou privadas, instituições de ensino, públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas, para viabilizar a instalação, manutenção, e desenvolvimento das atividades do Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro.

Art. 8º As despesas com a execução do disposto na presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

Data de Inserção no [Sistema LeisMunicipais](#): 19/02/2018 Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

APÊNDICE

APÊNDICE I – ENTREVISTA COM OS SUJEITOS DA COMUNIDADE

Roteiro utilizado na entrevista com os sujeitos da comunidade: 1- Identificação do entrevistado:

Sexo: () masculino () feminino Idade: _____

A quanto tempo você reside no município de Lauro Müller?

Qual é a origem da sua família? Fale um pouco da sua história.

Existe relatos que em Santa Catarina, inclusive na região de Lauro Muller - Rio do Rastro, habitaram povos indígenas. Em relação a esses povos que aqui habitaram, existe algum fato que você conhece ou recorde sobre eles, que foram relatados pelos seus familiares?

Você se lembra como os indígenas eram conhecidos ou chamados pelos moradores locais?

Em relação as memórias sobre os povos indígenas que aqui habitaram, você poderia nos relatar algo?

Na comunidade do Rio do Rastro foram encontrados alguns artefatos indígenas, como pontas de flecha, pedras esculpidas como ferramentas para uso diário.

Sobre esses vestígios encontrados, você já teve contato ou conhecimento sobre esses artefatos na sua infância ou juventude?

Para você, quais as influências culturais, artísticas ou religiosas que esses povos originários deixaram para essa comunidade?

Se esses povos indígenas ainda existissem na comunidade do Rio do Rastro, como seria esse contato? Facilidades? Dificuldades? Qual sua opinião?

APÊNDICE II – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORES

Questões para a entrevista semiestruturada com os professores:

ENTREVISTA

Olá sou Simony de Oliveira Fontanella, mestranda no PPGE Mestrado em Educação da UNESC, e venho por meio dessa convidar vossa senhoria para participar dessa pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa, tem seu alicerce na memória e história oral e foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa. O objetivo principal é evidenciar as representações do grupo indígena Xokleng nos lugares de memória da comunidade do Rio do Rastro - Lauro Muller/ SC. Desde já agradeço sua participação, pois pesquisar as memórias em relação aos indígenas é ter uma expressão da experiência histórica e cultural de uma sociedade como um todo.

E-mail

Nome completo

Data de nascimento

____/____/____

Município onde reside:

Formação acadêmica:

Tempo de serviço no magistério:

Escola em que leciona:

Há quanto tempo leciona nesta escola?

Qual disciplina leciona na escola? E em quais turmas?

Levantamento de informações sobre a compreensão das abordagens sobre a história dos indígenas no espaço escolar

Na sua concepção, como podemos definir o termo “índio”.

Na sua opinião, como a escola aborda os assuntos e conteúdo em relação aos indígenas?

A Unidade Escolar desenvolve projetos sobre os indígenas? Se sim, como você vê a inserção da comunidade local nessas atividades?

No seu planejamento anual escolar, você contempla a temática indígena? Quais assuntos sobre os indígenas você aborda nas suas aulas?

Qual a importância que você atribui ao ensino da história e cultura dos indígenas no ensino formal?

Na sua opinião como a temática indígena é abordada no livro didático? Explique.

Atualmente, existem 13.821 indígenas do grupo Guarani, Xokleng e Kaingang em Santa Catarina. Como você aborda os diferentes indígenas na escola?

Estudos comprovam que muitos profissionais da educação têm dificuldades em trabalhar o índio na sala de aula. Neste contexto, aponte as principais falhas, dificuldades e necessidades dos professores e da própria Unidade Escolar no ensino da temática indígena.

Você conhece a Lei que torna obrigatório o estudo dos indígenas nas escolas (Lei 11.645/08)? Quais as dificuldades de colocar essa lei em prática? Quais sugestões você apontaria para reduzir essas dificuldades mencionadas acima?

Na comunidade do Rio do Rastro foram encontrados alguns artefatos indígenas, como pontas de flecha, pedras esculpidas como ferramentas para uso diário dos indígenas da época. Sobre esses vestígios você já ouviu algum relato de pessoas da comunidade ou do município? Quais?

Sobre esses artefatos indígenas encontrados na comunidade do Rio do Rastro: você já abordou de alguma forma esse assunto em sala de aula? Como?

Deixe aqui sua opinião sobre "a importância de investigar os VESTÍGIOS E REPRESENTAÇÕES DO XOKLENG NA COMUNIDADE DO RIO DO RASTRO - LAURO MULLER/ SC para as gerações.